



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

Mariana de Fátima Guerino

A inovação como rota do projeto formativo do IFSC

Florianópolis

2020

Mariana de Fátima Guerino

A inovação como rota do projeto formativo do IFSC

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutora em Educação
Orientadora: Prof.^a Eneida Oto Shiroma, Dr.^a

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Guerino, Mariana de Fátima

A inovação como rota do projeto formativo do IFSC /
Mariana de Fátima Guerino ; orientador, Eneida Oto
Shiroma, 2020.

197 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Educação. 2. Inovação. 3. Trabalho. 4. IFSC. 5.
Economia Criativa. I. Oto Shiroma, Eneida . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Educação. III. Título.

Mariana de Fátima Guerino

A inovação como rota do projeto formativo do IFSC

O presente trabalho em nível de doutorado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Rafael Rodrigo Muller
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Prof. Dr. Marival Coan
Instituto Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Luciana Pedrosa Marcassa
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Rosalba Maria Cardoso Garcia
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de doutora em Educação.

Profa. Dra. Célia Regina Vendramini
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Dra. Eneida Oto Shiroma
Orientadora

Florianópolis, 2020.

Esta tese é dedicada a todos que acreditam na educação pública como um espaço plural, democrático, e batalham diariamente por isso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, Eneida Oto Shiroma, por tudo o que me ensinou de forma tão generosa e competente.

Aos colegas do GEPETO, por todas as trocas compartilhadas; elas foram essenciais para esse trabalho.

Aos amigos do IFSC que participaram das entrevistas, muito obrigada. Vocês me ajudaram a conhecer mais sobre o meu próprio local de trabalho e me ajudaram a ampliar minhas reflexões sobre esta pesquisa.

Aos professores das bancas de qualificação e defesa que, com muito zelo, sempre acolhem, dialogam, proporcionando um clima muito saudável e prazeroso no ambiente acadêmico.

Ao programa de Bolsas Universitárias do Governo de Santa Catarina, que me concedeu bolsa de estudos para realizar esta pesquisa.

Agradeço à minha mãe pelo cuidado, que mesmo de longe, sempre dedicou a mim, e aos meus amigos queridos pela paciência e pelas boas conversas, que só me ajudaram nesse período de escrita.

RESUMO

Esta pesquisa busca conhecer as mudanças institucionais e do projeto formativo desencadeadas no IFSC visando promover processos de inovação. Pretende suscitar o debate sobre as origens, os vínculos e as bases epistemológicas acerca da ênfase na criatividade e a inovação como saída para crises econômicas, e seus nexos com o trabalho e a educação. A pesquisa tem como aporte teórico, autores do campo do materialismo histórico dialético, e se desdobra em análises complementares: 1) das políticas públicas nacionais e estaduais; 2) de investigação dos documentos emitidos por organismos internacionais, pelos institutos de pesquisa e estatística acerca do trabalho e da educação e inovação; 3) de exame dos documentos institucionais do IFSC; 4) da coleta e observação de dados com gestores do IFSC. A partir desse estudo, entendemos que as demandas específicas dos processos voltados à inovação têm redefinido as prioridades institucionais, o currículo e a organização pedagógica da instituição.

Palavras-chave: Inovação. Educação. Trabalho. IFSC. Economia Criativa.

ABSTRACT

This research seeks to study the institutional and student's formation project changes occurred at IFSC aiming at fostering innovation processes. It intends to support the discussion about the origins, relations, and epistemological basis of the emphasis on creativity and innovation as a solution for the economic crisis, as well as its connections to both work and education. The theoretical framework comprehends dialectic historic materialism authors and unfolds in complementary analyses such as: 1) federal and state public policies, 2) investigation of documents issued by international organizations, and statistics organizations about work, education and innovation, 3) examination of IFSC institutional documents, 4) interviews with IFSC headmasters. As from the present study it is understood that the specific demands of the innovation-oriented processes have redefined the institutional priorities, the school curriculum, and the institutional pedagogical organization.

Keywords: Innovation. Education. Work. IFSC. Creative Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo da Economia Criativa	30
Figura 2 - Escopo detalhado da Indústria Criativa.....	31
Figura 3 - Participação da sociedade civil nos debates formação de políticas	81
Figura 4 - Sistema nacional de cultura	93
Figura 5 - Jogo de opostos.....	108
Figura 6 - Mundo Aberto	109
Figura 7 - Rota da inovação	124
Figura 8 - Hierarquia dos planos do IFSC	137
Figura 9 - Habilidades socioemocionais do ponto de vista da FIESC	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição de Economia Criativa e setores criativos.....	30
--	----

LISTA DE SIGLAS/ ABREVIATURAS

ACATE – Associação Catarinense de Tecnologia
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM – Bando Mundial
CNC – Conferência Nacional de Cultura
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CONSUP – Conselho Superior (IFSC)
CST – Cursos Superiores de Tecnologia
EBTT – Educação Básica Técnica e Tecnológica
EC – Economia Criativa
EJ – Empresa Júnior
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FIC – Curso de formação inicial e continuada (IFSC)
FIESC – Federação das indústrias de Santa Catarina
FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC – Indústria Criativa
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
IFMT – Instituto Federal de Mato Grosso
IFs – Institutos Federais
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
INPI – Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação
MEC – Ministério da Educação
MESCC – Museu da Escola de Santa Catarina
MINC – Ministério da Cultura
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
OBEC – Observatório da Economia Criativa
ONU – Organização das Nações Unidas
PD&I – Pesquisa, desenvolvimento e Inovação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional (IFSC)
PDIC - Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense
PEIFSC - Polo Embrapii IFSC

PNC- Plano nacional da Cultura
SNIIC - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
PPC – Projeto pedagógico de Curso
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PROEX – Pró-reitoria de extensão (IFSC)
PSEC – Plano da Secretaria de Economia Criativa
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
SDSSC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETUR – Secretaria de Turismo
SNC – Sistema Nacional de Cultura
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO - Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
1.1	CRIATIVIDADE NA ÓTICA DO CAPITAL E DO TRABALHO	22
1.2	INDÚSTRIA CRIATIVA NO BRASIL.....	29
1.3	METODOLOGIA.....	33
1.4	HIPÓTESE	35
1.5	RELEVÂNCIA DA TESE	36
1.6	PROCESSOS DE OCULTAMENTO DA EXPLORAÇÃO NA ECONOMIA CRIATIVA.....	37
1.7	ESTRUTURA DO TEXTO	53
2	BALANÇO DE LITERATURA.....	56
2.1	INOVAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO.....	57
2.2	TRABALHO DOCENTE E SOCIABILIDADE CAPITALISTA	61
2.3	RECOMENDAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROMOÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA	64
2.4	RECOMENDAÇÕES DO BID PARA A ECONOMIA CRIATIVA.....	71
2.5	POLÍTICAS NACIONAIS PARA A ECONOMIA CRIATIVA	74
2.6	O PLANO NACIONAL DE CULTURA E SUAS METAS	87
2.7	O PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA – POLÍTICAS, DIRETRIZES E AÇÕES - 2011 A 2014.....	94
3	TRAJETÓRIAS DA INOVAÇÃO E ECONOMIA CRIATIVA NO IFSC	98
3.1	O NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO IFSC – NIT.....	99
3.2	OS PARQUES TECNOLÓGICOS.....	121
3.3	OS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA	126
3.4	O NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	137
4	FUNDAMENTOS HISTÓRICO POLÍTICOS DA FORMAÇÃO DE UM SUJEITO CRIATIVO E INOVADOR	141
4.1	A MUDANÇA NAS RELAÇÕES SOCIAIS PELO VIÉS DOS “TEÓRICOS DO IMATERIAL”	160
4.2	ANDRÉ GORZ E O DEBATE SOBRE A IMATERIALIDADE DO CONHECIMENTO.....	166

4.3	CRÍTICOS DOS TEÓRICOS DO IMATERIAL.....	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS.....	186
	APÊNDICE 1 - Questões para a entrevista com o chefe do Núcleo De Inovação Tecnológica (NIT)	195
	APÊNDICE 2 - Questões para a entrevista com o pró-reitor de extensão e relações externas do IFSC.....	197

1 INTRODUÇÃO

Como cientista social, que optou ter como tema de pesquisa a educação, e como professora que vivencia os processos cotidianos do interior do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), me lancei na jornada de analisar as mudanças direcionadas para as formas de ensinar e aprender com base em um modelo formativo centrado na inovação, articulado à criatividade e ao empreendedorismo.

Inicialmente, as questões que me motivaram a desenvolver essa pesquisa partiram do estranhamento acerca do incentivo à criação de “parcerias público privadas” no IFSC. Seu crescimento despertou-me um conjunto de perguntas como: por que essas parcerias ocorrem? Em quais circunstâncias? Para quais finalidades? Quais movimentos acontecem quando são realizadas? Quando levadas para o diálogo com a comunidade escolar, as respostas entre colegas professores e gestores do IFSC eram baseadas na premissa de que as parcerias eram uma “articulação positiva”, cujo movimento mobilizava o contato “com a sociedade”, com o “mercado de trabalho”.

Dessas reflexões brotavam mais questões, especialmente sobre como a educação, o mercado de trabalho e a sociedade eram entendidas, e mais do que isso, explicadas como partes isoladas, as quais urgentemente precisariam de uma suposta integração para um “bom desenvolvimento social”.

A partir dessas observações da realidade, foram sendo ampliadas as dúvidas, especialmente sobre a materialidade desse discurso, ou seja, como ele se constituía e organizava uma direção sobre os rumos da educação, do trabalho e das relações capitalistas contemporâneas. No contexto do curso de doutorado, iniciei essa investigação de forma mais profunda, até que os caminhos das orientações, leituras, aulas, eventos, conversas, me levaram a ampliar minhas percepções e as qualidades das minhas indagações. Gradativamente fui compreendendo que meus questionamentos eram ligados a uma complexa dinâmica, específica do capitalismo contemporâneo, e com as formas de se educar e trabalhar, na qual aquela minha questão inicial, sobre as parcerias público/privadas, representavam somente um de seus aspectos.

Em meio ao desafio para compreender os nexos dessa trama foram-se desvelando os interesses das empresas pela forma como exercemos o trabalho

pedagógico dentro da escola, integrado aos imperativos dos organismos internacionais, como a UNESCO, os quais gradativamente incitam os rumos para a economia “atual”, para a escola “atual”, para as formas de trabalho “atuais”, alinhados com as “incontestáveis” tecnologias de informação e comunicação, enquanto um poder supremo que atua sobre a realidade.

Ao longo dos estudos, o apelo pelo que é “novo” aparecia como uma direção específica, sob o argumento de que nada poderia ser explicado por referenciais “antigos”, ou padrões supostamente ultrapassados. A insistência pela inovação na educação e no trabalho atravessa os documentos oficiais, legislações, debates midiáticos, acadêmicos, empresariais, as ementas e planos pedagógicos de cursos, de tal modo que a observação dessa repetição, fez emergir o questionamento: “O que é o velho, e o que é o novo? Como isso se manifesta no contexto da luta de classes? Quais são as razões de tamanha obstinação dos segmentos de classes dominantes ao incitar “o novo”, em detrimento de um tempo, condutas, e comportamentos obsoletos? E como a classe trabalhadora tem sobrevivido e se articulado em relação a isso? Como as tecnologias de informação e comunicação têm sido mobilizadas no campo da educação e do trabalho para incitar a rapidez, a circulação frenética e precisa das mercadorias, sejam elas tangíveis ou não.

A inovação aparece como um preceito moral-normativo, ao qual todos devemos indubitavelmente aderir, sob pena de a própria vida humana ser colocada em risco, assim como preconiza o governo de Santa Catarina: “Inovar ou morrer” (SANTA CATARINA, 2017), ou a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro: “Na crise, inovar para sobreviver. Na recuperação, inovar para crescer” (FIRJAN, 2016). Mas, do que tratam esses jargões e de onde elas provêm?

Outros aspectos da realidade, que se somam ao impulso pelo “novo” são as condutas de governos do mundo todo, em especial no Brasil, que associam a inovação à retirada de direitos sociais historicamente conquistados pelas lutas dos trabalhadores, e, nessa esteira, são “ajustados” os currículos escolares, ou seja, reconfigura-se as formas de ensinar e aprender, as carreiras de trabalho são modificadas, notadamente de docentes e de técnicos em educação, assim como as manifestações da classe trabalhadora contra esse processo.

Nessa mesma perspectiva, as palavras flexibilidade, criatividade, empreendedorismo, inovação, constantemente aparecem como bandeira para a sociedade que “soluciona”, que se encaminha para as décadas finais do século XX, e

que se pretende ser descolada de toda a “rigidez” que a precedeu, e das explicações acerca de seu funcionamento, para uma sociedade “pós” industrial, “pós” moderna.

Em meio a essas relações, a Economia Criativa é tomada como um objeto de estudo, em função de seus laços intrínsecos com o trabalho, a educação, e essas mudanças sociais típicas do capitalismo contemporâneo. Três dimensões foram fundamentais para que fosse construído o nexos entre a Economia Criativa/educação/trabalho/capitalismo contemporâneo: 1) a percepção do cotidiano escolar sobre a necessidade de a escola “se aproximar” do mercado de trabalho pela via das parcerias público privadas, de promover a inovação, a criatividade e o empreendedorismo; 2) o aprofundamento sistemático em teorias de variados autores que dialogam sobre as mudanças no capitalismo atual, e a necessidade do uso da criatividade como saída para crises financeiras; 3) minha integração em um estudo coordenado pela minha orientadora, que questionava a base material da produção de “intangíveis”, acessando assim, múltiplas análises, que atribuem ao “trabalho imaterial”, o poder de organizar uma “nova sociedade” que pretensamente teria a criatividade como matéria prima para todas as contradições da realidade.

Esta pesquisa aborda as relações entre trabalho e educação no capitalismo contemporâneo atreladas ao uso da criatividade como mecanismo de acumulação de capital, que amenizam, de forma aparente, as inerentes contradições desse modo de produção na atualidade. Nesse contexto, o objetivo geral dessa tese é discutir as mudanças institucionais e formativas, que os processos da EC têm desencadeado no IFSC. Considera-se que esse seja um espaço privilegiado de análise sobre as mudanças educacionais e políticas, nessa dinâmica histórica contemporânea tão peculiar. Nos objetivos específicos, buscamos analisar as principais iniciativas de promoção da inovação e da Economia Criativa em Santa Catarina; a participação do IFSC em “habitats de inovação”, como incubadoras, parques tecnológicos e formação de parcerias institucionais; as repercussões dessas iniciativas no IFSC na reconfiguração da instituição, dos cursos e da educação profissional dos jovens dos cursos de Tecnologia; assim como, investigar as bases epistemológicas sobre as configurações das relações entre trabalho e educação na contemporaneidade.

As primeiras abordagens sobre o assunto mostram que há uma relação direta da EC com o desenvolvimento econômico dos países e com saídas para crises financeiras. É isso que mostra o primeiro relatório sobre a Economia Criativa que foi elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU), no contexto da Conferência

das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) em 2008. O objetivo dessa publicação foi mostrar como as indústrias criativas estão entre os setores mais dinâmicos da economia mundial, além de propagar uma necessária atualização das estratégias de desenvolvimento, tendo como foco a cultura, a tecnologia e o conhecimento.

As estratégias de desenvolvimento também precisam ser atualizadas para lidar com as mudanças culturais e tecnológicas de longo alcance em andamento no mundo. É necessário adaptar-se a esse novo ambiente, trazendo as questões relacionadas à cultura e à tecnologia para o pensamento dominante sobre desenvolvimento econômico. (UNCTAD, 2008, p. 5)¹.

Essa mudança indica uma adaptação e uma nova maneira encontrada pelos governos para formular, incentivar e convocar as pessoas para que haja um engajamento nesse tipo específico de desenvolvimento, cuja concretude, perpassa pela necessidade de que o conjunto da sociedade assuma um compromisso social pela via do empreendedorismo, da criatividade e da inovação, reconhecendo as suas variadas possibilidades, em diferentes contextos. O desenvolvimento começa a ser visto e estimulado pela burguesia por um viés que se propõe integrar aspectos da criatividade dos trabalhadores. De acordo com o Relatório de Economia Criativa (UNCTAD, 2010),

Novos caminhos para o desenvolvimento são necessários para reorientar as políticas em direção a estratégias de crescimento mais justas, sustentáveis e inclusivas que sejam capazes de acelerar o crescimento socioeconômico, gerar empregos e elevar os padrões de vida. Diante desse contexto, a economia criativa é uma opção de desenvolvimento viável. (UNCTAD, 2010, p. 20).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento nomeia essa estratégia de desenvolvimento como “Economia Laranja” (BID, 2013), que tem como característica a abertura de pensamento, sugerindo uma mudança no pensamento social, a liberdade de criação, a lucratividade e “vivacidade cultural” de todos os países, pronta para ser transformada em desenvolvimento econômico. A UNCTAD complementa que esses elementos devem ser bem estimulados, restando apenas ser usada de um “modo correto”.

¹ Citação original em inglês: *Development strategies also must be updated in order to cope with the far-reaching cultural and technological shifts under way in the world needs to adapt to this new environment by bringing issues relating to culture and technology into the mainstream of economic development thinking.* (UNCTAD, 2008, p. 5)

Estimulada *de forma adequada*, a criatividade incentiva a cultura, infunde um desenvolvimento centrado no ser humano e constitui o ingrediente chave para a criação de trabalho, inovação e comércio, ao mesmo tempo em que contribui para a inclusão social, diversidade cultural e sustentabilidade ambiental (UNCTAD, 2010, p. 20. Grifos meus).

O estímulo adequado não é explicitamente mencionado no relatório, porém, ao longo da leitura é possível perceber que esta perspectiva deve ser assumida pela sociedade como um todo, como uma nova lógica de compreender o mundo e produzir a própria existência pelo trabalho. Trata-se de um chamado da burguesia pela readequação da força de trabalho, e do convencimento das esferas do Estado e da Sociedade Civil em formular políticas públicas favoráveis a essa forma de conduzir a dinâmica capitalista. O uso da criatividade nessa perspectiva burguesa suplantaria as especificidades de classe, de cultura e de demais diferenças entre os países, sendo vista pelos capitalistas como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de sua economia, desta maneira, utiliza-se de argumentação que sugere:

A “criatividade” neste contexto refere-se à formulação de novas ideias e à aplicação destas ideias para produzir obras originais de arte e produtos culturais, criações funcionais, invenções científicas e inovações tecnológicas. Há, portanto, um aspecto econômico para a criatividade, observável na forma como contribui para o empreendedorismo, estimula a inovação, aumenta a produtividade e promove o crescimento econômico. (UNCTAD, 2008, p. 5)²

Nota-se, no documento (UNCTAD, 2008, p. 5), que o impulso pela criatividade em seu aspecto econômico contribui para o empreendedorismo e fomenta a inovação.

Esta tríade criatividade-inovação-empreendedorismo apresenta-se como uma receita a ser implementada em nível mundial, e aparenta ter ares democráticos pela possibilidade de participação de todo o conjunto da sociedade, e de seus resultados serem supostamente destinados para soluções das crises sociais.

O argumento presente nos relatórios da UNCTAD, do BID, da UNESCO, os quais são replicados, nacionalmente, pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro FIRJAN, pela FIESC, pelo Ministério da Cultura (MinC) é o de que a capacidade inventiva dos sujeitos pode se desenvolver em diferentes contextos e classes sociais.

² Citação original em inglês: “Creativity” in this context refers to the formulation of new ideas and to the application of these ideas to produce original works of art and cultural products, functional creations, scientific inventions and technological innovations. There is thus an economic aspect to creativity, observable in the way it contributes to entrepreneurship, fosters innovation, enhances productivity and promotes economic growth. (UNCTAD, 2008, p. 5)

Além disso, compartilham também da concepção de que as estratégias para o desenvolvimento requerem que seus formuladores se adaptem a uma visão holística sobre a realidade, especialmente a partir do fenômeno da “globalização e da conectividade, que remodelou o estilo de vida no mundo todo”, e que fórmulas econômicas isoladas não são mais cabíveis nos termos do desenvolvimento (UNCTAD, 2008, 2010).

Desta forma, os relatórios da UNCTAD, de 2008 como o de 2010, funcionam como um radar de tendências, além de serem guias orientadores de políticas para governos e empresas do Brasil e do mundo, com o objetivo de estimular o uso da EC como estratégia de impulsionar da valorização do valor (e como saídas para as disputas intercapitalistas) no atual estágio das relações de produção.

De forma geral, os setores da economia criativa podem contribuir muito para o crescimento e a prosperidade, especialmente no caso dos países em desenvolvimento que estejam buscando diversificar suas economias e construir resiliência para futuras crises econômicas (UNCTAD, 2010, p. 15).

No Relatório da UNCTAD de 2008 (UNCTAD, 2008), é exibida a noção de que “o mundo mudou”, e que novas concepções de realidade devem ser consideradas com base na dimensão cultural e tecnológica. Entretanto, para isso é necessária uma visão diversa sobre o mundo e sobre tudo o que se sabe até o momento em relação às formas de trabalho, as maneiras de se relacionar, de se comunicar, aprender, ensinar, ou seja, é requerida uma nova sociabilidade como estratégia para que esse tipo de “desenvolvimento” ocorra.

A necessidade de adaptação a esse novo *ethos* perpassa a educação. Apresenta um modo específico de compreender a sobrevivência, que requer ensinamentos, orientações, por isso, esse projeto burguês voltado à EC, estabelece uma relação íntima com o sistema educacional.

Existe uma relação de duas vias entre o sistema educacional e as indústrias criativas. Por um lado, a educação e as instituições, de treinamento são responsáveis por formar indivíduos que tenham as habilidades e motivação para se juntarem à mão de obra criativa. Por outro lado, as indústrias criativas oferecem os insumos artísticos e culturais necessários ao sistema educacional para facilitar a educação dos alunos na sociedade em que vivem e, no longo prazo, para construir uma população mais culturalmente consciente. (UNCTAD, 2010, p. 24)

Quais seriam as indicações e orientações sobre o desenvolvimento pela via da IC, dadas pela articulação dos organismos internacionais/empresários/governo/ para a educação, tendo em vista a proporção deste debate no sentido de redefinir uma nova sociabilidade?

O Relatório de Economia Criativa 2008 tem sido tópico de debates realizados por redes de círculos acadêmicos e educacionais, sendo adotado por uma variedade de universidades como a maior referência para cursos de graduação, estimulando a revisão do currículo acadêmico para o ensino superior em campos relacionados às artes e à economia criativa. (UNCTAD, 2010, p. 19)

Esta revisão dos currículos tem ocorrido não somente nos campos das artes e da economia criativa, mas acima de tudo, tem se tornado eixos que regem a educação profissional e que, além de serem requisitos orientados pelo mercado e governos, aparecem como conduta geral, como uma orientação psicofísica global que deve perfazer toda a vida em sociedade.

Isso pode ser identificado na organização do trabalho pedagógico no IFSC, onde é possível verificar cursos sendo criados e/ou ajustados à essa lógica supostamente fluída e flexível, criativa. Essas induções estão em consonância com as reformas trabalhistas contemporâneas no Brasil, cuja tônica, tem se pautado na intensificação da retirada de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora.

Essa relação entre trabalho e educação se desdobra na arena de disputas entre classes antagônicas, gradativamente vai se tornando evidente uma direção específica da classe dominante, a um “estilo de vida” supostamente correto a se assumir, e isso se revela nos espaços midiáticos, nas redes sociais, nas formas de consumo, na indução de como superar problemas, etc., conduzindo formas “atuais” de se organizar a vida pública e também privada. Em oposição, a classe de trabalhadores tem vivido a exploração capitalista em múltiplas formas de precarização do trabalho, em formas cada vez mais complexas. Assim, a educação dessa classe, na perspectiva capitalista “precisa ser criativa, empreendedora, inovadora” para que possa sobreviver a esse funcionamento. Por isso a sua formação tem sido reformulada, e analisaremos alguns processos que envolvem essa mudança.

Em função destas evidências, elegemos o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) como o campo empírico desta pesquisa, devido à ênfase na formação técnica e tecnológica, e pela sua capilaridade

dentro do estado, totalizando 22 *campi* com mais de 32.000 alunos matriculados. A finalidade é entender como o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) tem participado desse amplo e histórico processo de desenvolvimento pela via da criatividade/empreendedorismo/ inovação.

Os cursos diretamente destinados à dimensão tecnológica são os cursos superiores de tecnologia (CST). Trata-se de cursos de graduação que, de acordo com Catálogo Nacional de Curso Superior de Tecnologia, são voltados ao desenvolvimento de “competências profissionais, fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética, tendo em vista o desempenho profissional responsável, consciente, criativo e crítico” (CNCST, 2016, p. 181). Nesse importante documento norteador da educação profissional, a inovação e o empreendedorismo compõem a organização curricular de todos os eixos tecnológicos, onde os cursos se distribuem, sendo essas duas dimensões também prescritas em critérios de avaliação dos estudantes e como características esperadas no perfil dos estudantes egressos dos cursos. Para o IFSC, esses cursos têm como foco a “prática profissional inovadora e educam futuros profissionais para atuar em atividades que envolvem pesquisa aplicada, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção e empreendedorismo”³.

O IFSC, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2015-2019, p. 48), aponta: “Os contextos estaduais e até municipais mostram-se favoráveis à busca de inovação, que passa, obrigatoriamente, pela pesquisa e pela extensão”. Ele mostra sua função nesse panorama, no qual “procura atuar como mediador do conhecimento aplicado e formador de mão de obra qualificada na área tecnológica” (PDI, 2015-2019, p. 48). Uma das evidências é o fomento, a partir de 2018, para a construção de “núcleos de aprendizagem criativa”, por meio de edital de extensão em todos os 22 *campi* distribuídos pelo estado.

Estas e demais medidas iniciais, tais como o incentivo para que todos os professores realizem cursos sobre educação inovadora, sobre propriedade intelectual, a criação de startups, empresas juniores, incubadoras, assim como a instalação de um polo de inovação de uma empresa privada dentro de um campus do IFSC, nos conduzem a fazer perguntas, na tentativa de captar o movimento da criatividade/ inovação/ empreendedorismo em suas relações com o trabalho e a

³ Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/superiores-de-tecnologia>. Acesso em 20/12/2018.

educação. Que projeto formativo o IFSC tem desenvolvido para atuar como mediador nesse processo?

Esta pesquisa busca conhecer as mudanças institucionais e do projeto formativo desencadeadas no IFSC visando promover processos de inovação. Para discutir a ênfase na inovação, na criatividade e no empreendedorismo no IFSC, e seus vínculos com o trabalho e a educação no capitalismo contemporâneo. Foi investigado como as iniciativas da Economia Criativa se vinculam como solução para a crise do emprego formal no capitalismo contemporâneo; somado a isso, identificou-se as principais iniciativas de promoção da inovação e do empreendedorismo para a Economia Criativa em Santa Catarina, e como o IFSC se articula nesses processos; bem como, foi examinada a participação do IFSC em “habitats de inovação”, a formação de parcerias com empresas, analisando as repercussões dessas iniciativas na reconfiguração da instituição, e do seu projeto formativo, as razões dessas mudanças e suas bases políticas e epistemológicas.

Para compreender esses processos, desenvolvemos a análise, procurando refletir sobre o universal e o particular, apontando mediações, e suas contradições internas, que conduziram à compreensão da inovação e criatividade como saída às crises cíclicas do capital, e seus vínculos com a estrutura e educação promovidas pelo IFSC.

Um resgate histórico de como a criatividade foi tratada por chefes de governo como uma forma de ajuste da dinâmica capitalista, e seus laços com a educação e o trabalho, em nível mundial, será apresentada a seguir.

1.1 CRIATIVIDADE NA ÓTICA DO CAPITAL E DO TRABALHO

A criatividade, a partir do início dos anos 1990, começa a ser pensada e organizada pela classe burguesa, como uma indústria com setores específicos, e com postos de trabalho organizados de acordo com uma dinâmica própria. Essa construção acerca da criatividade aparece acompanhada pela pulsão por uma sociedade “nova”, “tecnológica”, que apontava para um futuro onde a diversidade cultural pudesse se traduzir em acumulação de capital para empresários, acionistas e outras frações burguesas.

O termo “Indústria Criativa” teve origem na Austrália em 1994 como uma política de governo, e posteriormente foi implantado, em 1997, no Reino Unido. Ambos os países buscavam encontrar soluções para as crises econômicas pelas quais passavam, promovendo políticas de valorização da cultura local, reivindicando o

direcionamento de políticas públicas para a produção artística, que estivessem conectadas com a diversidade histórica e cultural dos países.

Essa política cultural é também uma economia política. Cultura cria riqueza. Amplamente definida, nossas indústrias culturais geram 13 bilhões de dólares por ano. Cultura emprega. Por volta de 336.000 australianos são empregados em indústrias relacionadas à cultura. Cultura adiciona valor, isso

contribui essencialmente com a inovação, marketing e design. É um emblema da nossa indústria. O nível da nossa criatividade determina substancialmente nossas capacidades de adaptação a novos imperativos econômicos. É uma valiosa exportação em si mesma e um acompanhamento essencial para a exportação de outras mercadorias. Atrai turistas e estudantes. É essencial para o nosso sucesso econômico. (CREATIVE NATION, 1994, p. 4)⁴

A partir desse excerto, antes mesmo de analisar os conceitos de Economia da Cultura, Economia Criativa, Indústria Criativa e todas as suas possíveis derivações, já nos é informado que se trata de saídas para crises econômicas. Notamos, sem compreender ainda com clareza seus significados nem tampouco os da crise, a constelação de palavras que orbitam ao redor de seus nomes, “riqueza”, “emprego”, “inovação”, “commodities”, “política cultural”, ao lado de “política econômica”, “adaptação a novos imperativos econômicos”. Neste primeiro contato, é possível visualizar, portanto, que o berço desses “conceitos” são as próprias relações econômicas e políticas que fundamentam um horizonte supostamente próspero para a economia capitalista.

Não foram das demandas sociais, nem tampouco de trabalhadores do ramo da cultura que emergiu este entusiasmo, neste momento específico, pela criatividade/inovação/arte/cultura. Até porque, historicamente os trabalhadores da cultura, como artistas plásticos, músicos, esculturistas, dançarinos, pintores, atores, dentre outros, sempre reivindicaram a valorização de seus trabalhos, lutaram e lutam contra a precarização, e sempre buscaram reconhecimento social (SEGNINI, 2008, 2012, 2013; SEGNINI, BULLONI, 2016).

⁴ Versão original em inglês: *This cultural policy is also an economic policy. Culture creates wealth. Broadly defined, our cultural industries generate 13 billion dollars a year. Culture employs. Around 336,000 Australians are employed in culture-related industries. Culture adds value, it makes an essential contribution to innovation, marketing and design. It is a badge of our industry. The level of our creativity substantially determines our ability to adapt to new economic imperatives. It is a valuable export in itself and an essential accompaniment to the export of other commodities. It attracts tourists and students. It is essential to our economic success.* (CREATIVE NATION, 1994, p. 4)

Ao contrário, essa nova demanda pela criatividade tem sido evocada a partir do interior dos centros de decisão de grupos políticos, industriais e dos organismos internacionais, porta-vozes do capitalismo, e não pelos trabalhadores e/ou pelos movimentos sociais, cujas ações historicamente se pautam na conquista de direitos nas, cuja esfera é atravessada pelas artes, pelas identidades, as religiões, as questões étnicas, de gênero, dentre tantas outras dimensões da vida dos trabalhadores na sociedade capitalista

Os trabalhadores das artes foram historicamente relegados pelo mercado a patamares sociais considerados improdutivos, supérfluos, que incitavam formas de resistências à sociabilidade capitalista; ou ainda, a produção cultural era destinada ao desfrute de somente uma classe “erudita”, que ditava a forma como o artista deveria fazer o seu trabalho, e em caso contrário, teria muitas dificuldades para sobreviver através de seu trabalho artístico.

Entretanto, não é o tipo de criatividade artística que move distintas formas de sensações, experiências, resistências e questionamentos que os governos e empresários estão interessados, e têm difundido como uma estratégia de desenvolvimento capitalista, mas sim aquela criatividade que se materializa em um produto final lucrativo, que gere valor e mais valor, um diferencial favorável para as disputas intercapitalistas.

A burguesia gradativamente articula e divulga por múltiplos meios de comunicação, uma suposta amenização da exploração capitalista, ou mesmo a sua extinção. A EC é parte desse cenário pretensamente amigável, imputando essa premissa como uma marca da sociedade contemporânea.

O British Council⁵ (BC) é uma instituição que se dedica à cultura e educação e se empenha em manter e construir um clima de “*friendly knowledge and understanding of the people*”⁶, como um mecanismo de resposta às “ideologias extremas” existentes no início do século XX na Europa, “with the rise of Communism in Russia, and Fascism in Germany, Italy and Spain”⁷. O BC inclui no mesmo âmbito, o comunismo e o fascismo como expressões da mesma natureza, e se apresenta

⁵Tradução para o português: “um clima amigável de conhecimento e compreensão entre as pessoas.” Disponível em: <https://www.britishcouncil.org/>. Acesso em 31/04/2018.

⁶ Tradução em português: “um clima amigável de conhecimento e compreensão entre as pessoas”. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org/organisation/history>. Acesso em 20/04/2018.

⁷ Tradução para o português: “com o surgimento do Comunismo, o Fascismo na Alemanha, Itália e Espanha”. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org/organisation/history>. Acesso em 10/01/2019.

como uma instituição de conciliação, porém, oculta as condições histórico/concretas, tanto do comunismo, do fascismo e da própria organização do BC, enquanto moderador das “ideologias extremas”. Isso mostra um direcionamento político, encorajado de uma suposta sensatez, e “bom senso”, onde a atividade cultural seria o amálgama que conduziria a essa nova forma de sociabilidade, voltada à “valorização econômica”. Em suas publicações, verifica-se que:

De fato, a atividade cultural não esteve incluída como um componente da economia durante uma boa parte da história humana. Abrangia aquelas atividades nas quais as pessoas pensavam quando deixavam de trabalhar, mas não faziam parte da sua vida laboral. *Inclusive hoje*, as indústrias criativas são expressões do valor cultural e econômico. (BRITISH COUNCIL, 2010, p. 13. Grifo meu)

Nota-se que havia uma ideia de distanciamento entre a atividade cultural e o trabalho que produz riqueza e desenvolvimento, contudo hoje, ela pode não só ser congregada, mas, mormente, ser expressão de desenvolvimento econômico das empresas. Qual é o tipo de criatividade e inovação que os industriais, empresários e os governos têm valorizado e conduzido como ideal de vida/trabalho/educação/desenvolvimento?

Esta atenção dada para a criatividade e seus nexos com a inovação e o empreendedorismo, como matéria prima principal de toda a produção econômica atual, tem tido expressão nacional desde 2004, quando a cidade de São Paulo sediou a XI Conferência Ministerial da UNCTAD.

Na ocasião, foram reunidas múltiplas equipes governamentais, somadas a empresas e instituições públicas, as quais se juntaram com a finalidade de construir e fortalecer as parcerias entre governos, organizações internacionais, empresas e o meio acadêmico em prol do desenvolvimento, e a relevância dos debates sobre a Indústria Criativa como solução para o contexto de crise econômica foi notável. O foco foi em como ela poderia se constituir como estratégia em contexto de crise mundial⁸; inclusive a definição para as Indústrias Criativas para a UNCTAD, surgiu desse evento ocorrido no Brasil em 2004.

⁸ Os assuntos discutidos estão disponíveis em: <<http://unctad.org/en/pages/MeetingsArchive.aspx?meetingid=4289>>. Acesso em 22/11/2017.

Especificamente sobre a Economia Criativa, os relatórios estão disponíveis em: <http://unctad.org/en/Docs/tdxibpd13_en.pdf>; <http://unctad.org/en/Docs/tdximisc1_en.pdf>; <http://unctad.org/en/Docs/tdl379_en.pdf>. Acesso em 22/11/2017.

Para além deste novo “paradigma” de que a IC é a solução para crises econômicas, ela também aparece como um gradiente que modula o grau de sentimento de coletividade humana, a qual, segundo o British Council, tem servido de parâmetro para todas as “experiências culturais coletivas”.

Em geral, as indústrias criativas enriquecem a vida das pessoas na medida em que definem as características distintivas de diferentes sociedades, bem como oferecem os meios através dos quais as culturas e as comunidades se comunicam entre elas; geram prazer, cor e interpretação, tornam a vida mais fácil e, de uma maneira muito ampla, são uma expressão da elevação de nosso padrão de vida. Quanto mais pessoas sejam capazes de elevar suas ambições econômicas para além das necessidades básicas de alimentação e moradia, tanto mais desejarão consumir bens criativos. Na atualidade, quando mais da metade da população mundial vive nas cidades e com acesso *quase universal* aos sistemas de comunicação eletrônica, as indústrias criativas estão configurando nossas experiências culturais coletivas. (BRITISH COUNCIL, 2010, p. 17)

Sabe-se que na sociedade capitalista em que vivemos não há garantia de que o acesso às tecnologias de informação e comunicação e o respectivo comportamento diante delas seja pleno e unânime, nem mesmo que haja satisfação básica de alimentação e moradia; por consequência, este tipo de abordagem mostra o interesse por um tipo específico de conformação da realidade, que diz respeito a uma espécie de harmonização social que não existe na realidade.

Em geral, concepções que preconizam esse ajustamento e não problematizam algumas dimensões da realidade, deixam de considerar as razões pelas quais, no quadro nacional, o percentual de desempregados ultrapassa 13%. A convocação para “empreender criativamente” e ser resiliente diante desse dado se torna um mantra não só de empresários e políticos, mas de trabalhadores com altos salários, com baixos salários, ou com nenhum salário.

Isso fundamenta as bases ideológicas de alcance dos sujeitos que estão em situação de desemprego, de precarização, de desolação e fome. Contudo, o British Council ao afirmar que as indústrias criativas tornam a vida mais fácil, abre o caminho para vermos o quanto ela é, de fato, difícil; não por uma questão de negatividade ou derrotismo, mas especialmente, porque ao prestarmos atenção aos dados da realidade concreta, verificamos que não se trata de facilitar ou dificultar, mas de que a própria dinâmica capitalista condiciona as desigualdades entre as classes.

Recentemente, foi lançado um estudo, o World Inequality Report 2018⁹, que mostra que 815 milhões de pessoas ainda passam fome no mundo, que 1% da população mundial detém 20% da renda de todas as pessoas do mundo e que essa realidade não se alterou desde a década de 1980. Neste horizonte, o Brasil figura como o que mais concentra renda no mundo, ao lado da Índia, Turquia e China.

No Brasil, em 2018, foram registradas 13,7 milhões de pessoas desempregadas (IBGE, 2018). A pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominada Síntese de Indicadores Sociais de 2017 (SIS), mostrou que cerca de 50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza, o que significa que a renda familiar mensal familiar é de R\$ 387,07 mensais, totalizando 25,4% da população. Dentre as crianças de 0 a 14 anos, 42% vive nestas condições. O percentual de jovens que não trabalham nem estudam aumentou 3,1 pontos percentuais entre 2014 e 2016, passando de 22,7% para 25,8%. A pesquisa também revela que quanto menos escolaridade, mais cedo os jovens ingressam no mercado de trabalho. A pesquisa revela que 39,6% dos trabalhadores ingressaram no mercado de trabalho com até 14 anos de idade. Contra qualquer tipo de fatalismo, diante desse quadro mundial e nacional lastimável, no contexto da convocação para empreender, promovida pela Indústria Criativa, compartilhamos da concepção gramsciana de que:

Os limites e os domínios “da força das coisas” são restringidos. Por quê? Porque no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje, não mais o é: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista, se ontem era irresponsável, já que era “paciente” de uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais paciente, mas sim, agente, e necessariamente ativo e empreendedor. (GRAMSCI, 1987, p. 24)

A criatividade é manejada pela classe dominante como uma solução para os problemas sociais, imprimindo uma ideia de igualdade e utilidade entre todos, afinal, ser criativo é tido como algo inerente ao ser humano.

Articula-se, assim, uma função de utilidade à classe subalterna, ao passo em que se estimula o arrefecimento da luta contra a exploração capitalista. Nesse sentido, há um deslocamento do protagonismo dos trabalhadores como classe, para o lugar de colaborador do capital.

A ideia de igualdade de todos perante a sociedade, mercado e Estado, por exemplo, contribui para ofuscar as desigualdades existentes. Por conseguinte, a burguesia por meio da dominação ideológica, faz com que a exploração não seja percebida por aqueles que são explorados,

⁹ Disponível em: <http://wir2018.wid.world/>. Acesso em 30/04/2018.

gerando, assim, o impedimento da manifestação da consciência emancipatória e o ofuscamento da luta de classes, que é a contradição histórica essencial. (COAN, 2011, p. 42)

Outro aspecto importante é que, tampouco há problema em mudar de perspectiva em relação ao que já foi atacado, ou considerado sem importância (no caso da cultura, das artes), os intelectuais orgânicos do capital vão sempre buscar desenhar novos sentidos, e apresentá-los como conveniente a todos, independentemente da incoerência que isso aparentemente possa representar. O capital é um sistema complexo, pensado racionalmente, e constituído historicamente sob determinadas condições históricas, por sujeitos igualmente históricos em disputa. O objetivo é criar e manter uma sociabilidade que não apresente empecilhos para o alcance de seus interesses, por isso a “organicidade”, o movimento, são fundamentais, porque esta arena de disputas é movediça por excelência, variando a tensão entre as forças em confronto.

É, portanto, uma questão de determinação estrutural insuperável que a ideologia – dominante – em face de suas aspirações legitimadoras apriorísticas – não possa funcionar de forma alguma sem apresentar seu auto-interesse, independente de ele ser particular, como sendo de “interesse geral” da sociedade. (MÉSZÁROS, 2008, p. 12)

Devido ao fato de essa manobra aparecer como “interesse geral”, ela dificilmente terá resistências, já que abarca dimensões muito sensíveis e necessárias à vida humana, como a diversidade cultural, o emprego, a inclusão, a riqueza, a sustentabilidade, por exemplo. Como ser contra algo tão bom, diante dos problemas enfrentados cotidianamente, como a falta de emprego ou a violência?

As indústrias criativas se estabeleceram firmemente como um componente vital das nossas sociedades, contribuindo cada vez mais para o desenvolvimento das economias nacionais. As pesquisas demonstram uma sólida evidência de sua importância crescente, e aqueles com o poder de decisão e os líderes de opinião estão mais e mais se conscientizando da importância econômica destas indústrias. Contribuindo simultaneamente para a diversidade cultural e ao reforço dos valores sociais, essas indústrias também geram riqueza e empregos, e promovem o comércio. (UNESCO, 2010, p. 172)

A receita pronta da criatividade/empreendedorismo/ inovação pode ser positiva em inúmeras situações, entretanto, o foco desta pesquisa não é demonizá-la, nem tampouco enaltecê-la, mas analisar suas raízes históricas e políticas, entendendo este fenômeno pelo viés do trabalho, da educação e da luta de classes.

Nesse item apontamos como a economia criativa opera no sentido de se distanciar da realidade concreta da luta de classes, alegando existir uma estrutura social propícia e igualitária para todos, como se a estrutura capitalista não fosse em si, desigual, bastando sermos criativos na formulação de soluções para o mundo.

Essa fórmula passou a ser esquematizada, e suas especificidades foram gradualmente registradas em documentos oficiais, em conferências com representantes de governos e empresários do mundo todo, foi difundida pelas mídias de modo a definir, divulgar e induzir essa perspectiva. O entusiasmo de mudança, de valorização das especificidades regionais, e o ímpeto de prosperidade para todos os países, são notáveis ao redor da economia criativa. Resta aos trabalhadores os ajustes a todas as regras prescritas pela burguesia. O Brasil ocupa um lugar importante nesse processo, conforme apresentaremos adiante.

1.2 INDÚSTRIA CRIATIVA NO BRASIL

Embora em 2004, no Brasil, a UNCTAD tenha formulado seu esquema explicativo sobre a Indústria Criativa, somente em 2011 foi estruturado o Plano da Secretaria de Economia Criativa 2011-2014 (BRASIL, 2011) no âmbito do Ministério da Cultura (MinC)¹⁰, como marco nacional para as ações nesse campo.

Como transformar um “esforço desesperado de cultura” em um direito fundamental ao desenvolvimento? O MinC responde de forma propositiva a essa questão, criando uma Secretaria da Economia Criativa, com o objetivo de ampliar a transversalidade de suas políticas dentro dos governos e com a sociedade. Trata-se de uma estratégia de afirmação da importância das políticas públicas de cultura na construção de uma agenda ampla e transversal de desenvolvimento. Trata-se de assumir o desafio de pensar o desenvolvimento, menos como produto do que processo cultural. E, para tanto, necessitamos levar em conta o que historicamente descartamos e excluimos ao longo da nossa história. (MinC, 2012, p. 7)

Este exame do que se descartou ou se excluiu ao logo da história do país, parece ser bem complexo. O reexame do que é “viável” economicamente em relação à cultura brasileira é colocado em perspectiva, ainda que de forma apressada, “desesperada”. Quais eram as pressões que o governo brasileiro estava enfrentado

¹⁰ O Ministério da Cultura foi extinto pelo presidente Jair Bolsonaro em 2019, por meio da Medida Provisória nº 870/2019, posteriormente transformado na Lei nº 13.844/2019, O Ministério da Cultura foi rebaixado a Secretaria Especial de Cultura, e atualmente faz parte do Ministério do Turismo, assim como a antiga Secretaria de Economia Criativa, que se tornou a Secretaria Nacional de Economia Criativa e diversidade cultural.

para a implantação das IC no país como direito fundamental ao desenvolvimento? Teria alguma relação com um movimento global que convoca a IC a desenhar uma nova sociabilidade?

O Plano da SEC apresenta a economia criativa como “a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos” (MinC, 2012, p. 24), e resume da seguinte maneira:

Quadro 1 - Definição de Economia Criativa e setores criativos

Economia Criativa
Sua definição parte das dinâmicas culturais, sociais e econômicas construídas a partir do ciclo de criação, produção, distribuição/circulação/difusão e consumo/ fruição de bens e serviços oriundos dos setores criativos, caracterizados pela prevalência de sua dimensão simbólica.
Setores criativos
São aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social.

Fonte: MinC (2012, p. 24)

A Economia Criativa é vista como uma dimensão mais ampliada, na qual se desenvolvem os setores criativos, classificados desta maneira pelo Plano Nacional de Economia Criativa do Ministério da Cultura:

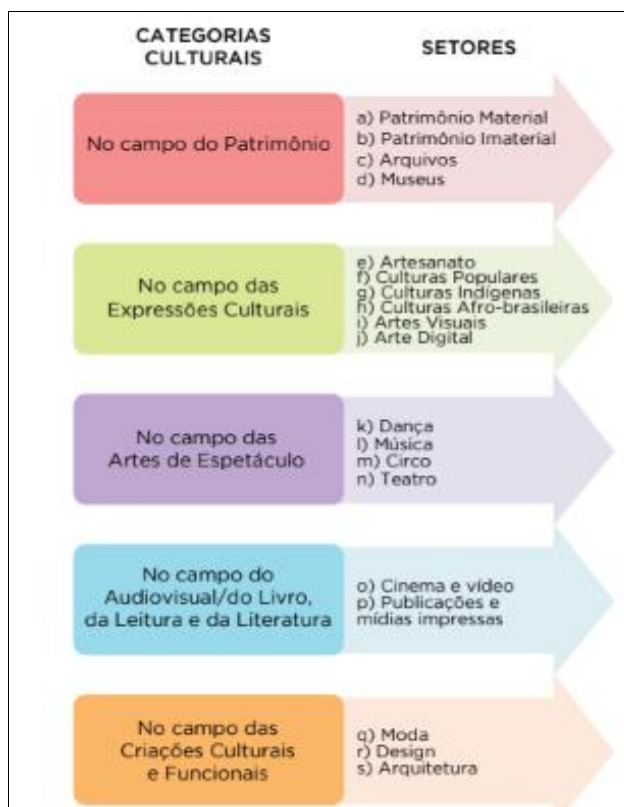
Figura 1 - Ciclo da Economia Criativa



Fonte: Ministério da Cultura (2012)

Nesse sentido, o escopo da Indústria Criativa, que se encontra no eixo ampliado da Economia Criativa, é assim detalhado pelo Ministério da Cultura brasileiro:

Figura 2 - Escopo detalhado da Indústria Criativa



Fonte: Plano Nacional de Economia Criativa (2012)

A definição de “categorias culturais” e “setores” deixa um pouco mais claro onde as pessoas trabalham, sendo possível enxergar um pouco melhor o trabalho dentro da IC e os trabalhadores também. Muitos trabalhadores dessas áreas já exerciam suas atividades, mas só recentemente foram “enquadrados” como “criativos”.

Quanto à subordinação, o British Council afirma que isso não é parte da IC, pois muitas pessoas se identificarão com os setores, justamente por ele apresentar essa característica “mais leve e descontraída do trabalho”, e terão vontade de fazer parte dele. Afinal a criatividade dos trabalhadores da IC é provedora de

(...) meios de expressão individual e uma oportunidade de compartilhar e trabalhar conjuntamente com amigos, dissolvendo grande parte da divisão tradicional existente com outros setores da economia, aquela que divide profissionais dos amadores, e que faz a união da economia informal às estruturas da atividade econômica e comercial. Ainda que tal divisão entre profissionais e amadores sempre fará parte da

atividade cultural, cada vez mais pessoas, principalmente os jovens, desejam seguir carreira em indústrias criativas. (BRITISH COUNCIL, 2010, p. 17)

A IC parece se diferenciar da economia como um todo, justamente por trazer os elementos de compartilhamento e possibilidade de trabalho conjunto “com amigos”.

A conceituação e o “enquadramento” são visto pelos governos e setores industriais como necessários para a viabilização de políticas públicas para este setor, tanto que, no ano seguinte da publicação do Plano Nacional, a Secretaria de Economia Criativa (SEC) foi criada por meio do Decreto 7.743, de junho de 2012 (BRASIL, 2012), com o objetivo de regulamentar a IC, mantendo vínculo com a Diretoria de Desenvolvimento e Monitoramento e com a Diretoria de Empreendedorismo, Gestão e Inovação, conforme organograma regimental do Ministério da Cultura. Atualmente ela recebe o nome de SEFAC, Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural.

No sentido de nomear e melhor visualizar a IC, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro realizou mapeamentos desde 2008 sobre o assunto no contexto econômico brasileiro, mapeando a EC (FIRJAN, 2008, 2014, 2016). O próprio MinC apoiou-se nos estudos já realizado pela Firjan, assim como os da UNCTAD, que por sua vez, foram as bases das publicações da Firjan.

Nesse contexto, as ações de governo estão intimamente ligadas às ações das indústrias, as quais estão fortemente conectadas com as determinações internacionais sobre o assunto.

Mudanças em nome da inovação também têm sido mobilizadas em nível nacional. O Relatório Anual das atividades Comissão de Educação da Câmara dos Deputados divulgou os eventos e projetos de lei que tramitaram em 2017. Além de palestra do diretor da “Google for education” na América Latina, com o tema: “Inovação em sala de aula”, orbitaram nessa discussão dois requerimentos que solicitam “o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a adoção de medidas para a valorização, expressa no currículo dos cursos de graduação, da atuação discente em projetos de pesquisa e de extensão relacionados à criação de inovação” (REQ 388/2017); e, “o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa a alteração na Portaria MEC nº 554, de 2013, com o objetivo de enfatizar a participação docente em projetos de inovação, como critério para progressão na carreira.” (REQ 393/2017).¹¹

¹¹ Requerimento do Deputado Federal Caio Narcio, do PSDB/MG.

Há uma sinergia entre governo e indústria nacional com a demarcação do campo pelos organismos da economia capitalista internacional. Há esforços articulados para que se fortaleçam os laços entre definições, mapeamentos e a veiculação de um vocabulário que organiza uma nova cultura voltada à EC. As instituições que atuam nesse movimento de construir essa nova percepção da realidade, do trabalho e, da formação para esse trabalho, são os governos, empresários e industriais.

Observando essa dinâmica, organizamos uma forma de conduzir a pesquisa que será apresentada a seguir.

1.3 METODOLOGIA

Procuramos desenvolver um viés crítico, fundamentado teoricamente no materialismo histórico dialético, como perspectiva analítica sobre os fenômenos sociais, buscando compreendê-los em sua dimensão histórica. Articulamos diferentes e complementares níveis de análise abrangendo as transformações econômicas, as reformas políticas e os embates teóricos em torno da inovação e criatividade no projeto formativo e institucional do IFSC.

Dentre os procedimentos metodológicos, utilizamos análises documentais e entrevistas.

Como forma de evidenciar os dados da EC na economia catarinense, tivemos como foco os mapeamentos da FIRJAN, os dados do IBGE, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dentre outras fontes. Esses dados são de extrema importância, contudo, insuficientes para responder às questões de pesquisa, as quais também serão investigadas à luz de documentos oficiais e internacionais sobre o assunto.

Analisamos documentos emitidos por organismos internacionais, dos institutos de pesquisa e estatística acerca do trabalho e da educação e inovação, bem como os documentos emitidos pelos organismos internacionais, como a UNESCO, o Banco Mundial, A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A relevância deste tipo de análise é detectar influências, diretrizes e induções sobre a EC e seus vínculos com o trabalho e a educação.

Concomitantemente, analisamos políticas públicas nacionais e estaduais, as quais balizam alterações nas reformas do IFSC, identificando como a inovação, a criatividade e o empreendedorismo aparecem nas leis, decretos, guias. Analisamos

suas definições e prescrições para a educação e para o trabalho, visando apreender como o IFSC se apropria disso na formação para o trabalho.

Pesquisamos documentos institucionais do IFSC; bem como as participações de representantes do IFSC em órgãos privados e governamentais, buscando entender como isso altera ou cria novas configurações pedagógico-estruturais.

Foram feitas entrevistas com os gestores do IFSC¹² que estão à frente dos processos que envolvem a Economia Criativa e as parcerias com empresas.

Foram analisadas as perspectivas desses gestores, com a finalidade de conhecer as alterações na dimensão pedagógica do IFSC. A partir das definições existentes nos órgãos deliberativos, investigou-se, por meio de websites governamentais e do IFSC, sobre os membros que compõem a comunidade externa do IFSC, como, por exemplo, o Conselho Superior (CONSUP), assim como a participação do IFSC em conselhos empresariais e governamentais. O objetivo foi o de compreender os vínculos que induzem alterações nas formas de ensinar e aprender dentro da instituição, que emergem dessas articulações políticas e econômicas.

A fundamentação teórica abrangeu a investigação dos fundamentos políticos e epistemológicos desse movimento histórico, com aporte teórico no campo da crítica Economia Política, da Educação e da Sociologia. Para tanto, foram analisados livros, artigos, vídeos, participação de grupo de estudos e aulas que se desdobraram, sobretudo, no interior de dois debates:

Entre aqueles que defendem que vivemos outro modo de produção, pautado pelo conhecimento, pela criatividade, e que, portanto, o capitalismo, a luta de classes, e a exploração não mais existem, ou suas análises não captam mais a realidade, como fez Marx no século XIX, e aqueles que defendem a atualidade da teoria do valor de Marx para explicar as relações de trabalho, e que estabelecem um maior diálogo com a dinâmica histórica e concreta capitalista.

Fez-se o cotejamento de ambas perspectivas, e encontrou-se nesse sentido, o caráter político de suas reflexões e disseminações, assim como as indicações acerca

¹² Questionário e entrevista disponíveis nos Apêndices de I a V, já submetidos ao Comitê de Ética da UFSC. No IFSC, o órgão específico que autoriza a realização de pesquisas em pós-graduação é a Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação, cujo parecer favorável já foi manifestado, conforme protocolo específico do IFSC.

da valorização ou o descarte de tipos de pensamento e as formas como comportamentos sociais são induzidos no capitalismo contemporâneo.

Em constante relação com os demais níveis de análise, foi dedicada atenção às alterações e ajustes na estrutura e funcionamento dos cursos do IFSC, entendendo-as atreladas às correlações de forças entre interesses classes, e da formação de um tipo específico de um “homem de novo tipo”. Para isso, as análises sobre rearranjos na organização pedagógica presentes em documentos oficiais do IFSC, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Pedagógico Institucional (PPI), as resoluções, os pareceres etc., foram fundamentais.

1.4 HIPÓTESE

Desenvolvemos a hipótese de que os princípios de dominação burguesa têm sido repostos e reajustados na contemporaneidade com base em um rearranjo que envolve uma complexa rede de interesses capitalistas, que buscam difundir a sensação de abrandamento da exploração do trabalho no capitalismo contemporâneo.

A classe dominante, ao apelar para a criatividade, para o empreendedorismo e para a inovação, suscita uma espécie de anestesia direcionada à classe trabalhadora incentivando o uso das potencialidades humanas para “solucionar problemas sociais”.

Nesse sentido, a burguesia busca, em meio aos antagonismos de luta contra os trabalhadores, conduzir uma direção ético-política favorável à sua classe, de modo que se estabeleça sentido na realidade, e seja introjetado como um jeito único de ser, estar e projetar a vida em sociedade. Diferentes órgãos institucionais políticos, econômicos, jurídicos, etc, vão delineando e servindo de base para a configuração desse desenho. Esses reajustes influenciam a organização pedagógica do IFSC, induzindo a uma formação voltada à criatividade e inovação.

Isso se dá pelas demandas do setor privado, presentes no IFSC através das parcerias, dos convênios firmados entre empresas e o IFSC, dos polos industriais instalados no interior dos *campi*, dos vínculos com parques tecnológicos etc, os quais têm induzido e redefinido as prioridades institucionais, o currículo e a organização pedagógica da instituição.

1.5 RELEVÂNCIA DA TESE

Este estudo visa contribuir com as análises já realizadas sobre Economia Criativa e Indústrias Criativas, mostrando como esses elementos, de estratégia desenvolvimentista, dirigidos pelas classes dominantes, influenciam na formação de trabalhadores para um tipo específico, aliados ao rearranjo das disputas peculiares do capitalismo contemporâneo.

Esta pesquisa pretende buscar os nexos históricos que permitam compreender as mudanças institucionais e de projeto formativo que a inovação e a economia criativa têm fomentado no IFSC, assim como, os estímulos construídos a partir, e dentro desse processo, influenciando as projeções profissionais dos jovens estudantes dessa instituição.

Assim, examinamos a dinâmica da condução dessa dinâmica pela burguesia, pela via da inovação e seus laços com o trabalho e a educação. Nesse horizonte, esta tese busca suscitar o debate acerca da ênfase histórica na criatividade, na dimensão comportamental e nas políticas do empreendedorismo desembocando na tão aclamada inovação. Com isso, busca-se favorecer a reflexão sobre o mundo atual, as conseqüentes disputas por projetos de sociedade, e seus encadeamentos com a formação profissional, especificamente dentro do IFSC.

As funções históricas da escola, articuladas às relações capitalistas atuais, as quais são, por excelência, contraditórias, assim como os elementos das mudanças, suas razões concretas, as disputas presentes no processo, o ímpeto pelo “novo”, e as disputas de classe. A finalidade desse estudo é de encorajar a desnaturalização ou a pretensa automaticidade de que vivemos um uma “nova era”, e de que a educação precisa ser enquadrada em uma “moldura criativa inovadora”. O presente estudo mostra elementos imprescindíveis para a construção de uma postura atenta e ativa sobre o trabalho, a educação, e os processos que envolvem a criatividade no capitalismo contemporâneo.

Esta tese é relevante porque mostra a criatividade em meio aos processos de luta pela hegemonia, e evidencia o caráter da luta de classes que a mobiliza.

Assim, o fenômeno histórico da Economia Criativa é entendido nesta tese situado: 1) no contexto histórico do capitalismo contemporâneo; 2) desnaturalizando os avanços tecnológicos, a inovação e o empreendedorismo e compreendendo-os no contexto das relações capital-trabalho; 3) considerando os problemas para os quais a

EC é colocada como solução, e como a educação é convocada a assumir esse compromisso; 4) investigando os vínculos da relação capital-trabalho-educação na EC, destacando suas implicações para a educação profissional no IFSC.

1.6 PROCESSOS DE OCULTAMENTO DA EXPLORAÇÃO NA ECONOMIA CRIATIVA

A função do conhecimento atravessa os guias, documentos e leis e debates teóricos sobre a inovação e a indústria criativa, ela é concebida pela burguesia como a base que retroalimenta um tipo específico e articulado de “criatividade, empreendedorismo e inovação”, cuja composição, na perspectiva dessa estratégia, se constitui como instrumento-chave de socialização e sobrevivência humana. Por essa razão, atinge diretamente os indivíduos e as relações sociais contemporâneas, de uma forma muito peculiar.

O rearranjo das forças políticas capitalistas contemporâneas tem criado e induzido um tipo de educação, de adequação e de coesão social, em dois níveis complementares :voltadas às instituições públicas e privadas, cuja organização deve se ligar diretamente às imposições do mundo digital/tecnológico, e outro, que é direcionado individualmente aos sujeitos, para que sejam “criativos, empreendedores e inovadores”, e que estejam convencidos de que não há outra saída para a sobrevivência, que não seja por essa via. Slavoj Žižek (2015) aponta alguns problemas e benefícios dessa empreitada:

O capitalismo high-tech naturalmente implica uma intensidade sempre crescente e uma intensificação incessante dos ritmos de trabalho, mas também é uma condição que tornou possível uma melhoria impressionante dos padrões de vida, nutrição e consumo. Mas a alienação atual é um tipo diferente de inferno. A intensificação do ritmo de trabalho, a desertificação da paisagem e a virtualização da vida emocional estão convergindo para produzir um nível de solidão e desespero que é difícil de recusar e combater conscientemente... Isolamento, senso de insignificância, compulsão e fracasso: a cada ano, 28 pessoas em cada 100 mil têm sucesso em sua tentativa de escapar [dessas condições], e um número muito maior o tenta sem êxito. (ŽIŽEK, 2015, p. 13. Anotação da autora)

As melhorias mencionadas têm sido desfrutadas amplamente pelos capitalistas, ou seja, por aqueles que têm acesso facilitado às tecnologias de informação e comunicação atuais, e aprende a manejá-las para fins de trabalho, diversão, informação e entretenimento. Entrelaçado a isso, a classe trabalhadora sofre

e resiste às explorações orquestradas pela burguesia. Essa luta é árdua, na medida em que gera sofrimentos diversos advindos pela luta pela sobrevivência, onde seus oponentes nem sempre são nítidos na realidade, pois a dinâmica de disputas pela hegemonia é baseada no esforço persuasivo para a adesão a projetos de sociabilidade, coerente aos interesses da classe dominante, cuja variação depende da correlação de forças em disputa. Esse complexo que envolve o antagonismo de classe, e que se efetiva na intensidade de trabalho, pode ser entendida como:

A condição pela qual requer-se mais esforço físico, intelectual ou emocional de quem trabalha com o objetivo de produzir mais resultados, consideradas constantes a jornada, a força de trabalho empregada e as condições técnicas. (...). Sociologicamente, o significado da questão da intensidade está no fato de que não se trata de um evento individualizado, e sim de uma condição geral do trabalho contemporâneo, fixada em normas e regras de conduta, em habitualidade, constituindo um padrão de organização que, portanto, independe dos desejos, das vontades e das características específicas de cada trabalhador. (DAL ROSSO, 2008, p. 43)

Embora a intensidade de trabalho no capitalismo seja um fenômeno social e não individual, suas determinações se refletem de forma destrutiva na vida íntima dos trabalhadores, não somente em seu aspecto físico, mas também no psicológico¹³. O suposto “mundo aberto”, relacionado com palavras isoladas, como “empoderamento”, “confiança”, “colaboração”, “transparência”, etc., associado à virtualização das relações sociais e do trabalho, impõe diferentes mecanismos de exploração, na forma de pressão por resultados, de responsabilização individual, exigindo na mesma medida, controle emocional e resiliência em meio às contradições criadas pelas próprias relações capitalistas.

Em todas as atividades que concentram grandes volumes de capital e que desenvolvem uma competição sem limites e fronteiras, tais como nas atividades bancárias, telecomunicações, grandes cadeias de abastecimento urbano, nos sistemas de transportes, nos ramos de saúde, educação, cultura, esporte e lazer e em outros serviços imateriais, o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador. (DAL ROSSO, 2008, p. 43)

¹³ De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017), mais de 300 milhões de pessoas sofrem de depressão, a doença já é considerada a principal causa de problemas de saúde e incapacidade no mundo. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/depressao-afeta-mais-de-300-milhoes-de-pessoas-e-e-doenca-que-mais-incapacita-pacientes-diz-oms/>. Acesso em 11/11/2018. A OMS também indica que os índices de suicídio têm aumentado, ocorrendo uma morte a cada 40 segundos no mundo. Setenta e cinco por cento dos suicídios ocorrem em países de baixa e média renda, o que indica que a questão histórica do antagonismo de classe tem reflexos nisso.

Antes de avançar, é pertinente apontar a concepção de trabalho assumida neste estudo.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços, pernas, cabeças, mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica a sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2008, p. 211)

Na medida em que o ser humano trabalha para sobreviver, ocorre um processo de descoberta, de reflexão e a produção do conhecimento sobre o seu intercâmbio com a natureza. A educação e o trabalho, ontologicamente, possuem raízes conjuntas, e isso não é novidade. Descobrir, mexer, errar, acertar, criar, são componentes indissociáveis da sobrevivência histórica da humanidade, independente dos condicionantes históricos a que ela é submetida.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (SAVIANI, 2007, p. 154)

Marx mostra que o trabalho é uma capacidade absolutamente humana e histórica, e em consonância teórica, Saviani (2007), aponta o caráter educativo do trabalho.

No modo de produção capitalista, “quando o trabalhador chega ao mercado de trabalho para vender a sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre a sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. (MARX, 2008, p. 211)”, em razão de que as duas classes fundamentais – os donos dos meios de produção, e os que não são donos de nada, além de sua força de trabalho, estão em constante relação.

Nesse sentido, Marx define a luta de classes como “motor da história”, de modo que a realidade está em permanente mudança, de acordo com as dinâmicas das disputas entre burgueses e proletários. Na concepção de Marx, a mercadoria é a

forma elementar da riqueza da sociedade capitalista, e contém em si uma complexidade histórica que não se revela à primeira vista, na vida imediata, “o gosto do pão não revela quem plantou o trigo” (MARX, 2008, p. 218).

Em Marx não há categorizações soltas e sem relação com a realidade concreta, portanto, para compreender a célula fundamental do capitalismo, é preciso analisar suas múltiplas mediações concretas, e não considerarmos que o fluxo da história se delinea de maneira mecânica, automática e natural, como se os conceitos ou ideias produzidas no enfrentamento de classes existissem por elas mesmas, ou fossem entidades que surgem do vazio, desconectadas das relações reais de luta pela sobrevivência. Por isso, concordamos com Marx sobre a necessidade de analisar a sociedade de classes em seu aspecto real, contraditório, relacional e histórico.

Ora, se na concepção da história separarmos as ideias da classe dominante da própria classe dominante e as tornarmos autônomas, se percebermos no plano da afirmação de que numa época dominaram estas ou aquelas ideias, sem nos preocuparmos com as condições da produção, nem com os produtores dessas ideias, se, portanto, desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, então poderemos dizer, por exemplo, que durante o tempo que a aristocracia dominaram os conceitos de honra, fidelidade, etc., enquanto durante do domínio da burguesia dominaram os conceitos de liberdade, igualdade, etc. A própria classe dominante geralmente imagina isso. (MARX, 2008, p. 48)

Nesse sentido, Marx ultrapassa o idealismo, e critica as concepções que investigam a realidade sob esse enfoque, em razão de que essa concepção dissemina e legitima o domínio da classe capitalista, que condiciona a vida de trabalhadores a condições extremamente precárias de vida, em nome da acumulação de capital.

A exploração não é uma ideia abstrata, mas está no cerne das íntimas relações da luta de classe. Os trabalhadores, por não serem proprietários dos meios de produção, são explorados para o enriquecimento do capitalista. Nos Manuscritos Econômico-filosóficos, Marx explica, entre outras coisas, a necessidade de “estranhar” o trabalho e a propriedade privada, no sentido de observar para além dos supostos automatismos da vida social. Em sua concepção, os trabalhadores se tornam meros instrumentos de produção de riqueza para a burguesia, e simultaneamente de pobreza para a sua própria classe.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata, quanto mais

mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). O trabalho não produz somente mercadorias, ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isso, na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. (MARX, 2010, p. 80)

Talvez a concepção marxiana pareça muito derrotista, e coloque os trabalhadores em condição de vítima dos capitalistas, na ótica dos entusiastas atuais da Economia Criativa, do empreendedorismo, do compartilhamento¹⁴, que é conduzida pela classe burguesa em si (empresários, banqueiros, chefes de governo, industriais – donos dos meios de produção), os quais afirmam que atualmente a concepção de Marx como não seria mais verificável na realidade.

A afirmação de que tal condição acabou, tem respaldo não na realidade, mas sim, na ideia “conceitual”, abstrata de que vivemos em outra sociedade, onde supostamente não haveria exploração, nem tampouco classes em disputa. A disseminação dessas concepções, como se fossem de interesse geral e não somente de uma classe, é apresentada como se tivessem vida própria, em meio à vida cotidiana, e se relaciona com a ideologia. Marx explica, na *Ideologia Alemã*, como isso é mobilizado na realidade como ideia dominante.

Toda essa aparência, como se a classe determinada fosse apenas a dominação de certas ideias, desaparece, por si só, naturalmente, tão logo a dominação de classe deixa de ser a forma de ordenamento social, tão logo não seja mais necessário apresentar um interesse particular como geral ou “o geral” como dominante. (MARX, 2007, p. 49.)

Portanto, em nossa concepção, as ideias disseminadas pela classe dominante, são ideias que são desconexas das contradições da realidade, e só são assim, porque são em si, um ardil burguês. De outra maneira, caso não houvesse interesses de classe, não haveria a necessidade da disseminação e do convencimento de que a EC é o caminho de uma sociabilidade “atual” e uma “receita de sucesso”.

A onda frenética da EC se assemelha a uma espécie salvacionista de um “comunismo *hight tech* gourmet”, que é repleta de referências burguesas mínimas, atrativamente rudimentares, que estimulam a imaginação de que é possível acessar, com o auxílio das tecnologias de informação e comunicação, o estilo de vida livre de

¹⁴ Descritos nos documentos oficiais anteriormente debatidos.

exploração, e aberto para todas as possibilidades inventivas de melhorias para si e para o mundo.

Essa é uma estratégia, na medida em que proliferam ideias limitadas de “vivenciar” experiências não exploratórias no trabalho, e que só existem como estratégia, porque a burguesia sabe que ela causa essa mesma exploração, embora sejam anunciadas pelos capitalistas como expansivas e revolucionárias para todos. É impossível desfrutar disso, em uma realidade que não superou o antagonismo de classe, assim, os capitalistas, cientes disso, retroalimentam um esquema de emulação da vida burguesa, e ao mesmo tempo coroa a sua ação no mundo através da Economia Criativa.

A inveja universal, constituindo-se enquanto poder é a forma oculta na qual a cobiça se estabelece e apenas se satisfaz de um outro modo. A ideia de toda a propriedade privada como tal [propriedade] está pelo menos voltada contra a propriedade mais rica como inveja e desejo de nivelamento, de tal modo de que estes, inclusive constituem a essência da concorrência. O comunista rude é só o aperfeiçoamento dessa inveja e desse nivelamento a partir do mínimo representado. Ele tem uma medida determinada, limitada. Quão pouco essa suprassunção da propriedade privada é uma apropriação efetiva prova-o precisamente a negação abstrata do mundo inteiro da cultura (*Bildung*), e da civilização; o retorno à simplicidade não natural do ser humano pobre e sem carências que não ultrapassou a propriedade privada, e nem mesmo até ela chegou. (MARX, 2010, p. 104)

As informações, a comunicação, as sensações e os gostos, são mercadorias, e, portanto, são mobilizadas para produzir valorização do capital para os burgueses. O desenvolvimento histórico tem propiciado a criação de novos arranjos, e essa é a diferença histórica do trabalho na atualidade, onde não importam os tipos de mercadorias, mas se elas serão geradoras de valor, e isso tem a ver pela forma como elas são produzidas.

O que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força de trabalho, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho. (MARX, 2008, p. 214)

Nesse contexto de condições sociais históricas imaginemos uma empresa que se anuncia como um espaço compartilhado de trabalho, um “*coworking*”, a qual somente existe por conta das condições concretas de trabalho atuais. Nesse lugar, se reúnem pessoas com diferentes formações, que estão trabalhando na construção de projetos em conjunto, ou isoladamente, para transformá-los em planos de negócio, e

poder gerar riqueza com suas ideias. Cada uma dessas pessoas que fazem parte desse hipotético *coworking* são trabalhadoras, mas o universo empresarial as imputa nomes como “empreendedoras”, “criativas” etc. Eles estão portando e utilizando seus *smartphones*, *tablets*, computadores com acesso à internet, e, conseqüentemente, ligados à energia elétrica. Estes são os seus meios de trabalho, adquiridos por eles próprios, que conforme aponta Marx, “indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho”.

Sabemos que a evolução dos meios de trabalho só é possível, em decorrência do desenvolvimento histórico por meio do próprio trabalho humano. Dessa forma, essas tecnologias utilizadas não possuem nada de fantástico ou surreal, que emergiram com vida própria, apartados da atividade social, mas, acima de tudo, são fruto das relações de produção constituídas ao longo da história.

Nessa direção, entendemos que o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação no trabalho atual, é marca de um tempo histórico peculiar, e fruto da atividade humana ao longo do tempo. Entretanto, é imprescindível ressaltar que essa atividade humana é balizada por interesses de distintas classes no curso da história.

No contexto do capitalismo, o trabalho não é somente trabalho concreto, que produz valores de uso, mas também, e essencialmente é trabalho abstrato, que produz valor, constituindo uma unidade relacional e histórica da produção, sob a lógica de classes. Por mais atual e *high tech* seja o nosso *coworking*, ele não escapa da produção e do contato direto com as de mercadorias, sejam elas um aplicativo, um jogo de celular ou um *emoji*¹⁵ em forma de dejetos sorridentes.

Pelo contrário, nesse *coworking*, adensa-se mais e mais a produção e socialização do capital, justamente por acelerar os processos de comunicação, que se dão em tempo real por meio da internet, barateando assim, os custos dos donos de empresas, e intensificando o trabalho dos “criativos”. Esse processo, há o ocultamento da extração de mais valia, discutida por Marx em duas formas dinâmicas e historicamente atreladas.

¹⁵ A palavra “Emoji” é de origem japonesa, composta pela junção dos elementos *e* (imagem) e *moji* (letra), e é considerado um pictograma ou ideograma, ou seja, uma imagem que transmite a ideia de uma palavra ou frase completa. Atualmente, os emojis são muito populares nas redes sociais (Facebook, principalmente) e em comunicações de troca de mensagens instantâneas, como o WhatsApp, por exemplo. Os primeiros emojis surgiram no Japão na década de 1990, criados por Shigetaka Kurita, em uma empresa de telefonia móvel do Japão. Os emojis são usados para transmitir mensagens de modo rápido, sem a necessidade de escrever textos explicativos.

Chamo de mais valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho. (MARX, 2008, p. 366)

Com o uso massivo das tecnologias de informação e comunicação nos processos de trabalho, a dinâmica de acumulação de capital se torna mais difusa, rápida, e os processos de extração de mais valia, mais refinados. Ainda que as ideias da classe dominante sejam as ideias de uma época (MARX, 2007), os trabalhadores sentem, percebem, reagem e se organizam contra a exploração sofrida, tensionando mudanças na realidade. É por isso que os capitalistas buscam, em meio a essas tensões, constituir a máxima naturalização da forma estritamente capitalista de produção de mercadorias, ainda que tenham que se ajustar e contemplar elementos típicos da luta dos trabalhadores, como liberdade, capacidade crítica, compartilhamento, emancipação, ação e direção da própria vida, ressignificando-os, de acordo com seus interesses. São esses valores burgueses, que permeiam os múltiplos espaços contemporâneos de trabalho, como o exemplo do “*coworking*”.

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência, e por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição de ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX, 2007, p. 47)

É dessa forma que os capitalistas, pela vida da criatividade, inovação e empreendedorismo, se articulam para pulverizar ao redor do mundo uma direção, que não fica explícita, mas, é, principalmente, uma direção política funcional à acumulação de capital, onde não há interferências em mudanças de ordem estrutural do capitalismo, rumo a sua superação, pelo contrário, como explica Marx, no Livro I do Capital:

O processo de produção quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista de produção de mercadorias. (MARX, 2008, p. 230)

É nesse sentido que Ricardo Antunes (2018) afirma o crescimento de mecanismos cada vez mais sofisticados de extração de mais valia.

(...) estamos presenciando em escala global o crescimento de novas formas de realização da lei do valor, tanto nas esferas da produção material quanto nas das atividades imateriais, estas também crescentemente constitutivas das cadeias globais de produção de valor. E, mais mesmo não sendo o elemento dominante, é necessário reconhecer que o trabalho imaterial vem assumindo papel de relevo na conformação do valor, não só por ser parte da articulação relacional entre distintas modalidades de trabalho vivo em interação com o trabalho morto como também por ser partícipe do processo de valorização, ao reduzir o tempo de circulação do capital e, por consequência, também seu tempo total de rotação. (ANTUNES, 2018, p. 47)

Verifica-se que Antunes não advoga a favor a substituição do trabalho material pelo imaterial, ou de uma época para outra, mas, aponta que a relação capital/trabalho tem sido dinamizada para compor o processo de valorização de capital.

Os fundamentos históricos anteriores ao uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação como meio de produção e da ampliação dos setores de serviços no capitalismo atual não altera suas bases históricas de exploração, mas atualiza a produção de mais-valor. Houve mudanças nas estratégias da classe dominante, mas não nas raízes essenciais de funcionamento do capitalismo.

Não havendo nenhuma alteração essencial nos meios e processos que circunscrevem o processo de produção, a relação de subordinação do trabalho opera nos termos do processo de trabalho anteriores à subsunção do trabalho ao capital ela se dá apenas de maneira formal. (SANTOS, 2013, p. 89)

Isso quer dizer que a “subsunção formal do trabalho ao capital”, oferece subsídios ao entendimento de que não há uma nova realidade, tendo em vista que já existiam previamente as condições históricas, onde a burguesia já realizava função de domínio. No mundo contemporâneo, essa relação fundamental não se alterou, e essa classe ainda se articula no processo de hegemonia, contra a classe trabalhadora, embora busque construir um consenso de que essa disputa não existe, disseminando a ideia de que o que há são as formas de “compartilhamento”, “transparência”, “confiança”.

O caráter distintivo da subsunção formal do trabalho ao capital se destaca, com maior clareza, mediante comparação com situações nas quais o capital já existe desempenhando determinadas funções subordinadas, mas não ainda em sua função dominante, determinante da forma social geral, em sua condição de comprador direto de trabalho e apropriador direto do processo de produção. O capital usuário serve de exemplo na medida em que adianta aos produtores diretos, matérias-primas, instrumentos de trabalho ou ambos, sob a forma de dinheiro. Os enormes juros que obtém, esses juros que, seja

qual for seu montante, são extorquidos ao produtor direto, não constituem outro nome senão mais-valia. Transforma, de fato, dinheiro em capital, arrancando ao produtor direto trabalho não pago, trabalho excedente. (MARX, 1978, p. 54)

A subsunção formal do trabalho relaciona-se diretamente com a produção de mais-valia absoluta, e diz respeito à máxima extensão de horas de trabalho dos operários, e nesse âmbito, “o trabalhador emprega os meios de produção, submetendo-os às potencialidades e limitações de sua atividade individual. Suas possíveis limitações determinam as limitações da produção.” (SANTOS, 2013, p. 90).

Dessas articulações, suscitam novos tipos históricos de relações sociais e se constituem, em meio à luta de classes, diferentes mecanismos de extração de mais valia, com a finalidade retroalimentar a acumulação capitalista. Ainda que sob a amplamente disseminada e elogiada¹⁶ “sociedade do conhecimento”, ou como mencionou Zizek, o “capitalismo *“high-tech”*”, sabe-se que as formas de sobrevivência são diversas e antagônicas, e o “empoderamento”, ou o “compartilhamento”, em sua acepção empresarial, não será capaz de romper a lógica exploratória do capital, inaugurando uma hipotética “nova era”, ao contrário, tem exacerbado ainda mais os processos de alienação dos trabalhadores, configurando um tipo distinto de exploração do trabalho, e de consequente acumulação de capital pela burguesia, a qual Marx (1978) chama de subsunção real do trabalho ao capital, onde

Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho, e, por força do trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção “*sui generis*”, dá origem a uma figura modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da figura material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja figura adequada corresponde, em consequência, a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas de trabalho. (MARX, 1978, p. 66)

Historicamente, a criatividade, a inovação e o empreendedorismo somente poderiam despontar como estratégia da classe dominante a partir de determinadas condições, que propiciaram novas e diferentes tecnologias por meio do trabalho, em intercâmbio com a capacidade de aprender, descobrir e criar dos seres humanos, ou

¹⁶ Refiro-me a intelectuais comprometidos com a disseminação entusiasta desta estratégia de classe, os quais, a partir de suas orientações metodológicas, enaltecem a incontestável “mudança de paradigma”, anunciando uma era pós-moderna, a exemplo de André Gorz e Maurizio Lazzarato, cujas reflexões serão problematizadas adiante.

seja, em razão da íntima e indissociável relação entre trabalho e educação ao longo do tempo. Caso referíssemos a aplicativos, armazenamento de dados na nuvem, ou redes sociais para iniciar ou alavancar um negócio *on-line*, por exemplo, há 20 anos atrás, isso não faria sentido, porque as forças produtivas daquele momento histórico não teriam oportunizado tais mediações.

Atualmente, elas têm sido moldadas pelos capitalistas por uma trama que se articula em favor de sua estratégia de dominação, mantendo e ampliando a alienação e a exploração dos trabalhadores. Mas essa socialização não pode ser entendida como o fim do capitalismo, e sim, uma fase histórica de ordenamento de suas diretrizes de acumulação.

Portanto, a socialização da produção tem sido considerada uma “chave de sucesso”, e por essa razão, o vocabulário empresarial atual enaltece os “contatos”, ou a “comunicação estratégica” (termo que suaviza os frios interesses de enriquecimento capitalista), o trabalho em equipe, a estabilidade emocional etc. Estes trabalhadores, ainda que tenham salários acima da média, são diretamente explorados pelos capitalistas, e sem que haja clareza disso no cotidiano, são, ao contrário da liberdade que julgam experimentar, submissos ao ordenamento do capitalismo contemporâneo, participando como seres históricos do processo de subsunção real do trabalho ao capital.

(...) Como com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (manager), engenheiro (engineer), técnico, etc, outro como capataz (overlooker), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral a seu processo de valorização e produção. (MARX, 1978, p. 71)

Em função dessa rede de cooperação para que o capitalismo se desenvolva plenamente, nota-se no cotidiano, ou seja, sem uma análise sistemática, que as hierarquias como patrões e empregados, tenham sido substituídas nos discursos por um vocabulário diferente, suprimindo a noção de classes sociais, e, portanto, a

exploração também, e tenha emergido a figura dos empreendedores, criativos e inovadores, como uma suposta nova organização do trabalho, capaz de suplantando as formas “retrógradas” de classe em períodos posteriores, onde o capitalismo não havia se capilarizado de forma tão fulcral como na sociabilidade contemporânea.

Esse entendimento é distorcido pelas bases de sustentação da burguesia, em razão de que a relação capital/trabalho é socialmente determinada, mediado por múltiplas relações históricas, que Marx, denomina de trabalho produtivo.

Trabalho produtivo não é senão a expressão sucinta que designa a relação integral e o modo pelo qual se apresentam a força de trabalho e o trabalho no processo capitalista de produção. Por conseguinte, se falamos de trabalho produtivo, falamos, pois, de trabalho socialmente determinado, de trabalho que implica relação nitidamente determinada entre o comprador e o vendedor de trabalho. O trabalho produtivo troca-se diretamente por dinheiro enquanto capital, isto é, por dinheiro que em si é capital, que está destinado a funcionar como capital, e *que como capital, se contrapõe à força de trabalho*. Em consequência, trabalho produtivo é aquele que, para o operário, reproduz somente o valor previamente determinado de sua força de trabalho, ao passo que em sua condição de atividade geradora de valor, valoriza o capital. (MARX, 1978, p. 75)

Dessa forma, seja dentro de um *coworking*, ou dentro de uma fábrica automobilística, os trabalhadores produzirão mais valia, porém, como essa produção é histórica, e, portanto, variável e contraditória, há mudanças em suas mediações, contudo, suas bases essenciais de exploração de classes não são alteradas.

O trabalhador produtivo continua sendo aquele que produz diretamente mais-valia, participando da produção da mercadoria criada. Mas outra importante modificação notada por Marx na questão da subsunção real foi a criação e ampliação de uma força produtiva socializada e complexificada em níveis inexistentes nos modos de produção anteriores, que nas suas múltiplas relações intensifica de forma multilateral o processo de dominação e exploração do trabalho pelo capital, incluindo a inserção da ciência e o uso intensivo de tecnologia no processo produtivo. (SANTOS, 2013, p. 96)

Dessa forma, a classe dominante mobiliza os vínculos que se combinam em nome de uma sociabilidade condizente aos seus interesses. Isso se concretiza no cotidiano por meio do disciplinamento das massas, mediante ajustes nas legislações trabalhistas, nas reformas educacionais, nas parcerias entre setores públicos e privados, nas medidas de governo voltadas aos cortes ou contenção de gastos

públicos¹⁷, tendo como suporte as propagandas e as mais variadas formas de comunicação para disseminar uma suposta “cultura de inovação”, ou “cultura do empreendedorismo”.

Uma sociabilidade singular é requerida na atualidade, a partir dessa estratégia de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Nela, o trabalho, a educação, e a conformação de toda a vida social, devem se alinhar aos propósitos da classe dominante, articuladora dessa estratégia. O objetivo dos capitalistas de fazer com que essa sociabilidade específica se torne a única possível, é o de que haja o entendimento de que não existem soluções para os “problemas sociais”, para além da configuração capitalista, em consequência, a desigualdade de classes aparece como um processo natural, no qual a educação exerce um papel fundamental¹⁸.

(...) o significado mais profundo da educação contínua da ordem estabelecida é a imposição arbitrária da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais. Uma vez que o significado real de educação, digno de seu preceito, é fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação – das quais são também os produtores mesmo sob as circunstâncias mais difíceis. (MÉSZÁROS, 2008, p. 83)

Diferentemente de uma sociabilidade que mobilize e encoraje o desvelamento das contradições, e viabilize formas de mudança, onde a opressão de classe não faria mais sentido, o “conhecimento estratégico capitalista”, pelo contrário, naturaliza a exploração, e nesse processo, incita e orienta o fomento de certas habilidades cognitivas (criatividade), sociais, emocionais, de autoajuda (empreendedorismo), e de resultados (inovação), que, em seu ponto de vista, seriam as bases de sustentação para se lidar com os percalços da vida cotidiana. Trata-se de um receituário que é direcionado para a capacidade individual de superação de problemas dentro dos limites do capitalismo, sem, contudo, romper com as contradições fundamentais de exploração de uma classe por outra.

Isso tem se expressado no estímulo, oriundo dos ditames capitalistas, de imposição de um modelo combinado de criatividade, empreendedorismo e inovação, que se supõe comprometido com os problemas da realidade, contudo, um

¹⁷ As legislações referentes às reformas, ajustes, parcerias, convênios, são tratadas no capítulo sobre análise de documentos nacionais.

¹⁸ No capítulo sobre o IFSC, a partir da análise do Planos Pedagógicos de Curso, mostramos como os argumentos da burgueses são tomados em sua maioria, como explicação da totalidade da existência, e como forma de ensinar e aprender.

comprometimento real com a humanidade, em suas complexas contradições reais e históricas, levaria ao próprio fim dos privilégios dessa classe, e, com efeito, do próprio capitalismo, nesse sentido, concordamos com Mészáros (2008, 2010) acerca da impossibilidade de “corrigir” este sistema.

A manutenção dessa forma de domínio capitalista não se dá sem resistências e contradições. Estudos mostram que a luta de classes, diz respeito ao um longo processo controverso e difuso, porém compreensível e orgânico, a exemplo das reformas educacionais brasileiras (MOTTA, 2007; AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, NEVES, et al, 2015, NEVES, 2004, NEVES; PRONKO, 2008, FREITAS, 1999, 2004, 2014, FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003, 2007, 2008).

A educação está intimamente atrelada a essa complexidade, em razão de que a força de trabalho “deve possuir o grau médio de habilidade, destreza e rapidez reinantes na especificidade em que se aplica”. (MARX, 2008, p. 229). Embora Marx tenha mencionado essa dimensão educacional do trabalho, ele não advoga a favor de uma receita formativa, ao contrário, ao se referir ao desenvolvimento de habilidades, ele está fazendo uma profunda reflexão sobre o trabalho como produtor de valores de uso e valor, entendendo esse processo como uma relação social e histórica. Em conformidade com essa visão, as próprias configurações do capitalismo não permitem a prática da criatividade em sua amplitude humana, mas tão somente aquela criatividade interessada pelas classes dominantes, que esteja a serviço de uma saída para suas intermitentes crises.

Pois a liberação criativa e a participação produtiva só são concebíveis pelo entendimento apropriado da natureza das tarefas envolvidas, incluindo a *raison d'être* histórica, e ao mesmo tempo, pela percepção da necessidade de aceitar de forma consciente a grande responsabilidade inseparável de um modo plenamente participativo de regular sua ordem social em uma base sustentável. (MÉSZÁROS, 2008, p. 104)

Nesse encadeamento, o trabalho e a educação estão no centro das disputas por hegemonia¹⁹, porque dizem respeito às relações substanciais de sobrevivência e de orientação moral das massas. A partir dessa complexidade, Motta (2007) explica o caráter político e dinâmico da educação, que varia de acordo com as tensões que delineiam a história contemporânea, “o que indica que se trata de um tipo de relação entre educação e economia capitalista, que vai se estabelecer nas contradições e nas

¹⁹ A palavra hegemonia sempre será mencionada nesta tese sob a perspectiva gramsciana.

lutas de classes” (MOTTA, 2007, p. 39). É no contexto do trabalho e da educação que a solução dos problemas sociais pela via da criatividade, do empreendedorismo e da inovação, é veiculada como o desenvolvimento de uma maneira geral, e não como o “desenvolvimento capitalista”.

Ou seja, o todo é tomado pela parte. No diálogo sobre as reformas da educação profissional e tecnológica, Azevedo, Shiroma e Coan (2012), apontam que as relações humanas são muito mais amplas do que aquelas que buscam defini-las somente a partir do “desenvolvimento socioeconômico”. Existem outras demandas em meio à diversidade humana, que constituem resistências e contrapontos a esse ideal de desenvolvimento classista.

(...) Toda vez que se coloca o desenvolvimento socioeconômico como elemento centralizador e o ser humano numa posição de coadjuvante não ocorre passagem para outra condição de desenvolvimento social. (AZEVEDO, SHIROMA, COAN, 2012)

Essa concepção interessada de desenvolvimento, que se relaciona diretamente com o trabalho e a educação contrasta com aquela defendida nesta tese, a qual se coloca em consonância com a seguinte elaboração:

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2012, p. 211)

Essa perspectiva sobre o trabalho reconhece, além das capacidades humanas de trabalhar e aprender, as condições históricas e conjunturais que delas emergem, e dinamizam a vida em sociedade. Por isso, continua Marx:

Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (Id.)

A vinculação de um tipo específico de trabalho, a serviço de uma estratégia de classe, tem a ver com a dominação, e como ela se expressa na dinâmica de forças, em meio a outras lutas encabeçadas pela classe trabalhadora. Assim, as concepções de mudança social, que mobilizam mudanças morais e intelectuais, no sentido de criar “(...) uma ordem que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das

classes.” (MARX, ENGELS, 1984, p. 101), é a expressão da luta de classes, que tem o trabalho e a educação como seus eixos fundamentais.

Embora a exploração da classe dominante exista sobre os trabalhadores, ela está em meio a outros projetos que se opõem a isso, que tensionam a arena de disputas entre classes. Por essa razão, como estratégia capitalista de desenvolvimento, há uma pedagogia diretiva, capitaneada pela burguesia, para a formação de um sujeito de “tipo contemporâneo”, que seja criativo, empreendedor e inovador. A orientação ético-política voltada a essa tríade, tem como fundamento a produção de um consenso, e de uma coesão social específica, em nome de uma dupla consequência: o desenvolvimento social, e o “sucesso”²⁰ individual, tanto no campo profissional, como pessoal. Para a criação desse “novo tipo” há que se compor uma base de sustentação que leve adiante esse projeto, e que essa base possa, através do consenso, organizar a sociedade em geral, em nome de um projeto de classe.

(...) o pleno desenvolvimento de uma classe – ou fração – depende de sua capacidade de gerar seu próprio quadro de intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e mesmo consciência de sua função, seja no âmbito econômico, político ou ideológico. A partir dessa capacidade organizativa por excelência, os intelectuais respondem não só pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas também pela tarefa de atingir a própria organização da sociedade em geral, o que configuraria, de modo efetivo, a plena hegemonia da fração de classe específica por eles representada. (MENDONÇA, 2014, p. 35)

Essa abordagem de direção auxilia no entendimento de que as tensões sociais podem ser inteligíveis, por sua natureza humana e histórica, em contraposição às interpretações sobrenaturais, automáticas, definitivas ou generalistas sobre o assunto. Em posse dessa noção, nosso instrumento de pesquisa é a própria realidade e suas conexões histórico-políticas, as quais nos ajudam a investigar as mediações existentes que emergem da complexidade da luta de classes. Fazem parte dessa metodologia, examinar criticamente as decisões políticas locais e globais, as prescrições presentes nos relatórios produzidos por intelectuais membros dos organismos internacionais, e seus prognósticos sobre a educação/trabalho para o

²⁰ A ideia de sucesso é amplamente discutida, por Adriana Cláudia Turmina (2010) sob a perspectiva dos manuais de autoajuda, na tese intitulada: Autoajuda nas relações de trabalho, a (con)formação de um trabalhador de novo tipo. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93603/287267.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 02/10/2018.

século XXI da UNESCO, da UNCTAD, do Banco Mundial, do BID²¹, a composição dos quadros de representação política, suas parcerias institucionais, convênios, alianças etc.

Trata-se de passar da análise de organizações específicas, tomadas isoladamente, para a compreensão do movimento que decorre da ação articulada de sujeitos e organizações, buscando apreender, numa perspectiva de totalidade, as interconexões entre global e local. (SHIROMA, 2011, p. 15)

É a partir dessa perspectiva, que buscaremos compreender os nexos históricos e políticos que conduzem, em meio ao processo de disputas por projetos de sociedade, a forma de ser do tipo “criativo, empreendedor e inovador”. Isso ocorre no interior das condições históricas específicas, e são articuladas com a dinâmica da luta de lutas de classes, e das contradições delas provenientes, e por essa razão, precisam ser compreendidas em suas relações históricas e políticas.

1.7 ESTRUTURA DO TEXTO

Esse texto está estruturado em cinco capítulos, seguidos de referências e apêndices. No primeiro capítulo, apresenta-se interpretações sobre a relação capital/trabalho/criatividade/educação. Discute-se a criatividade na ótica do capital e do trabalho, procurando evidenciar como o conceito começa a ser fortemente utilizado pelos governos de diferentes partes do mundo. Buscou-se conhecer as recomendações de organismos internacionais como a UNESCO, a UNCTAD e o BID, para a formulação de políticas públicas, a indução para a formação de parcerias entre setores públicos e privados, os discursos sobre como é “o novo trabalho”, como devem se comportar os trabalhadores e como deve ser a formação para o trabalho. Procurou-se demonstrar que estes discursos tentam inaugurar uma nova era do trabalho e dos trabalhadores. Analisou-se documentos oficiais emitidos pelo governo brasileiro que reproduzem referências internacionais de formulação de políticas públicas e o rearranjo das relações de trabalho. Explica-se os objetivos, a metodologia, os instrumentos de pesquisa (cf. apêndices), hipóteses e como foram realizadas as análises nesta tese. Enfatiza-se a importância de se compreender a criatividade e a

²¹ Os conteúdos disseminados por esses órgãos são discutidos no capítulo sobre análise de documentos internacionais.

inovação na relação entre trabalho e educação, em meio à dinâmica da luta de classes no capitalismo contemporâneo.

No segundo capítulo, realiza-se um balanço das pesquisas e analisa-se os documentos oficiais sobre o tema. Os estudos e documentos encontrados foram separados em tópicos específicos, que se dedicam a discutir Recomendações internacionais e o plano da SEC (2011-2014) para o setor.

O terceiro capítulo analisa os desdobramentos destas propostas na educação. Procura-se mostrar como o movimento mundial e nacional a respeito da EC, discutidos nos capítulos anteriores, reverbera na formação promovida pelo IFSC. Evidencia-se, dessa forma, como o IFSC se vincula às empresas, parques tecnológicos e se relaciona com os segmentos governamentais. Evidencia-se como a estrutura física e pedagógica da instituição vai sendo reconfigurada em compasso com as demandas da burguesia contemporânea. Nesse sentido, ressalta-se como a interferência dos setores privados, e as articulações governamentais, adentram e alteram a forma de ensinar e aprender. Nota-se o encorajar de processos formativos que se distanciam da educação como um direito social, garantido pela Constituição Federal de 1988.

O quarto capítulo apresenta análises teóricas a respeito dos fundamentos históricos e políticos da formação de um “sujeito criativo e inovador”. Buscou-se, a partir das análises da empiria selecionada, apreender suas raízes epistemológicas e os desdobramentos para a construção da sociabilidade “adequada” ao capital. Essas questões foram analisadas na ótica dos chamados “teóricos do imaterial”, autores que se dedicam igualmente ao entendimento de uma suposta preponderância do trabalho imaterial em oposição ao trabalho material, e as mudanças nas relações de trabalho e do sujeito trabalhador, em decorrência do uso das tecnologias de informação e comunicação. Em contraponto a essas perspectivas ahistóricas, voltadas a uma compreensão de mundo funcionalista que está a serviço da classe dominante, refletimos junto com Marx (1978, 2008, 2009), Gramsci (1987, 2010), Santos (2013), Mészáros (2008, 2014), e Pagotto (2011), uma outra perspectiva que nos ajuda a entender como a Economia Criativa não supera, mas se articula com a exploração burguesa nos dias atuais. Esses autores, fundamentados no materialismo histórico, auxiliam na percepção do ocultamento das relações de classe no discurso sobre a EC. Fornecem, também, elementos importantes para a compreensão da educação como um campo de disputa por projetos de sociedade, sendo a formação, um ponto

essencial na percepção da organização da cultura e para a configuração dos consensos.

No quinto capítulo, busca-se concluir essas reflexões, com a intenção de fomentar novos debates acerca das relações sobre capital/trabalho/educação/criatividade/inação/empreendedorismo e sobre os rearranjos produtivos históricos, mobilizados pelas disputas entre classes.

2 BALANÇO DE LITERATURA

Quanto mais se investiga sobre o tema da Economia Criativa, mais se observa como a educação atravessa suas discussões, assim como estão próximos os vínculos com a inovação. Por essa razão, foram feitas quatro tipos de busca de pesquisas produzidas no Brasil sobre o assunto, utilizando os descritores educação, inovação e “economia criativa” nos seguintes sítios eletrônicos: no banco de teses e dissertações da capes, no banco de periódicos da Capes, na plataforma Scielo, no GT9 – “Trabalho e Educação” da Anped (Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em educação). As pesquisas foram feitas em fevereiro de 2019.

No portal de periódicos da Capes foram encontrados 26 artigos, dos quais se referiam a distintos assuntos voltados aos descritores selecionados, como direitos autorais, gestão da criatividade, parques tecnológicos. Em análise sistemática, identificou-se que as áreas de estudo dos artigos encontrados, se concentram no campo da Administração, da Economia, da Comunicação social, da Arquitetura, do Design. Não foram encontrados artigos no campo da educação, com os quais pudéssemos estabelecer diálogos críticos sobre as relações entre educação, inovação e economia criativa. Em sua maioria, os artigos se dedicam a estudar “impactos” da inovação em estudos de caso, ou como aprimorar a inovação em contextos escolares, ou sobre como os professores podem ser “mais inovadores”.

Estes artigos partem de uma visão de que a inovação é algo a ser implantado, e em geral, seguem a mesma lógica descrita nos documentos oficiais aqui analisados, voltados à necessidade de adequação a um “mundo novo”, assentado nas tecnologias de informação e comunicação, um caminho “sem volta”.

Foi realizada também uma investigação com esses mesmos descritores na biblioteca eletrônica da Anped, especificamente no GT9 - “Trabalho e Educação”, e não foram encontrados artigos, ou pôsteres sobre o assunto. O mesmo ocorreu na busca na plataforma Scielo, onde não foram apontadas pesquisas que integram a educação, a inovação e a economia criativa.

No catálogo de teses e dissertações da Capes, a busca foi feita com o filtro em programas de pós-graduação em educação, onde foram encontradas cinco teses de doutorado, e sete dissertações de mestrado que dialogam com a perspectiva da educação, inovação e economia criativa, e a investigação de seus nexos históricos. Um dado interessante foi o de que, mesmo os institutos federais não se constituíram

como palavra-chave na busca, grande parte das teses e dissertações que apareceram, tinha nos títulos, os IFs.

2.1 INOVAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

Das teses encontradas nesse filtro, identificamos proximidades com a de autoria de Viviane de Souza Rodrigues, do Programa de Pós-graduação em educação da UFRJ, defendida em 2016. O diálogo entre essa tese, e a perspectiva que se defende aqui, é a preocupação com os vínculos da ciência e tecnologia, com os interesses empresariais, do fluxo de “parcerias” dos setores públicos e privados, as quais têm sido conduzidas em favor da classe dominante, ressignificando o caráter público e de direito social da educação. O foco da tese de Rodrigues (2016) é a universidade, ou seja, o ensino superior, e seus elos de dependência do Brasil em relação a países centrais do capitalismo, e como isso reflete na produção científica e na gradativa privatização da educação.

Um país dependente como o Brasil processa a modernização de sua sociedade requerida pelo capitalismo através da transplantação de instituições sociais, técnicas e ideais, contudo, sem absorção internamente dos dinamismos desta importação. Na verdade, os fluxos modernizantes em grande medida têm se caracterizado como um aparato ideológico que oculta as relações de dependência e dominação. (RODRIGUES, 2016, p. 64)

Essa “transplantação” fica evidente tanto no Plano Nacional de Economia Criativa, quanto nas transformações históricas do MinC, no sentido de produzir um consenso de que os modelos para saídas de crises econômicas de outros países, podem ser utilizados no Brasil, seguindo a lógica do “case de sucesso”. Essa expressão tem sido recorrentemente utilizada no âmbito empresarial, e na literatura de autoajuda (TURMINA, 2010), onde indivíduos contam como enriqueceram, indicando os métodos “adequados” para o alcance do “sucesso”. Trata-se de uma indução que não considera as complexidades e especificidades, nem dos diferentes países, nem das condições históricas e de classe, nem tampouco, as múltiplas noções de “sucesso”.

Essa lógica persuasiva é mobilizada pelos capitalistas na dinâmica pela hegemonia, e o interesse dessa classe pela produção científica e tecnológica, se articula com a formação de sujeitos que estejam em sintonia com os interesses de acumulação de capital, de forma que absorvam e divulguem essa lógica como sendo

a única possível. Rodrigues (2016) analisa como, conjunturalmente, isso vai ocorrendo, com a criação de leis, conferências, e as perspectivas dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e o alinhamento com as diretrizes do Banco Mundial (RODRIGUES, 2016, p. 76), e nesse processo, as demandas empresariais foram intensificando a sua interferência na produção científica, contribuindo para que os temas de pesquisa fossem afunilados para atender os seus objetivos, propiciando a valorização de grupos específicos de pesquisa, favoráveis à lógica do capital, em detrimento da pluralidade científica.

Assim, as ilhas de excelência geradas acabam sempre privilegiadas em detrimento de outras possíveis experiências e pesquisas que, por não fazerem parte da agenda da política, têm que disputar recursos ainda mais escassos. Considerando o conhecimento como o exercício da criatividade, o privilégio a pesquisas orientadas pode reduzir as possibilidades de desenvolvimento autóctone, relacionado à pesquisa e experimentação livres. (RODRIGUES, 2016, p. 84)

Tal observação é correlata à levantada na presente pesquisa uma vez que se tem verificado a forte presença de diretrizes mercadológicas para a formação no IFSC, inclusive nos projetos de curso, e no próprio Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI). Nesse contexto, a tese de Ávila (2018), mostra, a partir de dados empíricos, como a inovação vai redefinindo o escopo institucional dos Institutos Federais, esvaziando o foco da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

O foco da tese defendida por Ávila (2018) é detectar as características dessa “nova institucionalidade” nos IFs, e propor um modelo institucional para isso. Quando se trata de modelos e proposições, ainda que o autor tenha feito uma análise sobre o EPT, inclusive em outros países, isso se distancia da nossa discussão, justamente porque objetiva-se aqui investigar as contradições históricas, e, sobretudo, como os modelos podem ser problemáticos, por estarem vinculados às íntimas relações de distintos projetos de sociedade em disputa, entretanto, a tese de Ávila é interessante por mostrar uma perspectiva sobre as características e evoluções dessa mudança de foco dos IFs à EPT para outra, voltada para a inovação, sem, contudo deixar de ser uma instituição de educação, assim como da conceituação da inovação, cujo tema refere-se ao mundo empresarial, e não às especificidades da educação.

Outro aspecto que merece destaque na busca da confirmação da inovação na criação da nova instituição se fundamenta na observação de suas características a partir da inserção no debate internacional da EPT, na medida em que o mundo se torna cada vez mais globalizado, gerando a necessidade da convergência na busca da orientação para

as respostas aos problemas sociais, culturais, econômicos e políticos, objetivando o atendimento tanto das necessidades internas quanto externas e contribuindo para o seu desenvolvimento em nível de competitividade internacional. (ÁVILA, 2018, p. 29)

O autor defende, e “confirma” a ideia de que os IFs são hoje uma “nova instituição”, e atribui isso a uma pretensa abertura do debate da EPT em nível internacional. Afirmamos, todavia, que o processo oposto ocorre, ou seja, limita-se a capacidade de formar os estudantes para que sejam capazes de compreender e questionar o mundo na EPT, circunscrevendo-os a unicamente a “serem competitivos”.

Uma instituição educacional não deve ser competitiva, mas, sobretudo, promover a educação, para inclusive oportunizar o debate sobre a natureza real e contraditória dessa “competição”, seus nexos com a história pregressa e presente, e a relação entre indivíduo e sociedade. As formas de compreender o mundo não devem se limitar à lógica empresarial.

Ainda que saibamos disso, a tese de Ávila (2018) aponta justamente esse enquadramento, mascarado de uma lógica expansiva de formação profissional, para atender aos imperativos do “mercado de trabalho”, atribuindo a falta de qualificação profissional ao aumento do desemprego e crises econômicas.

Entre os grandes desafios que a EPT enfrenta no berço da globalização, destaca-se o paradigma mercado de trabalho, no qual se apresenta a preocupação com as condições do despreparo para a inserção no mundo do trabalho devido à falta de qualificação profissional, podendo contribuir para o aumento do desemprego, ou para a criação de subempregos, em meio a uma crise mundial. (ÁVILA, 2018, p. 37)

O autor analisa o “status inovador dos Institutos Federais”, para além da oferta da educação profissional e tecnológica, mostrando a potencialidade “inovadora”, que ultrapassa a dimensão educacional, na configuração atual dos IFs. Nesse sentido, alude ao processo crítico, que possa vincular a relação capital/trabalho, como defesa dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Com a pesquisa científica busca-se compreender as mediações que permitam entender a dialética do aumento da riqueza e da miséria, sem, contudo, medir, dicotomizar categorias mecanicamente, ou estabelecer relações maniqueístas entre capitalistas e trabalhadores. Portanto, não se trata de defesas e acusações, e sim, de análise crítica, concreta e histórica.

Disso se segue que não é possível indicar à vontade qualquer agente de negação (...) na esperança de encontrar a solução desejada. O

caráter irremediavelmente de uma teoria não é a questão da escolha intelectual arbitrária (e muito menos resultado de um “erro filosófico”), mas a manifestação necessária de seu centro estrutural: o tipo de agente (ou o “Sujeito, em termos filosóficos tradicionais”) a que se refere para a realização da perspectiva defendida. (MÉSZÁROS, 2014, p. 234)

Outras duas teses com a mesma perspectiva de Ávila (2018), realizadas na Universidade de Brasília, dedicam-se a entender as mudanças institucionais dos institutos federais. Laia (2018), ao investigar “a adequação do modelo de governança em rede, aplicado aos IFs”, e como seu caráter institucional, ao longo das transformações da instituição, mobiliza entendimentos sobre como a inovação foi desenhando o quadro institucional dos IFs, analisando alguns modelos de governança ao longo da tese. Andrade (2014) tem como objetivo central propor um modelo teórico para ser instrumento de avaliação da EPT, a partir da atual institucionalidade dos IFs.

Estas são teses que nos auxiliam, no diálogo sobre as mudanças institucionais promovida nos IFs, e suas discussões sobre a inovação. Entretanto, nosso foco é compreender, quais são os sujeitos que induzem essas mudanças, por quais razões e porque a inovação tem se mostrado como a marca distintiva IFSC.

Um estudo específico sobre um Instituto Federal foi identificado em Grischke (2013), que define como recorte local o Instituto Federal de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, seu foco é analisar a “nova institucionalidade dos IFs, especificamente do IFPEL, sob a ótica das teorias institucionais e organizacionais”.

Das teses apresentadas até agora, o enfoque é o mesmo: a mudança, e o que elas têm em comum na análise é partir do pressuposto que a inovação é o novo semblante dos IFs, e a partir disso, desenvolvem ou modelos avaliação (ANDRADE, 2014), ou governança (LAIA, 2018), ou institucional (ÁVILA, 2018).

Nesse âmbito, a tese de Raimann (2015) investiga como vai gradativamente ocorrendo a redução do trabalho docente em relação à prática empreendedora, inovadora e criativa conduzida pelo Estado, e como isso afeta o cotidiano escolar. Portanto, evidencia um enfoque mais preocupado com a educação e com os sujeitos específicos envolvidos no âmbito educacional, do que um amoldamento a modelos que se adequem em prol da competitividade estimulada pelos capitalistas, como fez Ávila (2018).

Nesse sentido, o enfoque de Raimann (2015), se vincula diretamente aos objetivos desta tese. Sua metodologia se baseia na observação sistemática de

registros da UNESCO, e de documentos oficiais do governo brasileiro, observando suas contradições e determinações favoráveis à classe dominante, cotejando suas abordagens e mostrando como suas confluências atingem diretamente o cotidiano escolar na determinação do discurso empreendedor.

Raimann (2015) realizou uma observação sistemática sobre o que era disseminado em congressos sobre empreendedorismo destinado a professores, e verificou que “se alinharam ao ideário dos princípios da gestão por resultados, fazendo emergir o perfil empreendedor, com foco na inovação e na criatividade”. (RAIMANN, 2015, p. 146).

Raimann (2015) também busca entender como o empreendedorismo, a inovação e criatividade se tornam políticas de governo, investimento do setor privado, estão intimamente atrelados à ciência e à tecnologia, e, portanto, relacionados à educação e do trabalho

No âmbito da atuação do Estado, o empreendedorismo também se alastra a outros setores mediante a pesquisa científica e tecnológica, investimento na ciência e tecnologia para alavancar o país na competitividade internacional, e no empreendedorismo social, incentivando o microempreendedor. Além disso, o empresariado faz seu investimento na educação difundindo a cultura empreendedora. (RAIMANN, 2015, p. 169)

A cultura empreendedora se propaga pela mídia, pelos discursos de governos e empresários, pelas redes, em prol dessa ética que reduz a totalidade das relações sociais aos interesses capitalistas, que enquadra e limita a forma de ensinar e de apreender distintos aspectos e conexões do mundo, excluindo, ou esvaziando de sentido, outras maneiras de compreender e de intervir no mundo

Essa perspectiva afeta diretamente as condições de trabalho dos docentes, a organização pedagógica das escolas, assim como as carreiras profissionais vão se redesenhando para encaixar nessas determinações.

2.2 TRABALHO DOCENTE E SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Acerca das condições do trabalho docente, Raimann (2015) dialoga com a perspectiva da presente tese por questionar se a educação é um direito ou uma mercadoria, e adentra nessa discussão, problematizando as diretrizes da sociabilidade capitalista e a cidadania em seu contexto. Os autores com os quais a autora dialoga, também nos auxiliam no processo de captar a sociabilidade, a

representatividade, os imperativos do neoliberalismo, e as articulações entre Estado e distintas organizações, formando parcerias públicas privadas, articuladas na conformação de uma coesão social requerida pelo capital.

Essa confluência histórica que integra em seu eixo central, o trabalho e a educação, é considerada por Raimann (2015), como um processo atravessado pela luta de classes, e vai conduzindo a um tipo de formação docente interessada pela classe burguesa. “A problematização da educação entre direito e mercadoria de consumo fica presente na disputa entre os projetos educacionais de formação de professores e sua profissionalização (...)” (RAIMANN, 2015, p. 108).

O processo de conformação de um tipo específico de formação, de professores e alunos no momento atual, nos conduz a levantar questões das razões da disseminação e mudança, tão reiteradas em todo momento no âmbito escolar. A tese de Barreira (2016) trata especificamente da mudança na educação, e investiga sobre os fundamentos da inovação, e como esse processo adentra na formação escolar. Em sua observação:

Compreendemos que as mudanças podem beneficiar apenas determinado grupo, normalmente o grupo que se associa aos objetivos formais dos projetos, pressupondo um conceito de progresso, de avanço linear, em que vemos adaptações capazes de gerar melhores resultados para alguns, mas não necessariamente para todos, uma vez que vivemos uma trama complexa de relações onde coexistem objetivos diversos e até mesmo contraditórios. (BARRERA, 2016, p. 22)

A consideração de que a condução de um tipo específico e sectário de mudança, se choca com a realidade complexa e contraditória da realidade, e assim como os debates feitos aqui nesta tese, Barreira (2016), também nota que a tendência empresarial para o contexto educacional é interessada e limitante. A inovação, nesse sentido, tem sido usada como argumento burguês e, porque é algo inteligível no processo de luta pela sobrevivência, tendo em vista que os trabalhadores têm ciência de suas condições degradantes de desemprego, fome, ausência e/ou retirada de direitos, buscando distintas formas de suplantá-las no cotidiano. Entretanto, a disseminação da “cultura de inovação” conduz a uma limitação do entendimento das razões da exploração vivida pelos trabalhadores, e dessa forma, os “porta vozes” do capitalismo, como empresários e governantes que o representam, se autointitulam os guias para as “saídas” das crises.

Como as informações são distribuídas de forma desigual, não consideramos como condição para a inovação o conhecimento das dificuldades e dos recursos disponíveis. Entendemos que os agentes propulsores de mudança têm clareza da situação que querem mudar e, mesmo que esta compreensão não esteja sistematizada em relatórios, ela pode existir de forma mais visceral. Ainda que grande parte da literatura sobre o tema seja voltada para a inovação, ligada ao desenvolvimento tecnológico e empresarial, não podemos ignorar as lutas sociais que passam a empregar novas técnicas para sobreviver em determinadas condições. Alguns grupos sociais não chegam a empregar o termo inovação, mas possuem bastante clareza da situação que os oprime e o desejo de mudança. Portanto, consideraremos para a definição de inovação a intenção de mudança e seu caráter prático, mas não pressuporemos a clareza dos recursos e mecanismos da mudança como intrínsecos ao processo. (BARRERA, 2016, p. 22)

Essa reflexão de Barreira (2016) vem ao encontro da funcionalidade da condução de mudança promovida pelos capitalistas pela via da inovação, justamente por ser uma proposta “útil” para solucionar problemas que todos os trabalhadores, em uma sociedade de classe, vivem.

Barreira, (2016) se utiliza de outros autores contemporâneos da sociologia para dialogar com esse processo. De todo modo, os debates sobre a mudança são importantes, e enriquecem as nossas reflexões.

O apelo do “faça você mesmo”, “use sua criatividade para empreender”, circunscreve a ação humana a somente remediar situações pontuais, e não aquelas que são fundamentais para promover ações de mudanças radicais de um sistema que retroalimenta a exploração, e que não se objetiva a cessar com essa lógica.

A partir dessas reflexões, enveredamos para a análise de documentos, os quais foram investigadas suas relações da EC com a dinâmica capitalista, seus ajustes, e dinâmicas no processo de hegemonia. A investigação inicia com o documento emitido pelo governo australiano chamado “Creative Nation”, publicado em 1994. Demais registros sobre a EC, foram analisados em documentos da UNCTAD (2008 e 2010); UNCTAD/UNESCO (2013), BID (2013). Os documentos nacionais aos quais nos debruçamos foram: o Plano da Secretaria da Economia Criativa, (2012); o Desenvolvimento do Programa Nacional da Economia da Cultura (PNEC) MINC/UNESCO (2016); Mapeamento da Indústria Criativa FIRJAN (2008, 2014 e 2016).

2.3 RECOMENDAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A PROMOÇÃO DA ECONOMIA CRIATIVA

Em 2008, a UNCTAD inicia a organização de denominações, esquemas explicativos, nomes e significados diversos sobre economia criativa, o que podemos chamar de “hegemonia discursiva”, demarcando posição, e ao mesmo tempo se constituindo como guia em uma arena de disputas sobre o desenvolvimento. Essa dinâmica em meio a luta por hegemonia, perpassa o discurso, mas não se encerra nele (SHIROMA, EVANGELISTA, 2006), tendo em vista que a mudança discursiva dá indícios para a investigação das reais intenções de controle e domínio.

Este documento, emitido pela UNCTAD em 2008, chamado “*Creative Economy Report*” mostra que a criatividade é entendida como um atributo das pessoas, ou a processos pelos quais ideias originais são geradas “*an attribute of people or a process by which original ideas are generated*” (UNCTAD, 2008, p. 9), e que a criatividade é o gradiente de uma nova sociabilidade.

A economia criativa é onipresente em nosso cotidiano, seja por meio da educação ou do trabalho, seja em momentos de lazer e entretenimento. Na sociedade contemporânea dominada por imagens, sons, textos e símbolos, a conectividade está influenciando nossas atitudes e é parte integrante de nossos estilos de vida. (UNCTAD 2008, p. 35)²²

Nesse contexto de onipresença da EC, o “Relatório da economia criativa”, publicado em 2008 pela Conferência das nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), dissemina o conteúdo de maneira sistematizada, de modo que os governos e empresas se apropriem dos termos que orbitam em torno da economia criativa e conduzam políticas voltadas para o setor. Seu subtítulo, em tradução livre, se expressa da seguinte maneira: “o desafio de avaliar a economia criativa, no caminho da formulação de políticas”, expressando assim o caráter político e diretivo dessas orientações.

Existe uma relação de mão dupla entre o sistema educacional e as indústrias criativas. Por um lado, as instituições de educação e treinamento são responsáveis por transformar pessoas com habilidades e motivação para ingressar na força de trabalho criativa. Por outro lado, as indústrias criativas fornecem os insumos artísticos

²² Citação original em inglês: *The creative economy is omnipresent in our daily life whether through education or work as well as in moments of leisure and entertainment. In the contemporary society dominated by images, sounds, texts and symbols, connectivity is influencing our attitudes and is an integral part of our lifestyles.* (UNCTAD 2008, p. 35)

e culturais necessários ao sistema educacional para facilitar a educação dos estudantes na sociedade em que vivem e, em longo prazo, para construir uma população mais culturalmente consciente. (UNCTAD, 2008, p. 26)²³

Essa dinâmica é entendida como “sustentável”, e tem a ver diretamente com a sustentabilidade das relações capitalistas de produção. As ferramentas de tecnologias de informação e comunicação, geradas por meio da força de trabalho assalariada, são mobilizados pela classe dominante para a disseminação dessa forma de desenvolvimento.

Está sendo cada vez mais reconhecido o fato de que o conceito de “sustentabilidade” possui um escopo muito maior que vai além da sua simples aplicação ao meio ambiente. O capital cultural material e imaterial de uma comunidade, nação ou região do mundo é algo que deve ser preservado para futuras gerações, da mesma forma que os recursos naturais e ecossistemas precisam ser protegidos para garantir a continuação da vida humana no planeta. (UNCTAD, 2010, p. 4)

A noção de capital diz respeito a um complexo, que se articula com os elos acima citados, em prol de “resultados econômicos”, os capitais considerados desse ciclo, convergem, ou devem convergir, segundo a UNCTAD (2010) no “capital criativo”.

Nesse caso, é importante mensurar não somente os resultados econômicos da criatividade, mas também o ciclo de atividade criativa por meio da interação de quatro formas de capital —social, cultural, humano e estrutural ou institucional — como determinantes do crescimento da criatividade: o capital criativo. Os efeitos acumulados desses determinantes são os “resultados da criatividade”. (UNCTAD, 2010, p. 4)

A atenção para a dinâmica do ciclo desses “capitais” não diminui ou encerra o foco nos “resultados econômicos”, os quais permanecem sendo voltados para a produção de mais valia, e onde a educação e o trabalho prefiguram como essenciais. Dessa forma, entende-se que a ênfase na criatividade denota uma nova maneira de conduzir a economia capitalista, e não de alterá-la. Em meio a essa reflexão, nota-se que o relatório da UNCTAD de 2010, reforça o que estava expresso no documento de

²³ Citação original em inglês: There is a two-way relationship between the education system and the creative industries. On the one hand, education and training institutions are responsible for turning out individuals with the skills and motivation to join the creative workforce. On the other hand, the creative industries provide the necessary artistic and cultural inputs into the education system to facilitate students' education in the society in which they live and, in the longer term, to build a more culturally aware population. (UNCTAD, 2008, p. 26)

2008, alertando sobre as possibilidades de desenvolvimento em adequação à realidade contemporânea.

Evidências contidas neste relatório (UNCTAD, 2008) confirmam uma lição importante da crise econômica, ou seja, que o mercado, ao contrário do que sugere o senso comum, não possui uma capacidade milagrosa de abordar os desequilíbrios socioeconômicos. Portanto, políticas e ações para estimular o desenvolvimento devem ser arraigadas em uma função equilibrada para intervenções políticas e para o mercado. Nesse contexto, o debate acerca da dimensão do desenvolvimento da economia criativa ganhou impulso em busca de um novo modelo de desenvolvimento melhor adaptado às novas realidades da sociedade contemporânea. (UNCTAD, 2010, p. 19)

O “ciclo de criatividade” é nome atribuído ao novo modelo da dominação, dos mecanismos de acumulação de capital, que se expressa sempre em relação com a classe trabalhadora, é um vínculo orgânico, que precisa ser ajustado constantemente com a finalidade de ocultar a real razão de ser das classes.

Está contida, ao longo de todo o relatório da UNCTAD (2010), a ideia de uma suposta harmonização das relações sociais em prol desse “tipo novo de economia”. O documento afirma que o ciclo de criatividade “contribui para reduzir o problema da juventude marginalizada” dessa forma:

O trabalho criativo pode proporcionar um senso de propósito em vidas que, de outra forma, estariam improdutivas; o envolvimento nos vários tipos de produção pode elevar a autoestima e a consciência social. Nesse aspecto, o estímulo às indústrias criativas locais pode resultar em oportunidades de geração de renda para jovens de áreas rurais, ajudando a desencorajar a fuga para as cidades, o que frequentemente contribui para o problema da juventude marginalizada. (UNCTAD, 2010, p. 35)

O caráter moralizante atribuído ao trabalho para salvar às “vidas improdutivas” expressa o exercício da hegemonia burguesa, “no grande estilo de auto-complacência neo capitalista” (MÉSZÁROS, 2014, p. 124).

Essa indução salvacionista, apresentada como neutra politicamente, encoraja formas distorcidas de interpretação da realidade, assim como contribui para o gradativo apagamento das lutas de classes. “Longe de oferecer um espaço adequado para a investigação crítica, a adoção geral do quadro metodológico pretensamente neutro equivale, de fato, a consentir em não levantar as questões que realmente importam.” (MÉSZÁROS, 2014, p. 302).

A criatividade, nesse sentido, está atrelada a um caráter disciplinador, e moralizante. Trata-se de um impulsionador de entusiasmo da classe trabalhadora a favor das articulações capitalistas, e, simultaneamente, um agente que desloca a razão de sua resistência contra a exploração.

Gramsci discute esse disciplinamento em relação ao mecanismo de acumulação fordista, e explica, que “(...) a coerção, portanto deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso”. (GRAMSCI, 2010, p. 78), e é isso que a classe dominante faz. A produção científica e as políticas educacionais que as regulamentam aparecem como componentes fundamentais dessa orientação:

Na abordagem da UNCTAD, criatividade e conhecimento são intrínsecos às criações científicas da mesma forma como o são às criações artísticas. Para estimular a economia criativa, ela recomenda que os governos avaliem regularmente as condições para aquisição e atualização tecnológica, implementando e revisando suas políticas científicas, tecnológicas e de inovação, incluindo as tecnologias de informação e comunicação (TICs) e suas implicações para o desenvolvimento. (UNCTAD, 2010, p. 9)

Dessa forma, estes documentos se tornam instrumentos norteadores de políticas educacionais, ao passo que difundem novas formas de ensinar, aprender e conduzir a totalidade da vida, onde a educação tem aparecido como o aparato que mobiliza a adequação aos ditames produtivos.

A UNESCO publicou, em 2013, outro relatório apontando a urgência em encontrar novos caminhos para o desenvolvimento, “que incentivem a criatividade e a inovação na busca de crescimento e desenvolvimento inclusivos, equitativos e sustentáveis.”(UNESCO, 2013, p. 2)²⁴, especialmente focando as possibilidades de desenvolvimento pela via da criatividade, em países da periferia do capitalismo, como da América Latina e Caribe, África, países árabes e Ásia, buscando compreender sua dinâmica cultural, e de que forma esses países poderiam entrar no esquema da “adequação”. Em relação ao Brasil, cinco desafios são colocados para moldar a nossa criatividade:

Cinco desafios foram reconhecidos: informação e dados; fomento de empreendimentos criativos; educação para competências criativas; infraestrutura para a cadeia de valor de bens e serviços criativos; e criação / ajuste de um marco legal para setores criativos. Uma série

²⁴ Citação original em inglês: *that encourage creativity and innovation in the pursuit of inclusive, equitable and sustainable growth and development.*”(UNESCO, 2013, p. 2)

de medidas legislativas e outras foi implementada. (UNESCO, 2013, p. 80)²⁵

A educação é tida como elemento funcional para esse caminho de desenvolvimento, tendo a função de formar “competências criativas”, que, em outras palavras significa qualificar trabalhadores além dos outros desafios elencados, que mostram a necessidade de uma rede articulada que sustenta esse tipo de influência desenvolvimentista. O detalhamento de “como deve ser” é pormenorizado, e cada vez mais articulado a respeito de uma lógica de quem inicia, organiza e quem executa esses arranjos. Essa orientação está presente no documento da UNCTAD 2008, e, também nas edições de 2010, e 2013:

No início da cadeia de valor cultural, artistas individuais e trabalhadores criativos são muitas vezes parte de um empreendimento mais amplo cujo processo é iniciado por gerentes, empresários, produtores, intermediários, etc. Eles dependem de comunidades de prática. (UNESCO, 2013, p. 23)²⁶

A divisão do trabalho é descrita aqui com uma enorme leveza e superficialidade, não contemplando a realidade, e não expressando nenhum comprometimento com a totalidade concreta e histórica dos contrastes sociais. Por outro lado, os documentos são dedicados, inteiramente para pormenorizar os caminhos do desenvolvimento de acordo com a coordenação da classe dominante.

Por conveniência ideológica, este discurso tenta ocultar a luta de classes, ressaltando com ímpeto contagiante, a criatividade capitalista. “À medida que o país se tornou cada vez mais próspero e a economia de mercado se expandiu, os jovens instruídos se tornaram cada vez mais interessados em empregos criativos”. (UNESCO, 2013, p. 76)²⁷.

O ar de naturalidade é um disfarce, em razão de que as mudanças/adaptações têm a ver com as pressões por reformas na educação, na legislação, nos serviços etc., ou seja, foi mobilizado no exercício da hegemonia, em meio a disputas de classes

²⁵ Citação original em inglês: *Five challenges were recognized: information and data; fostering of creative enterprises; education for creative competences; infrastructure for the creative goods and services value chain; and creation/adjustment of a legal framework for creative sectors. A range of legislative and other measures has been put in place.* (UNESCO, 2013, p. 80)

²⁶ Citação original em inglês: *At the start of the cultural value chain, individual artists and creative workers are often part of a broader enterprise whose process is initiated by managers, entrepreneurs, producers, intermediaries, etc. They depend on communities of practice.* (UNESCO, 2013, p. 23)

²⁷ Citação original em inglês: *As the country has become increasingly prosperous and the market economy has expanded, educated young people have become increasingly interested in creative employment.* (UNESCO, 2013, p. 76).

por projetos de sociedade. O documento responsabiliza a sociedade a se tornar disciplinada em favor desse tipo de desenvolvimento burguês. Nesse sentido, destacamos a atualidade do pensamento de Marx para compreender esses processos.

Como com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital, ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente (Funktionar) real do processo de trabalho total, e como as diversas capacidades de trabalho que cooperam e formam a máquina produtiva total, participam de maneira muito diferente no processo imediato da formação de mercadorias, ou melhor, de produtos – este trabalha mais com as mãos, aquele trabalha mais com a cabeça, um como diretor (manager), engenheiro (engineer), técnico, etc, outro como capataz (overlooker), um outro como operário manual direto, ou inclusive como simples ajudante -, temos que mais e mais funções da capacidade de trabalho se incluem no conceito imediato de trabalho produtivo, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e subordinados em geral ao seu processo de valorização e produção. (MARX, 1978, p. 71)

A socialização do capital vai se constituindo como referência de vida, de trabalho, de comportamento e de entendimento do mundo presente e futuro, porque o capital necessita “transformar o processo de trabalho em um processo social, coletivo e combinado, e utilizar essa força de trabalho para a produção de mais valia”. (SANTOS, 2013, p. 102), e além desse caráter social da produção de valor, há o caráter internacional, ou seja, o fato de considerar a cultura, como uma possibilidade de se tornar um “arranjo produtivo”, isso não exclui a relação de como os países desenvolvidos montam seus esquemas referentes à EC, ou seja:

As principais medidas políticas que devem ser postas em prática para fomentar a economia criativa no nível do Estado-nação têm sido amplamente apresentadas em outros lugares. Tais medidas incluem o aumento dos investimentos em capital humano, o aperfeiçoamento dos marcos legal e regulatório, o fornecimento de maior financiamento e acesso a instrumentos financeiros, o reforço de infraestruturas institucionais e o aprimoramento de políticas comerciais e estratégias de exportação. É claro que, uma vez que o impacto das medidas nacionais está fadado a ser sentido em todos os níveis de economia e sociedade, um arcabouço de políticas no nível local não pode ser elaborado independentemente dos mecanismos nacionais abrangentes. (UNESCO, 2013, p. 87)²⁸

²⁸ Citação original em inglês: *The key policy measures that must be put in place to foster the creative economy at the nation-state level have been amply presented elsewhere. Such measures include increasing investments in human capital, sharpening the legal and regulatory frameworks, providing greater funding and access to financial instruments, reinforcing institutional infrastructures,*

Os procedimentos voltados à EC são detalhados, enquanto os procedimentos para a adequação, que são destinados aos trabalhadores, são generalizados e superficiais, o que remete à responsabilização e a um direcionamento moral de cada indivíduo, de modo que haja um efeito positivo do ponto de vista burguês, o que é expresso no documento pela palavra “impacto”. “Visando os recursos onde eles terão o maior impacto requerendo uma compreensão profunda de formas organizacionais específicas, desafios e oportunidades econômicos e culturais”. (UNESCO, 2013, p. 112)²⁹.

Isso expressa a relação orgânica do exercício da hegemonia, e fica evidente o duplo movimento entre força e consenso na arena de disputas, uma vez que a classe dominante identifica os anseios e as características dos trabalhadores de cada país, e assim elabora instrumentos de coerção, juntamente com sua base de apoio (empresas, governos, etc.), e assim lançam medidas de “impacto”, relacionais com a sua classe opositora, que são os trabalhadores, acessando seus pontos mais essenciais. Esse processo, na dinâmica da hegemonia se desdobra conforme as forças antagônicas se dinamizam na história, cujos arranjos de classe devem se tornar cada vez mais “inteligíveis” e absorvidos no cotidiano, resultando naquilo que a classe dominante tem chamado de “impacto”.

Esse processo de educação do senso comum, é atravessado por relações orgânicas entre Estado e sociedade civil, onde os interesses tanto da classe dominante, como da classe subalterna, se expressam em disputas históricas por projetos de sociedade distintos, e seus elos estão fortemente imbricados.

A tentativa de adulteração da realidade por parte da classe dominante, se dá por uma rede de apoio, como os aparelhos privados de hegemonia, (as mídias, e as múltiplas formas de comunicação e publicidade, por exemplo), no sentido de criar uma sociabilidade conveniente aos seus objetivos de dominação.

No âmbito da sociedade civil, a classe dominante, através do uso do poder por meios não violentos, contribui para reforçar o conformismo, apostando na desestruturação das lutas das classes subalternas,

and improving trade policies and export strategies. Of course, since the impact of national measures is bound to be felt at all levels of economy and society, a policy framework at the local level cannot be elaborated independently of the overarching national ones. (UNESCO, 2013, p. 87)

²⁹ Citação original em inglês: *Targeting resources where they will have the greatest impact requires an in-depth understanding of particular organizational forms, economic and cultural challenges and opportunities.* (UNESCO, 2013, p. 112).

reduzindo-as a interesses meramente econômico-corporativos.
(SIMIONATTO, 2009, P. 43)

No contexto de conduzir uma direção ético-política, a ideia lançada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), faz uma alusão ao ato de “espremer” uma fruta e fazer dela um suco, assim, reporta-se às múltiplas possibilidades que envolvem a criatividade, estabelecendo uma comunicação direta com os trabalhadores que, em todos os âmbitos de suas vidas, improvisam, lutam, “espremem”, com o que é possível e com o que é impossível para manter a sua sobrevivência em uma sociedade que a classe trabalhadora.

2.4 RECOMENDAÇÕES DO BID PARA A ECONOMIA CRIATIVA

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também em 2013 publicou o documento intitulado: “A Economia Laranja, uma infinita oportunidade”. Esse documento tem uma apresentação diferente dos demais por conta da sua interatividade, apresentando “quizes”, desenhos, gráficos, esquema e fórmulas extremamente atrativos visualmente. Trata-se de outra linguagem, que pressupõe uma suposta liberdade e prazer, sugerindo uma familiaridade diante da polissemia dos termos, os quais se condensam em um formato leve, diferente, prazeroso, e, laranja.

O BID intitulou a EC de Economia Laranja, em alusão à representatividade plural dessa cor em diferentes culturas, pela associação com “espremer o suco”, ou seja, aproveitar todas as potencialidades da criatividade, da liberdade, do prazer, e também porque, para o BID “criar uma definição universal da Economia Laranja é absurda e desnecessária” (BID, 2013, p. 38)³⁰. Isso denota a recusa por um sentido de unidade, característico da postura política “pós-moderna” (MORAES,1996), (WOOD,1999), (DELLA FONTE, 2003), que “(...) nada, e até se espoja nas fragmentárias e caóticas correntes da mudança, como se isso fosse tudo o que existisse”. (HARVEY, 2012, p. 49).

Tais concepções, disseminadas no senso comum, são introjetadas como verdades, contribuindo para a organização da cultura de uma época. (TURMINA, SHIROMA, 2004, p. 165). Isso contribui para reforçar preconceitos, e auxilia na permanência do modo de produção capitalista e de uma sociabilidade devastadora.

³⁰ Citação original em inglês: “creating a universal definition of the Orange Economy is both absurd and unnecessary”. (BID, 2013, p. 38).

A fragmentação e a suposta descontração presentes na descrição da Economia Laranja, a partir do BID, vão ao encontro da resistência de estabelecer e lidar com os fenômenos do mundo contemporâneo de maneira racional. Quanto mais descontínuo, fluído e experiencial, mais adequado às mudanças os sujeitos estão.³¹ Como consequência, a naturalização das incertezas e da permanência da “crise” (PAGOTTO, 2013), que é rastejante e contínua (MÉSZÁROS, 2010), se constituem em uma ideologia que se alastra no cotidiano, e obstrui a conexão dos nexos reais da disputa entre classes na contemporaneidade.

O convite para aproveitar, suscitando o prazer, “*please enjoy*” (BID, p. 12), descrito em caixa alta no início do documento, convoca ao relaxamento direcionado à classe trabalhadora, cujo “caldo” é usado pela burguesia no exercício da hegemonia, mobilizando a de unidade, acionando pela via amigável “*friendly*”, numa suposta ausência de disputas entre classes, desmobilizando e fazendo ficar sem sentido, ou retrógrada qualquer resistência ao mundo “pós-moderno”³², que pressupõe ser colaborativo, “descolado”, “desconstruído” de “velhas” concepções. Em contrapartida, neste documento do BID, há uma referência direta a Charles Darwin, relacionando à capacidade de mudança e adequação ao meio, para a própria sobrevivência: “Não são os mais fortes que sobrevivem, nem os mais inteligentes, mas os mais adaptáveis a mudar “. Charles Darwin (BID, 2013, p. 50)³³.

Charles Darwin (1809-1882) publicou a obra “A origem das espécies” em 1859, onde mostrou sua pesquisa sobre a sobrevivência das espécies na Terra, a partir da “seleção natural”, onde as espécies são criadas e exterminadas a partir da tentativa e do erro, chegando à conclusão que os mais fortes, que se adaptavam mais ao meio ambiente sobreviviam, enquanto os que não conseguiam essa adaptação, morriam, imperando a “lei do mais forte”.

Sua perspectiva evolucionista provocou muitas reflexões na produção científica de sua época, influenciando as primeiras obras sociológicas, resultando em uma

³¹ Conferir a tabela das diferenças entre modernidade e pós modernidade problematizadas por David Harvey, 2012, p. 48.

³² As relações históricas que possibilitaram a formação da chamada “pós modernidade”, são detalhadamente explicadas por David Harvey, 2012. “Começo com o que parece ser o fato mais espantoso sobre o pós-modernismo: sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico (...). O pós-modernismo responde a isso de uma maneira bem particular; ele não tenta transcendê-lo, opor-se a ele e sequer definir os elementos “eternos e imutáveis” que poderiam estar contidos nele”. (HARVEY, 2012, p. 49)

³³ Citação original em inglês: It is not the strongest who survive, nor the most intelligent, but the ones most adaptable to change” Charles Darwin. (BID, 2013, p. 50).

mistura entre as reflexões sobre a sociedade, onde os anseios em atribuir “cientificidade” aos estudos das relações sociais, fez com que estudiosos como Augusto Comte (1798-1857) construísse nexos entre a vida social e as leis da física, e Émile Durkheim (1858-1917), fizesse o mesmo movimento, mas, se apropriando da biologia, e assim sua teoria tem relações diretas com o “darwinismo social”.

As ideias de Comte e Durkheim transitam entre o Positivismo e Funcionalismo, que se constituíram como correntes sociológicas que buscavam explicar a realidade da sociedade industrial, com base em leis científicas já existentes. Durkheim, que considerava a sociedade como um corpo humano, onde cada parte deveria cumprir a sua função em nome da coesão e dos laços de solidariedade, e, alega que a neutralidade científica e o não envolvimento do pesquisador, eram dimensões a serem seguidas à risca: “ (...) o sociólogo, desde o primeiro passo, fica imediatamente com os pés ligados na realidade. Com efeito, a maneira como os fatos são assim classificados não depende dele, do pendor particular do seu espírito, mas da natureza das coisas”. (DURKHEIM, 2001, p. 58).

Essa “naturalidade” foi providencial para a ideologia capitalista da época, a qual se apropriou, no exercício da hegemonia, desse atributo, “natural” das coisas, e mobilizou ideologicamente essa naturalidade para a lógica capitalista, fundamentando cientificamente a impossibilidade de alteração de suas ordens, onde cada um teria uma função, e que as classes faziam parte dessa natureza. Caso houvesse “desvios”, onde uma parte desejasse cumprir uma função que não considerada “normal”, isso seria apontado como uma doença, uma disfunção desse sistema funcional, as greves eram um exemplo “dessa patologia”. “Chamaremos normais aos fatos que apresentam às formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou de patológicos.” (DURKHEIM, 2001, p. 74).

Durkheim atribui naturalidade para as coisas ou, em suas palavras, aos “fatos sociais”, que para ele, são influências externas que recebemos, e que nos orienta no mundo, e suas características são gerais, ou seja, ninguém está isento de sofrer essa influência, vem da sociedade, ou seja, são externos, isso porque Durkheim concebia o indivíduo e a sociedade como duas coisas distintas. A operacionalidade do Funcionalismo para a acumulação capitalista se expressa até os dias atuais, conforme a menção relativa ao darwinismo social no documento do BID, que se apropria da lei do mais forte, que se conecta com a seleção natural nas relações sociais contemporâneas, a alusão da liberdade, criatividade, fluidez, é um fetiche, “uma

relação entre coisas”, e não corresponde à realidade, é ilusória, porque o que fundamenta essa suposta condição livre, é o próprio funcionalismo, que é “enquadrante”, conservador, fechado e restrito.

A produção teórica sociológica burguesa pode ser examinada assim como uma construção política que pretende interferir/desorganizar na/a visão de mundo das classes subalternas. Ao apresentar o cientificismo, o ‘neutro’, ou o ‘objetivo’ como natural, como inexorável economicismo tudo reduz ao presente. O determinismo, por sua vez, impede o olhar de mapear a singularidade das formas políticas nas situações concretas ou formações históricas específicas tal como Marx fez. (PAGOTTO, 2013, p. 50)

Marx por sua vez, analisa as mediações mais fundamentais dos seres humanos, mas por outro viés, o das necessidades, onde em primeiro lugar, é preciso se manter vivo. Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos, Marx, ao falar das carências humanas e as relações com o capitalismo, explica, que nesse modo de produção

Cada homem especula sobre como criar no outro uma nova carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em uma nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de fruição, e por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. (MARX, 2010, p. 139)

A partir da reflexão de Marx, pode-se observar a dinâmica da classe dominante em induzir uma forma de viver pela “Economia Laranja”, que esconde suas reais intencionalidades relativas à acumulação capitalista, e revela o seu contrário, como estratégia política pela via do apassivamento das contradições geradas pela própria dinâmica capitalista.

Seguimos com as análises dos documentos nacionais, os quais se amparam nas recomendações deste já mencionados, e buscam induzir políticas ancoradas nessas nas perspectivas analisadas, ajustando-as para o contexto brasileiro.

2.5 POLÍTICAS NACIONAIS PARA A ECONOMIA CRIATIVA

O Ministério da Cultura (MinC) do Brasil, é, uma arena de disputas de classe, e, em razão das oscilações históricas no processo de hegemonia, esse órgão esteve, ora sim, ora não, vinculado ao Ministério da Educação. Isso expressa a relação da cultura e da educação, e os interesses de classe em disputa acerca das profundas e complexas relações engendradas por essa dupla construção social.

Em análise histórica sobre o MinC, verificou-se, a partir das evidências documentais, que, gradualmente as lutas por direitos no Brasil, conduzida por trabalhadores de diferentes culturas, foram se transmutando, como uma luta pela “criatividade”.

A direção burguesa, voltada à acumulação de capital, altera e atribui outros significados, diferentes daqueles pautados nas lutas históricas das classes subalternas. Com efeito, a arena de disputas entre as classes no interior do MinC, tem se dinamizado no campo das decisões sobre políticas públicas, financiamentos, parcerias público-privadas, movimentos sociais etc.

A partir da identificação da luta dos trabalhadores como um “nicho de mercado”, paulatinamente ela começa a ser disseminada como base para a competitividade, para a produção de criatividade, inovação e empreendedorismo, direção está coordenada pela classe dominante.

Por essa razão, buscamos mostrar como esse caminho parece ser induzido pelos capitalistas em constante disputa com a classe trabalhadora.

No final dos anos 1980, no Brasil, o período de efervescência pela redemocratização propiciou encontros, conferências, publicação de documentos, onde os movimentos sociais pautaram suas demandas. Nesse contexto, onde as contradições ficaram mais aparentes em relação ao período da ditadura empresarial-militar ocorrida no Brasil (1964 – 1985), a orientação burguesa tratou de “pasteurizar” a luta dos trabalhadores, de acordo com seu projeto de sociedade.

O documento “Caderno de Propostas da I CNC”, fruto da I Conferência Nacional da Cultura em 2006, mostra, um entendimento em comum entre Estado e empresas sobre o uso da diversidade cultural brasileira para desenvolvimento econômico. Essa junção é fruto das disputas de classe em nível mundial, cujas nuances diferem de acordo com cada país.

A classe dominante, articulada entre o Estado e os capitalistas, identificou que, a multiplicidade de demandas culturais, aliadas ao crescimento da produção tecnológica, somadas à ampliação das formas de comunicação, e amalgamadas às lutas históricas dos trabalhadores contra a exploração capitalista, poderiam configurar resistências concretas ao seu projeto de acumulação de capital.

É nessa cadência de sentidos que o Caderno de Propostas da I CNC expressa uma tendência entusiástica e articulada entre governo e empresas brasileiras em nome da formulação de políticas voltadas à cultura. No Brasil, não foi de repente, mas

sim, em decorrência desse movimento global e histórico de luta de classes, que a cultura começou a ser tema de discussão econômica, onde foram criadas legislações e/ou a atualização das já existentes.

O governo brasileiro vem expressando claramente esses conteúdos por meio de aprimoramento da legislação na área da cultura, da criação de sistemas integrados de gestão, e do estabelecimento de mecanismos claros de alocação de recursos públicos para projetos culturais. A aprovação da Emenda Constitucional que estabelece o plano Nacional de Cultura e a sistemática da realização de ampla consulta pública sob a forma dos encontros estaduais e regionais que agora culminaram na Conferência Nacional, configuram um marco no pensamento e na definição dos papéis dos vários agentes da cultura no Brasil. Mais uma vez nos orgulhamos de poder estar ao lado de iniciativa tão importante, de forma coerente com a afinidade que sempre marcou a relação do Brasil com a UNESCO na área da cultura. (CADERNO DE PROPOSTAS – I CNC, 2006, p. 9)

É possível notar uma articulação entre a I Conferência Nacional de Cultura (I CNC) com a Emenda Constitucional n. 48 de 2005, que altera a Constituição Federal, e determina que “A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público (...)”. Essa imposição se alinha com as determinações da UNESCO, e evidencia a vinculação de forças entre Estado brasileiro, as empresas e os organismos multilaterais, em nome das defesas de interesses da classe dominante para a cultura brasileira.

A principal lei que rege a nação brasileira parece ter sido modificada em consonância com os interesses da classe dominante, que já vinha se articulando anteriormente em nível mundial, e se interessando pela cultura/criatividade desde o começo da década de 1990.

Em termos conjunturais, nota-se que essa Emenda Constitucional foi incluída na Constituição Federal no ano seguinte da XI Conferência Ministerial da UNCTAD, realizada no Brasil, onde estiveram presentes diferentes setores dos governos e de empresas do mundo todo, debatendo, definindo e orientando os rumos do desenvolvimento do capitalismo nacional e global.

A cultura foi sendo alegadamente disseminada como um potencial de diversidade produtiva, de liberdade criativa. Seu caráter de novidade oculta uma estratégia de dominação de classe, porque precisou ser ressignificada no processo histórico da luta pela hegemonia, dando a impressão de que foi descoberta muito recentemente, acoplada às tecnologias de informação e comunicação atuais, embora

ainda faça parte dos processos clássicos de acumulação de capital. O que tem ocorrido é um aperfeiçoamento para os tempos atuais, onde frações da classe dominante se organizam em prol dessa “melhor gestão” da criatividade para fins de dominação; “(...) a sociedade tem assumido importância crescente na organização do Estado, no planejamento e avaliação das políticas públicas e nos processos de reorientação de prioridades”. (CADERNO DE PROPOSTAS – I CNC, 2006, p. 23)

A forma encontrada para os capitalistas atualizarem seus mecanismos de exploração da classe trabalhadora, foi o de englobar essas demandas aos seus negócios, e fazer parecer que não há classes em disputas, assim como o de suavizar os efeitos da aniquilação histórica de inúmeras culturas originárias, africana e de imigrantes, em nome de seu progresso eurocêntrico capitalista, atribuindo uma feição “humanitária” de seus mercados. Isso tem se constituído como a tônica da Economia Criativa.

A burguesia, obstinada em controlar a diversidade de resistências que se tornam mais evidentes por causa do contexto democrático, foi ressignificando a censura, praticada na ditadura, por meio da construção de alianças institucionais, tendo como finalidade, atribuir uma direção política/educativa, à pluralidade cultural brasileira, na forma de planos/sistemas/estruturas, para conter e guiar as resistências de classe.

Por intermédio do Sistema Nacional de Cultura, iremos associar iniciativas de vários Estados, de vários municípios, fazendo relações dos fenômenos culturais comuns, as comunidades, as regiões. E assim estaremos contribuindo fortemente para uma gestão mais aperfeiçoada da nossa vida cultural e dos recursos humanos, econômicos, sociais, físicos nelas envolvidos, idealizando e realizando programas e projetos em comum. (...). É através dele (do Sistema Nacional de Cultura), que proporemos um Plano Nacional de Cultura, que será enviado para aprovação no Congresso Nacional em 2006. (CADERNO DE PROPOSTAS – I CNC, 2006, p. 6)

Como esse movimento produz o convencimento da classe trabalhadora, já que são discutidos e debatidos? Gramsci, ao longo de suas reflexões, mostra que, para isso, são utilizados elementos de fé (na crença da força e vitalidade do povo brasileiro), e de autoridade (marcada pela força jurídica, documentos oficiais, etc.), que se espalham pela propaganda, pelas imposições patronais, pelas mídias, e se desdobram em concepções de mundo, que vão sendo entendidas como ações práticas para um suposto “progresso nacional”, guiando a formação de um novo patamar civilizatório.

A noção gramsciana de ideologia, que remete à afirmação de Marx sobre a “solidez das crenças populares” que se expressam no senso comum, é aprofundada e atualizada a partir de novas condições históricas, na medida em que tais crenças podem ser transformadas em um novo senso comum, ou seja, no “bom senso”. (SIMIONATTO, 2004, p. 81)

Os interesses da classe dominante em atualizar suas formas de exploração, acessam essas dimensões da vida prática, tornando inteligível e plausível a mudança induzida para a classe trabalhadora nacional, aquela que realiza “a produção”, mencionada por Gilberto Gil, então Ministro da Cultura, na ocasião da formulação de propostas para sedimentar o campo de debates da I Conferência Nacional de Cultura.

No vasto universo real e simbólico da cultura brasileira, pulsa uma produção que vai do erudito ao popular, do pré-histórico ao high-tech, do clássico ao inovador. Temos elementos ameríndios, africanos, asiáticos, europeus.

Uma produção que nasce da criatividade do povo brasileiro, se multiplica em sua miscigenação racial e cultural, se aprofunda em sua sensibilidade, e se potencializa em sua disposição para superar as adversidades. (CADERNO DE PROPOSTAS – I CNC, 2006, p. 5)

Dessa visão ufanista, e quase comemorativa da cultura brasileira, se desdobram os elementos de fé da pretensa potência da cultura brasileira, e há o estímulo ao compartilhamento e à junção de variados segmentos da sociedade, em prol de cuidados necessários para que esse “fluxo de positividade” renda resultados econômicos. Em tom poético, a analogia geográfica de nossas Bacias Hidrográficas, é feita para ilustrar o efeito penetrante, multifuncional e compartilhado/fluído da cultura como um recurso econômico.

Imaginem um rio. Um rio de médio ou grande porte, mas também podemos pensar um rio pequeno. Um rio com suas águas correntes cristalinas, cruzando um dois, três, quatro, às vezes dez vilarejos, municípios ou até cidades. Um rio distribuindo suas águas, trazendo vida e progresso para todos esses municípios com suas populações.

Muitas vezes os interesses entre essas comunidades são diferentes.

Uma cidade quer a água do rio para beber. Outra para irrigar plantações. Uma outra deseja fazer uma barragem, uma hidrelétrica.

Para administrar essas bacias hidrográficas são formados consórcios como forma de conciliar todos os interesses sobre os diferentes usos das águas de um mesmo rio. Assim são as Bacias Culturais. (CADERNO DE PROPOSTAS – I CNC, 2006, p. 6)

Nessa cadência, a cultura vai ganhando, e quem a presenteia é a burguesia, um caráter salvacionista e polivalente em face da sua multiplicidade, organizado pelas frações da burguesia para guiar uma noção de “característica do povo brasileiro”. Esta vai gradativamente sendo emoldurada pela lógica do *cultural business*. Além disso, vai adquirindo um aspecto de superação de problemas, onde são enfatizadas qualidades de resiliência diante das “dificuldades da vida”, como se elas brotassem da própria natureza, e não estivessem sendo tensionadas pelos interesses de classes antagônicas.

A ideia de que a cultura precisa ser compartilhada, para que seja um recurso econômico com resultados positivos para a burguesia, induz, dentre outras dimensões³⁴, a formação de parcerias com distintos setores da sociedade. Sabemos que os seres humanos, ao longo da história foram estabelecendo distintas formas de compartilhamento. Contudo, com os processos capitalistas de produção e com sua correlata divisão social do trabalho, tendo a propriedade privada como definidora da totalidade social, o ato de compartilhar se tornou uma mercadoria como qualquer outra, que tem sido utilizada como argumento de efeito moral pelos segmentos empresariais, de modo a transmitir uma noção altruísta de seus interesses, e com isso, cooptar a classe trabalhadora ao seu projeto de sociedade. Os setores capitalistas se expressam da seguinte maneira na ocasião da I CNC:

Para o sistema CNI/SESI/SENAI é necessário estimular a construção da cidadania cultural, o protagonismo de cidadãos e cidadãs nas suas experiências culturais, realizadas nos tempos e nos espaços disponíveis, favorecedora da formação de valores para ações conscientes, solidárias e autônomas. É necessário, ainda proporcionar a experimentação, desenvolver talentos, fortalecer a criatividade de pessoas e grupos. (CADERNO DE PROPOSTAS – I CNC, 2006, p. 10)

O estímulo ao protagonismo vem carregado de uma dimensão cidadã, do cumprimento de “direitos e deveres”, e como os direitos e deveres, no capitalismo, são manobrados pelas disputas de classe, eles podem oscilar do decurso da história, além de tomar formas diferentes, de acordo com os interesses da classe que irá conduzir a direção política, moral e intelectual, cujas consequências não se limitam somente à economia, mas também, nas condutas no pensamento social, e na educação.

³⁴ Discutidas em outro momento da tese. (Vou organizar e especificar)

Por essa razão, os valores desejados pelo sistema CNI/SESI/SENAI para o Plano Nacional de Cultura têm como foco “ações conscientes, solidárias e autônomas”, sugerindo o autocontrole, a adequação. Entretanto, essas atitudes são disfarçadas de coerção, em função de que as possíveis resistências a essas estratégias seriam consideradas em si, insanidades, em face do tom benevolente que ela comporta, atingindo tanto os donos dos meios de produção, quanto os trabalhadores que vivem sobre as mais degradantes formas de exploração de sua força de trabalho. Essa ação de amplo espectro se dinamiza em meio às próprias contradições históricas políticas entre conservadores dessa ordem exploratória, e daqueles que lutam pelo seu fim. “Graças a tal interação entre o “sofisticado” e o “vulgar”, tornou comum referir-se aos representantes da direita como “moderados” e aos da esquerda como “extremistas”, “fanáticos”, “dogmáticos” e coisas similares” (MÉSZÁROS, 2014, p. 59).

Ao se referir à atualização de ordem teórica que as forças políticas imprimem no campo científico, que são por elas influenciadas, e ao mesmo tempo são suas influenciadoras, Mézszáros (2014) mostra como a luta contra o projeto da classe dominante se torna cada vez mais difícil, e como a resistência vai sendo considerada um absurdo contrassenso, que não se resume a mera opinião, mas que se relaciona com os aspectos mais fundamentais da sobrevivência.

O sistema CNI/SESI/SENAI parece sinalizar que o ordenamento de “ações conscientes, solidárias e autônomas”, seria o oposto de ser “extremista, fanático, e dogmático”, conforme reflete Mézszáros (2014). É dessa maneira sutil, utilizando-se de elementos morais, incorporando dimensões inteligíveis do cotidiano, que a burguesia vai impondo seu projeto, sem parecer que está realizando uma reforma nas consciências em favor de seus objetivos de acumulação de capital.

Das ideias aqui refletidas, segue o Relatório da I CNC, que evidencia os debates, a participação, dentre outros assuntos que foram problematizados na Conferência, e aponta novos rumos para a formulação de políticas para a cultura.

O Relatório da I CNC³⁵, publicado pela Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, mostra evidências de que o foco da Conferência foi a formação do um Plano Nacional de Cultura.

³⁵ Disponível em: http://www.cultura.gov.br/o-dia-a-dia-da-cultura/-/asset_publisher/waaE236Oves2/content/relatorio-da-1%C2%AA-conferencia-nacional-de-cultura/10883. Acesso em 19/11/2018.

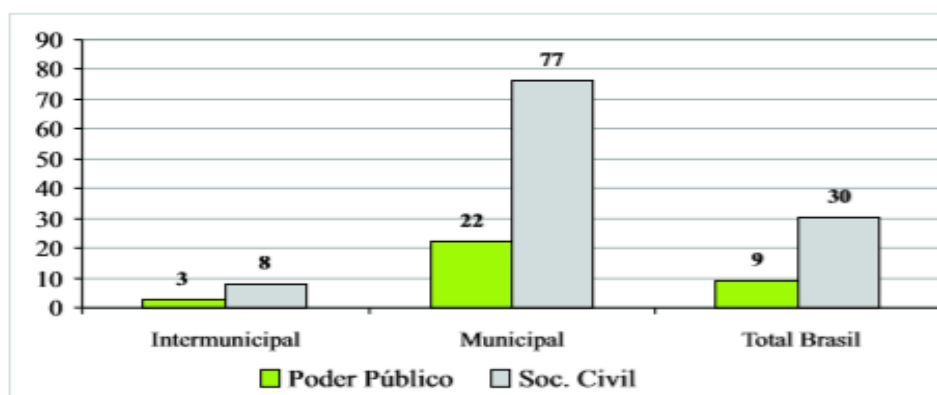
O Relatório é composto de duas partes: Parte I Dados da participação; Parte II Relatório analítico, além de quatro anexos: Anexo I - Propostas aprovadas pela Plenária Nacional; Anexo II - 30 propostas prioritárias; Anexo III Dados especializados das conferências municipais e intermunicipais em 2005; Anexo IV - Informações sobre participação e realização de conferências municipais e intermunicipais em 2005.

Um dado que chamou a atenção foi um gráfico da parte I, que expõe os dados de participação nas conferências municipais, regionais, chamadas de intermunicipais, e nacional. Há uma divisão entre a participação de duas esferas separadas, uma chamada de “poder público”, e a outra de “sociedade civil”, remetendo a uma diferença entre setores dos governos e o “restante da sociedade”, onde seriam contemplados desde trabalhadores explorados, quanto os grandes empresários.

O gráfico mostra que a “sociedade civil” foi a mais interessada nesse debate sobre a necessidade de formulação de políticas para a cultura.

Figura 3 - Participação da sociedade civil nos debates formulação de políticas

Graf.5 - Número médio de participantes, por Município, segundo tipo de conferência e tipo de representação



OBS: Nestes dados excluem-se os Municípios que não discriminaram, no relatório, os participantes por tipo de representação (sociedade civil ou poder público/governamental)

Fonte: Relatório da I Conferência Nacional de Cultura. MinC (2006)

Seguindo a linha do Caderno de Propostas para a I CNC, o Relatório reforça, ao longo de toda exposição, argumentos favoráveis para a regulamentação da cultura por meio de políticas públicas para o desenvolvimento do país. O que levanta a questão da importância dessa questão para o Estado.

É estratégica a importância das políticas públicas de caráter social – saúde, educação, cultura (...) – para o Estado capitalista. Por um lado, revelam as características próprias da intervenção de um Estado

submetidos aos interesses gerais do capital na organização e na administração da *res publica* e contribuem para assegurar e ampliar os mecanismos de cooptação e controle social. Por outro, como o Estado não se define por estar à disposição de uma ou de outra classe para seu uso alternativo, não pode se desobrigar dos compromettimentos com as distintas forças sociais em confronto. (SHIROMA, MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 8)

Gradativamente, no bojo desses interesses e estratégias de classe, vão se constituindo, no plano da sociabilidade, as tentativas de reforço dessa orientação, que é pedagógica, porque educa para uma maneira determinada de conduzir a vida. Isso é expresso neste Relatório, que articula diretamente, dentre outros “estruturantes da dinâmica cultural brasileira”, a dimensão educacional.

Dentre os segmentos que mais despontaram nos debates, a educação aparece como funcional para ajustar essa nova concepção de desenvolvimento, mas também, sua configuração é apontada como insuficiente para formar pessoas que estejam alinhadas com esse pretense novo cenário nacional.

A urgência de uma política mais estruturada de formação é a demanda que mais compareceu na redação das proposições da Conferência. A formação se estende como medida difusa aos processos de promoção do desenvolvimento humano, compreendidas, nestes, as oportunidades de fruição e acesso; de trabalho, lazer e aprendizado com criatividade; de formação cidadã, de qualificação e capacitação. Pelo que se pode ler no conjunto das diretrizes e complementos aprovados pela 1ª CNC, a preocupação dos delegados com a qualificação da sociedade ampla e com as comunidades profissionais e os agentes da cultura posiciona essa questão como, de todas, a mais transversal, aquela que assegurará sustentabilidade ao desenvolvimento cultural que a sociedade brasileira, razoavelmente bem representada nesta Conferência. (MinC, 2006, p. 18)

Conforme o exposto verifica-se que o campo educacional, atravessa de forma essencial todas as diretrizes discutidas na I CNC, abrindo um amplo leque para reformas no sistema educacional, em função desse tipo interessado de desenvolvimento, que se dissimula como direito, e alude à Constituição Federal na defesa de suas manipulações.

A educação, enfim, é o instrumento cotidiano e sacramentado pela Nação como estruturante – desde a primeira idade – dos valores que devem compor o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” é princípio básico a ser perseguido pelas instituições de ensino. (MinC, 2006, p. 17)

A contradição é a de que na educação são congregados diferentes níveis de compreensão da realidade, que não são transmitidos de forma unilateral, e também não são operacionalizados dessa mesma forma, mas, principalmente, são refletidos, questionados, investigados sob a racionalidade humana, e sob a ciência, que são, elementos históricos. Na análise de Kosik (1976), não há uma realidade pronta de um lado, e um ser que a entenderá à primeira vista. “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever com a coisa em si se manifesta naquele fenômeno e ao mesmo tempo nele se esconde”. (KOSIK, 1976, p. 16). Nesse processo, as estratégias de classe que se escondem, podem vir a se tornar mais evidentes por meio da própria educação, que comporta a contradição em seu núcleo. Por essa razão, “(...) o discurso é claro: não basta apenas educar, é preciso aprender a empregar convenientemente os conhecimentos adquiridos” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2001, p. 11), esse é o interesse da classe dominante para a educação, que seja realizada uma formação que responda aos seus interesses, os quais vão se ampliando.

A criação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) é uma de suas expressões de fortalecimento político, que passa a integrar o Ministério da Cultura por meio do decreto 5.520 de 24 de agosto de 2005, com a finalidade de “(...) propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional”.³⁶

O CNPC começa a funcionar em 2007, na esteira da I CNC e “(...) representa um marco político no processo de fortalecimento das instituições do Estado e da participação social.”³⁷.

A partir da democratização do país, se abrem espaços para a participação de “todos” nas decisões políticas, destacando que, no entendimento do MinC, conforme menção anterior, “todos” refere-se ‘a “sociedade civil organizada”’.

Todavia nessa definição difusa sobre os sujeitos chamados a participar, estão os representantes dos interesses da classe dominante, levando seus projetos para serem disputados nesse espaço democrático, dessa forma, a participação de empresas, pautando seus interesses para a cultura, como se fossem gerais, e não da

³⁶ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/o-cnpc>. Acesso em 27/11/2018.

³⁷ Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cnpc/o-cnpc>. Acesso em 27/11/2018.

classe dominante, vai se adensando na II CNC, cujos registros serão discutidos a seguir. A segunda CNC ocorreu em 2010, e a partir desta edição, ela passa a ser considerada uma instância do CNPC, que tem a seguinte constituição:

O CNPC é composto pela Plenária, Comitê de Integração de Políticas Culturais, Colegiados Setoriais, Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho e a Conferência Nacional de Cultura. A Plenária conta com representantes do Poder Público Federal, Estadual e Municipal, das áreas técnico-artísticas e de patrimônio cultural, além de representantes de entidades de pesquisa, acadêmicas, empresariais, institutos e fundações, com direito a voz e voto. Importante enfatizar que a sociedade civil é, atualmente, maioria no CNPC. (MinC, II CNC, p. 209).

Esses setores de, com maior representação da “sociedade civil”, pautam suas demandas sobre a cultura, e sobre a II CNC, nota-se que os registros de suas atividades se deram de forma mais detalhada, em comparação com a primeira CNC, ocorrida em 2005.

Nos “Anais da II Conferência Nacional de Cultura”, é possível visualizar no decorrer de suas 260 páginas, os detalhes da Conferência, seus eixos específicos de debate, e a ampliação das discussões que ligam a cultura ao desenvolvimento nacional. São apresentadas na II CNC, 31 moções que foram aprovadas, e cinco eixos, um deles é nomeado como “cultura e economia criativa, foco: economia criativa como estratégia de desenvolvimento” (Minc – II CNC, 2010, p. 49).

Essa perspectiva não tinha aparecido na I CNC, portanto, houve, dentro do eixo cinco, a apresentação do “Programa Cidade Criativa” desenvolvida pelo Banco Santander, representado, na ocasião por Liliana Magalhães, a qual, apresentou os debates feitos em um seminário internacional sobre o Programa ocorrido em 2009, na cidade de Porto Alegre, no sentido de refletir como foram os diálogos para tornar a capital gaúcha em uma “cidade criativa”. O seminário internacional foi um evento gratuito, promovido pelo Santander Cultural, pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, com parceria da UNESCO.

Isso mostra um olhar diferente da classe dominante, representada e induzida pelo banco Santander, por um organismo internacional, como a UNESCO, e um conjunto de intelectuais que mobilizavam os projetos da classe dominante em meio às lutas das classes subalternas pela sobrevivência. Nessa arena, foram dinamizadas ideias diferentes do final do período ditatorial, e início do período de redemocratização,

onde as empresas, embora com incentivos fiscais, tinham restrições sobre seus vínculos com o “universo cultural”, entendido como um “mau negócio”.

A lógica capitalista não apoia ações que não possam ser convertidas em mercadorias, sejam elas materiais, como um holofote para um espetáculo, ou a emoção produzida por ele. Portanto, a lógica de patrocínios, começa a ser mobilizada de uma maneira diferente por parte dos capitalistas, onde empresas e poder público entram em parceria, e encontram formas de extrair mais valia em meio às múltiplas demandas das classes subalternas no Brasil.

Os múltiplos projetos que estavam sendo defendidos na II CNC, dividiam espaços com outros projetos provenientes tanto das demandas dos quilombolas, de ribeirinhos, quanto de profissionais de arquitetura, de mídias digitais, quanto representantes de bancos internacionais. Esse é um indício de que as articulações burguesas não têm ocorrido somente dentro dos gabinetes empresariais, isolados das demandas culturais e históricas da classe trabalhadora, pois, Por essa razão, o conceito de hegemonia em Gramsci, nos auxilia na compreensão dessa disputa complexa, onde a luta de classes é entendida como movimento e processo histórico, “a hegemonia, portanto, não é apenas política, mas é também um fato cultural, moral, de concepção de mundo”. (GRUPPI, 1978, p. 73).

Dessa maneira articulada, onde a “nova” estratégia burguesa se une às demandas dos trabalhadores, há referência ao país em um novo contexto, mais atento à diversidade cultural, um “Brasil profundo”, sedento das políticas públicas estarem voltadas à essa dimensão, aliado ao “Brasil moderno”, que exige novas atitudes, que pode ficar mais amadurecido como nação, articulando a riqueza cultura e a tecnologia, suscitando a ideia que está no rumo de entender e gerir a sua própria cultura, e isso foi expresso na II CNC.

O Brasil “moderno” também pediu passagem. Os jovens da Cultura Digital [moção] (12), compreendendo “que os modos de produção e fruição culturais atuais *re-significam os conceitos de localidade, identidade e compartilhamento*”, e que a cultura digital, numa perspectiva transversal, pode colaborar “com a ampliação do sentido das proposições feitas por pesquisadores e artistas de todas as linguagens”, e com a troca de “conhecimentos e experiências entre grupos sociais e comunidades em situação de fragilidade”, reivindicaram uma representação própria no CNPC, a fim de influir nas decisões de política cultural. O mesmo desejo tem o segmento da arte-educação [moção] (4), e os setores da moda e do design [moção] (23), que se autodenominam “*indústrias criativas*”, pediram apoio para viabilizar projetos de micro, pequenas e médias empresas que sirvam

como um “diferencial competitivo nas comunidades estratégicas para o desenvolvimento cultural regional” (MinC, II CNC, 2010, p. 107. Grifos meus).

Os projetos em disputa são mobilizados e vão assumindo diferentes formas de luta, ao passo que, reivindicar uma “representação própria” dentro do Conselho Nacional de Política Cultural, significa ampliar as bases de apoio para fortalecer uma direção política peculiar, por isso, o “os jovens da cultura digital” mostram fazer parte de uma classe específica que “(...) tem sua base elementar e primitiva no sentimento de distinção, de separação, de independência quase instintiva, que progride até a posse real e concreta de uma concepção do mundo coerente e unitária”. (GRUPPI, 1978, p. 72).

Isso se expressa com a mesma intencionalidade, mas de outra forma com o setor da moda, apelando para dimensões educacionais, e de marcação de posição como segmento econômico diferencial, em relação a outros no contexto da indústria criativa. Em suas palavras:

Entendemos e pedimos apoio para viabilizar projetos culturais de inclusão social e formação profissional nos níveis técnicos, tecnológicos e científicos que possibilitem dos meios de produção, promova processos sustentáveis que resultem na formalização da indústria criativa de moda e o design como diferencial competitivo nas comunidades estratégicas para o desenvolvimento cultural regional. (MinC, II CNC, 2010, p. 103)

Gradativamente, nesse processo vão se constituindo elaborações mais gerais, que surgem desses processos específicos e que vão se mobilizando e se fortalecendo, conforme os interesses de classe, no caso, da classe dominante, e que vão se alastrando como se fossem de interesse geral, assim como essa formulação:

O desenvolvimento econômico e social do mundo contemporâneo está associado, cada vez mais, à capacidade humana de simbolizar, ou seja, ancora-se na criatividade de indivíduos e grupos. Nesse contexto, investir conjuntamente em cultura e educação é estratégico, e para isso é necessário criar instâncias de coordenação entre as políticas culturais e educacionais e estimular a interação entre as expressões da cultura e o sistema educativo. (MinC, II CNC, 2010, p. 38)

É nesse processo de lutas que a educação integra o complexo de tensões políticas no âmbito da hegemonia, ao ponto em que ela é disseminada como aquela que organiza o “conhecimento”, elemento chave desse novo processo de luta, que emerge das próprias contradições engendradas pelo pela burguesia, que se reinventa,

atribuindo novos sentidos à realidade, sentidos esses, que são também transitórios, porque somente são possíveis em determinadas condições históricas.

A dimensão econômica compreende que a cultura, progressivamente, vem se transformando num dos segmentos mais dinâmicos das economias de todos os países, gerando trabalho e riqueza. Mais do que isso, a cultura é hoje considerada elemento estratégico da chamada nova economia, que se baseia na informação, na criatividade e no conhecimento. A economia da cultura não pode mais ser desconsiderada pelas políticas governamentais, não só pelo que representa no fomento ao próprio setor, mas também por sua inserção como elemento basilar do desenvolvimento econômico geral. (MinC, II CNC, 2010, p. 35)

Nesse sentido, seguem outras determinações que vão se desdobrando desse processo, como a Lei 12.343 de 2010, que cria o Plano Nacional de Cultura.

2.6 O PLANO NACIONAL DE CULTURA E SUAS METAS

O Plano Nacional de Cultura foi aprovado em 2010, por meio da lei n. 12.343 de 2 de dezembro de 2010, e antes disso passou por intensos debates, tanto na I CNC, ocorrida entre 2005 (fase de debates com estados e municípios), e 2006 (fase de sistematização desses debates em nível nacional), tanto na II CNC, que ocorreu entre 2009 e 2010, seguindo a lógica organizativa da primeira. Essa rede de debates da I e II CNC, e da criação do PNC, forma as bases de organização que gradativamente vai se consolidando em legislações.

As evidências coletadas e analisadas confirmam o impacto das Conferências Nacionais na produção legislativa brasileira ao longo do período constitucional de 1988”. O exemplo mais perfeito e acabado desta repercussão legislativa, sem dúvida alguma, é a aprovação do Plano Nacional de Cultura pelo Congresso em 9 de novembro de 2010, fruto de deliberações da I e II Conferência Nacional de Cultura, incluído na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 48, promulgada em agosto de 2005; por coincidência, ano de realização da I Conferência Nacional de Cultura, convocada pelo MinC. (MinC, II CNC, 2010, p. 20)

O Plano Nacional de Cultura é composto por 53 metas a serem cumpridas até 2020, disponíveis em um documento publicado pelo MinC em 2011, chamado “Metas do Plano Nacional de Cultura”³⁸. No ano seguinte, torna-se público outro documento

³⁸ Disponível em: http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/. Acesso em 30/11/2018.

chamado “As metas do Plano Nacional de Cultura”³⁹, contendo 111 páginas, onde cada uma das metas é discutida, sob o viés da gestão da cultura, como sendo “um compromisso de todos”, além de reflexões acerca do histórico do PNC, e as articulações necessárias para as ações futuras. O primeiro documento (2011) apresenta as metas, o segundo (2012), alarga um pouco o debate sobre elas. O PNC, ao longo dos dois documentos se ancora no entendimento da cultura brasileira em um tripé: “O Plano se estrutura em três dimensões complementares: a cultura como expressão simbólica; como direito de cidadania; e como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade” (MinC, Metas PNC, 2012, p. 8).

A meta número 1 diz respeito a regularizar e institucionalizar o Sistema Nacional de Cultura (SNC). Na I CNC foi discutida a necessidade de criar o SNC, e em seu âmbito, construir o PNC, entretanto este, em termos legais, foi instituído primeiramente. No ano de 2010 há a promulgação da Lei 12.343⁴⁰, que cria o PNC, junto com o Sistema Nacional de Indicadores de Informações e Indicadores Culturais, o SNIIC. Somente após dois anos, em 2012, a partir da Emenda Constitucional n. 71, de 29 de novembro de 2012⁴¹, é instituído o SNC.

O aspecto da cultura como vetor econômico conecta-se com as dimensões simbólicas (considerando a capacidade de todos os seres humanos de criar símbolos), e a dimensão cidadã (a cultura entendida como um direito básico de todos os cidadãos). A economia criativa vai parecendo no contexto do vetor econômico, o qual

Considera o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, assim como estimular a formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões culturais e à economia criativa. É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável. (MinC, Metas PNC, 2012, p. 19)

Nesse sentido, as metas do PNC suscitam a necessidade de que o Brasil “se reconheça como país”, entretanto, parece que a ideia é a de que a criatividade vai ganhando contornos de “como fazer a cultura”.

³⁹ Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/06/As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura.pdf>.

⁴⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/Lei/L12343.htm. Acesso em 21/11/2018.

⁴¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc71.htm. Acesso em 21/11/2018.

Ao tomar contato com as metas, percebemos que elas têm a função maior de possibilitar que o Brasil conheça o Brasil. A intenção é também revelar a rica diversidade cultural do país e sua extraordinária criatividade, além de buscar a realização das potencialidades da sociedade brasileira por meio de processos criativos. (MinC, Metas PNC, 2012, p. 10)

Os processos criativos não são pormenorizados tanto no documento de 2011, quanto no de 2012. Todavia a EC tanto se constitui em metas, quanto atravessa outras. A meta 7 diz respeito à necessidade e mapear “100% dos segmentos culturais com cadeias produtivas da economia criativa”.

Esta meta refere-se à identificação dos elos das cadeias produtivas da economia criativa das atividades econômicas associadas aos segmentos reconhecidos pela Unesco (em documento intitulado *Framework for cultural Statistics* de 2009). Os segmentos definidos são: patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, audiovisual e mídias interativas, design e serviços criativos. (MinC, Metas PNC, 2011, p. 29)

Ao mesmo tempo em que se nota a expansão do entendimento sobre a cultura brasileira, percebe-se que há um enquadramento que vai se desenhando com a economia criativa, na sua “dimensão econômica”, que indica uma noção restrita da diversidade de demandas por sobrevivência no contexto do capitalismo contemporâneo.

Essa dimensão aliada à cidadania e à produção simbólica (MinC, Metas PNC, 2012), compõe um ciclo de produção de consenso do caráter “humano”, e de devir da cultura, cujo afunilamento, desemboca na luta pela sobrevivência por meio do trabalho. Do ponto de vista burguês, as demandas culturais devem ser controladas, já que carregam em si uma forte resistência contra os processos de homogeneização e exploração historicamente conduzidos pelo modo de produção capitalista.

O ajuste com a UNESCO mostra como essas demandas precisam ser “pasteurizadas”, de modo que os trabalhadores, na organização de sua cultura, não se articulem de forma revolucionária, que possam a romper com as relações capitalistas. Por essa razão, a adequação em dados, estatísticas, e em padrões analíticos, vinculados a determinações internacionais, relaciona-se com o processo hegemônico da classe dominante. Nesse sentido, o *Framework for cultural Statistics*, é um documento da UNESCO, publicado em 2009, que pretende medir e comparar “as culturas” dos diferentes países.

A estrutura inclui todos os atuais sistemas e padrões internacionais de classificação estatísticas relevantes, a fim de maximizar a comparabilidade de dados e o potencial de usar pesquisas existentes para medir a cultura. Esses sistemas de classificação fornecem aos países uma estrutura abrangente para coletar e disseminar dados culturais. Ele também serve como um guia para medir atividades culturais, bens e serviços usando estatísticas econômicas padrão e pesquisas domiciliares, tais como pesquisas de força de trabalho e censos. (UNESCO, 2009, p. 10)⁴²

As identificações de grupos, cidades, setores que podem se enquadrar na economia criativa, devem ser entendidos no contexto de “cadeias produtivas”, dos “arranjos produtivos”. Os termos da área de administração de empresas vão orbitando nesse universo democrático e nos processos de tensões políticas pela garantia jurídica da organização da cultura, e de seu entendimento como um produto que segue as leis de mercado. As “cadeias produtivas”, precisam ser identificadas, de acordo com as Metas do PNC, exemplo disso é o que consta na meta 8, que trata de reconhecer os “territórios criativos” como “bacias criativas”, “cidades e bairros criativos”.

Os territórios criativos compreendem bacias criativas, cidades criativas e bairros criativos. As bacias criativas são entendidas como regiões geográficas formadas por diversos territórios com identidade cultural convergente, que representem polos criativos regionais. As cidades criativas se referem aos complexos urbanos onde as atividades culturais de vários tipos são parte integrante da dinâmica local. Os bairros criativos, por sua vez, representam dimensão espacial menor, no interior do espaço intraurbano. (MinC, Metas PNC, 2011, p. 31)

Essa forma de “mapear a cultura” passa pelo crivo de julgá-la como criativa ou não, e isso fica a cargo do Sistema Nacional de Informações e Indicadores culturais, criado em articulação com o PNC, e exerce função principal de criar, induzir e “organizar a cultura”. A meta 2 do PNC, trata de mostrar a importância de haver registros de dados culturais de 100% das unidades da federação pelo SNIIC.

O sistema visa também disponibilizar estatísticas, indicadores e outras informações relevantes para a caracterização da demanda e oferta de bens culturais, *para a construção de modelos de economia e sustentabilidade da cultura, para a adoção de mecanismos de indução e regulação da atividade econômica no campo cultural, dando apoio aos gestores culturais públicos e privados.* Vai incluir e divulgar,

⁴² Citação original em inglês: The framework includes all current relevant international statistical classification systems and standards in order to maximise data comparability and the potential for using existing surveys to measure culture. These classification systems provide countries with a comprehensive framework to collect and disseminate cultural data. It also serves as a guide to measuring cultural activities, goods and services using standard economic statistics and household surveys, such as labour force surveys and censuses. (UNESCO, 2009, p. 10)

grupos, instituições, equipamentos e ações culturais, além de projetos de sustentabilidade econômica da produção cultural local e Arranjos Produtivos Locais (APLs) criativos. (MinC, Metas PNC, 2011, p. 17. Grifos meus.)

Isso fomenta diferentes formas de organização política, utilizando-se das tecnologias de informação e comunicação,

SNIIC está fundamentado no modelo open data (dados abertos), que utiliza todas as potencialidades da participação direta da sociedade civil, por meio de interfaces típicas das mídias sociais. A característica principal será disponibilizar uma plataforma de consulta, produção de dados, acompanhamento de ações e interação entre os diversos atores, fomentando a produção cultural. (MinC, Metas PNC, 2011, p. 17)

Vai se desenhando uma articulação entre mercado e Estado, em meio a processos de luta de classe, com suas múltiplas dimensões culturais, morais, educativas, abarcando a criatividade e inovação em uma arena que envolve a totalidade contraditória das relações capital-trabalho.

Em decorrência disso, as políticas públicas e a sua regulação no campo cultura anunciam um projeto de sociabilidade para que se crie e fundamente um tipo específico de “cultura criativa”, pressupondo a consolidação do tipo de articulação desejada pela classe dominante.

Por isso o SNIIC foi criado, para regular, e controlar os processos de governança que se desdobram em meio às tensões políticas históricas. É nesse âmbito que é criada a Secretaria de Economia Criativa (SEC) dentro do MinC, por meio do Decreto n. 7.743 de maio de 2012, que não somente inaugura, como também reorganiza o Ministério em sua totalidade.

Em 2012, por meio do Decreto n. 7.743, é criada a Secretaria da Economia Criativa, alterando toda a estrutura regimental do MinC, este Decreto é revogado em 2016 pelo de número 8.837, que por sua vez, foi revogado recentemente pelo Decreto n. 9.411 de 18 de junho de 2018. Nota-se o constante reajuste, onde a inovação e o empreendedorismo vão adentrando na legislação, intensificando as articulações entre sentidos das ações do MinC, e fortalecendo as garantias legais no sentido de ressignificar a diversidade cultural brasileira como um negócio.

No período de 2005 a 2012, com a I CNC, a promulgação do PNC, do CNPC, a II CNC, a criação da Secretaria da Economia Criativa, do SNC, aliados ao Fundo

Nacional de Cultura⁴³, que tem se integrado no esquema organizativo do SNC, outras duas ações de pesquisa e monitoramento foram criadas para dar suporte para a articulação de forças políticas da classe dominante para conduzir a forma de manifestação da cultura brasileira, no âmbito do mercado contemporâneo, o Observatório Brasileiro de Economia Criativa, e o Plano Brasil Criativo.

A instalação do Observatório Brasileiro da Economia Criativa (Obec) possibilitará a produção e a difusão de pesquisas, dados e informações sobre a economia criativa dos 26 estados e do Distrito Federal. Também estimulará o debate entre estudiosos, especialistas, agentes governamentais e representantes do setor cultural acerca do impacto da economia criativa na sociedade. O Observatório será o centro de convergência de uma rede de estudos e pesquisas representada pelos observatórios estaduais. (MinC, Metas PNC, 2012, p. 37)

Com o OBEC, criado em 2012, o MinC investiu R\$ 12.4 milhões em estudos sobre a Economia Criativa, de modo que cada estado tenha seu centro de estudos sobre o assunto, além do mais, foram firmadas parcerias com o Instituto Itaú Cultural, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e a Universidade Federal da Bahia (UFBA)⁴⁴.

O “Plano Brasil Criativo” atua em paralelo com o OBEC, funcionando como um “acelerador das políticas públicas para o setor”.

A Secretaria da Economia Criativa é o órgão do MinC responsável por elaborar e coordenar o Plano Brasil Criativo, que busca potencializar políticas e programas de 10 ministérios que atuam nos segmentos criativos ou no enfrentamento dos desafios para o desenvolvimento da economia criativa no país. O Plano norteará as ações que inserem a cultura como eixo estratégico de desenvolvimento e contribuirá com o incentivo aos territórios criativos. Para esta meta também é necessário que sejam feitas pactuações com os governos municipais e estaduais, as instituições acadêmicas, a sociedade civil, as entidades de representação patronal e laboral, entre outros. (MinC, Metas PNC, 2012, p. 39)

Embora o documento das Metas do PNC de 2012 afirme que o Plano Brasil Criativo seja coordenado pela SEC, no website do MinC, consta que a coordenação desse Plano está a cargo da Casa Civil da Presidência da República, diretamente

⁴³ Foi criado pela Lei 8.313/1991, a Lei Rouanet, mas tem se adequadado ao SNC.

⁴⁴ Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/observatorio-brasileiro-da-economia-criativa-525526/10913. Acesso em 12/11/2018.

relacionado com o Poder Executivo⁴⁵. De qualquer forma, a EC tem sido levada, em meio aos interesses de classe, como um projeto a ser urgentemente considerado para o desenvolvimento do país.

O ciclo do SNC se fortalece na dinâmica de classes e tensões sociais, onde as formas de governança se tornam cada vez mais ampliadas no sentido do estabelecimento de parcerias do setor público, com setores privados, que têm visto esse debate sobre a cultura, como saídas para suas crises cíclicas. A diversidade é considerada e ao mesmo tempo enquadrada nesse esquema:

Figura 4 - Sistema nacional de cultura



Fonte: Ministério da Cultura.⁴⁶

Nesse caminho o SNC orienta cada um dos municípios a se integrarem em seus sistemas a partir de manuais⁴⁷, tutoriais⁴⁸, capacitações à distância⁴⁹, disponibilizados em sua plataforma digital. A criação de uma unidade de entendimento sobre a cultura é de interesse da classe dominante, e por isso há esse esforço em

⁴⁵ Disponível em: http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/plano-brasil-criativo-em-discussao-555683/10913. Acesso em 12/11/2018.

⁴⁶ Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/componentes-do-snc/>. Acesso em 30/11/2018.

⁴⁷ Disponíveis em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/manuais/>. Acesso em 30/11/2018.

⁴⁸ Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/tutoriais-2/>. Acesso em 30/11/2018.

⁴⁹ Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/capacitacao/>. Acesso em 30/11/2018.

planificar, sistematizar, orientar e guiar todo o país em nome de um projeto que entende a cultura de uma única forma, aquela que é passível de se tornar um plano de negócio, sob a perspectiva dos mercados.

Em 2011 é publicado, nessa esteira de forças políticas, o Plano da Secretaria da Economia Criativa, para consolidar o projeto societário da Economia Criativa como salvadora dos problemas enfrentados no país, e no ano seguinte, é lançada a sua segunda edição revisada.

2.7 O PLANO DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA – POLÍTICAS, DIRETRIZES E AÇÕES - 2011 A 2014

O Plano da Secretaria da Economia Criativa – Políticas Diretrizes e Ações 2011 a 2014 (PSEC) foi produzido no contexto de outros programas do governo federal, ligados ao desenvolvimento do país. Em suas primeiras palavras, escritas pela, então, Ministra da Cultura, Ana de Hollanda, aparece o “direito ao desenvolvimento”, suscitando o caráter democrático, e atento aos direitos sociais, vinculado a dimensões legais, como a Constituição Brasileira, e suas conexões com as determinações da ONU sobre esse assunto.

A partir das evidências empíricas, o que tem sido mostrado, é que a inovação integra um processo mediado por antagonismos de classes, e aparecem como mudanças nas estruturas de governo e nas leis que regem o país. No PSEC é informado que a inovação tem se ligado à criatividade, com base na diversidade cultural, vinculada às tecnologias de informação e comunicação.

O conceito de inovação está essencialmente imbricado ao conceito de economia criativa, pois o processo de inovar envolve elementos importantes para o seu desenvolvimento. A inovação exige conhecimento, a identificação e o reconhecimento de oportunidades, a escolha por melhores opções, a capacidade de empreender e assumir riscos, um olhar crítico e um pensamento estratégico que permitam a realização de objetivos e propósitos. (MinC, PSEC, 2012, p. 34)

No decurso das 80 páginas da segunda edição do PSEC, é recorrente não só a menção ahistórica, e despersonalizada das relações econômicas, culturais, sociais, e políticas, como acepções de “novidade”, de renovação, de uma nova maneira de entender a economia, como se, pelo viés da diversidade cultural, as relações monetárias adquirissem uma espécie de “purificação”, constituindo-se assim, como fluxos de dinheiro “do bem”.

As políticas públicas são requeridas no contexto nacional por esse viés, respondendo às determinações da UNESCO, a exemplo de outros países, associando a criatividade como insumo da inovação, tendo como pilares o “conhecimento” e as “novas tecnologias”.

Em inúmeros países de diversos continentes (como a Austrália, a Turquia, a China) a criatividade vem sendo apoiada por políticas públicas e sendo tratada como o insumo por excelência da inovação. Essa nova economia vem crescendo, graças à sociedade do conhecimento e às novas tecnologias. (MinC, PSEC, 2012, p. 8)

Essa articulação da cultura-criatividade-políticas públicas-inovação-conhecimento-novas tecnologias, é específica do rearranjo contemporâneo dos antagonismos de classe. Isso é mostrado por evidências da realidade, somente possíveis por meio do desenvolvimento das forças produtivas, com “(...) meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro” (COHEN, 2010, p. 64).

Todavia, quando se anuncia o encadeamento cultura-criatividade-políticas públicas-inovação-conhecimento-novas tecnologias, não são considerados os sujeitos que conduzem esse processo, que é a classe trabalhadora e a sua força de trabalho em constante luta contra a exploração burguesa.

Ao longo de todo o PSEC, os sujeitos que trabalham não são entendidos como aqueles que mobilizam as forças produtivas em torno do desenvolvimento, tão reiteradamente aclamado. Ao contrário, é atribuída vitalidade, e uma espécie de “vida própria” a uma suposta “diversidade cultural”, como sendo ela mesma a “produtora” de novas relações sociais.

(...) a diversidade cultural não deve mais ser compreendida somente como um bem a ser valorizado, mas como um ativo fundamental para uma nova compreensão do desenvolvimento. De um lado, deve ser percebida como recurso social, *produtora* de solidariedades entre indivíduos, comunidades, povos e países; de outro, como **um ativo econômico, capaz de construir alternativas e soluções para novos empreendimentos**, para **um novo trabalho**, finalmente, para **novas formas de produção de riqueza**. Assim, seja na produção de vivências ou de sobrevivências, a diversidade cultural vem se tornando o “cimento” que criará e consolidará, ao longo desse século, **uma nova economia**. (MinC, PSEC, 2012, p. 19-20. Grifos meus)

Essa visão despersonaliza as relações econômicas e as lutas de classes que as mobilizam, orienta o debate sobre a cultura como um elemento provido de vida própria, que por si só sedimentaria essa nova uma sociabilidade idealizada, de acordo

com esse caráter messiânico que anuncia “novas formas de riqueza”, “um novo trabalho”, “uma nova economia”.

A nova face desse “capitalismo sensibilizado” aparece como um recurso de convencimento de seu projeto de sociedade. Foi utilizada ao longo de todo o PSEC essa estratégia de ocultamento das contradições produzidas por sua própria lógica, e da idealização de estruturas e relações sociais harmoniosas, buscando com isso, evidenciar uma versão mais “animada”, altruísta, comprometida com o mundo, com o meio ambiente, e menos individualista, triste, consumista, etc. Com menção ao sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), autor de livros que ficaram popularmente conhecidos, O PSEC entende, e compartilha com o autor, que o futuro dos países e para todas as perguntas a seguir, para o PSEC, é a cultura.

Afinal, como enfrentar o desencanto da juventude, hoje com grandes dificuldades de inclusão no mercado de trabalho? Como responder à revolta das minorias diante do reconhecimento dos seus direitos? Como buscar alternativas para a redução da violência social cada vez mais intensa? Todas essas perguntas apontam de forma radical para a decadência dos modelos modernos de Estado, da Economia e do Desenvolvimento. (MinC, PSEC, 2012, p. 19)

O *ethos* capitalista tem se capilarizado por múltiplas instâncias da vida social, adentrando as dimensões objetivas e subjetivas das relações, constituindo, não sem resistência, uma direção específica para uma nova forma de ser no mundo.

A nova estrutura do capitalismo em nível global aponta, entre outras coisas, para uma crescente culturalização da economia, com avanço do trabalho intelectual, mudanças concomitantes nos padrões de consumo, estetização geral da produção. (PSEC, 2012, p. 84)

As contradições aparecem no documento como “desafios”, tratam das formas de identificação de “setores criativos”, fomento de empreendimentos criativos, infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de “bens e serviços criativos”, criação/adequação de marcos legais para os “setores criativos”, além da educação para “competências criativas”.

O debate acerca da formação para o desenvolvimento de competências criativas merece atenção e aprofundamento. A construção de competências vai muito além da construção e difusão de conteúdos de natureza técnica, mas envolve um olhar múltiplo e transdisciplinar que integra sensibilidade e técnica, atitudes e posturas empreendedoras, habilidades sociais e de comunicação, compreensão de dinâmicas sócio-culturais e de mercado, análise política e capacidade de articulação. (MinC, PSEC, 2012, p. 36)

Em termos políticos e metodológicos, os dados, a identificação de “setores criativos”, o estímulo “das competências criativas”, a formulação de políticas culturais, o escopo da indústria criativa, e seus desafios, a formação da SEC, teve como parâmetro o ordenamento da UNESCO. “O trabalho da UNESCO constitui uma referência que deve, no entanto, ser analisada e ajustada de acordo com as especificidades nacionais. (PSEC, 2012, p. 26-27). Para emoldurar as especificidades brasileiras, o que consta no PSEC são:

(...) os dados e informações aqui apresentados foram estimados a partir dos estudos realizados pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan, 2008) e pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 2010). A atualização dos índices e indicadores da economia criativa brasileira foi realizada a partir de parâmetros de massa salarial e de nível de ocupação extraídos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da quantidade de empreendimentos considerados criativos de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) do IBGE. (MinC, PSEC, 2012, p. 31)

Os mapeamentos da FIRJAN também se constituem como referência para apontar dados no PSEC, que seguirá o seguinte caminho: “Identificar estudos/pesquisas existentes que subsidiem uma atualização do estado da arte da área, a exemplo do estudo da Firjan sobre a cadeia da indústria criativa no Brasil.” (PSEC, 2012, p. 49).

A FIRJAN já publicou 3 mapeamentos da Indústria Criativa, em 2008, em 2014, e em 2016. Em meio a esse recorte temporal das publicações da Firjan ocorre a III CNC em 2013, que se dedica a intensificar “orientar” o Estado sobre os desafios do SNC. Esses estudos estão em fase de análise e desenvolvimento.

O debate sobre a criatividade, a capacidade inventiva, e a cultura têm permeado, como vimos, o mundo empresarial, os movimentos sociais ligados diretamente à cultura, porém, ainda que haja um direcionamento das bases de sustentação do capital, suas vozes não são uníssonas, e os distintos projetos de sociedade continuam em disputa. Em seguida, veremos como isso tem se desdobrado dentro do IFSC.

3 TRAJETÓRIAS DA INOVAÇÃO E ECONOMIA CRIATIVA NO IFSC

Os processos voltados à criatividade, ao empreendedorismo e à inovação têm sido aclamados como solucionadores dos problemas que enfrentamos na realidade, como as desigualdades, a violência, o desemprego. Esses conceitos são enfatizados nas reformas educacionais, funcionando como guia para a preparação de um “homem de um novo tipo”, especialmente, na educação profissional.

O IFSC se constitui como uma das arenas de disputas na mobilização dessas “soluções”, como espaço de formação profissional. Assim, possui seu funcionamento intimamente articulado às disputas e tomadas de decisão que envolvem a formação perspectivas de trabalho de jovens estudantes. Para investigar esses processos, foram feitas análises e uma entrevista com o coordenador do Núcleo de Inovação Tecnológica, visando identificar como a estratégia burguesa da inovação tem se dado no IFSC.

Em sua mais recente estrutura, o IFSC, antigo CEFET-SC, completou dez anos de existência em 2018. Sua constituição está alicerçada em um percurso de mais de cem anos⁵⁰ de ajustes em sua estrutura física, pedagógica, no corpo docente e administrativo bem como na expansão de suas unidades pelo país.

Todas as mudanças pelas quais passaram e passam os IFs são mediadas pela necessidade de formação profissional, historicamente determinada pelo modo de produção capitalista, em que cada *campi* responde à formação de trabalhadores, de acordo com os “arranjos produtivos” de cada região onde estão instalados.

O caráter dinâmico, político e formativo do IFSC mostra que essa estreita relação entre educação e trabalho têm apresentado tendências voltadas ao empreendedorismo, à Economia Criativa, e à inovação, como uma combinação ético-política “correta” a ser seguida expressa em rearranjos feitos nas legislações e na organização pedagógica. Mas qual a razão dos capitalistas se importarem com a educação profissional ofertada pelo IFSC?

Os proprietários dos meios de produção, que disputam mercados entre si identificam a importância da educação básica para uma formação adequada aos seus interesses, conforme mostra este estudo do IPEA:

⁵⁰Conferir a linha do tempo da rede federal de educação profissional: http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf. Acesso em 10/03/2018.

Na disputa entre unidades de multinacionais, para a localização de centros de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, *não por acaso o sistema escolar tem peso importante. De forma geral, na educação brasileira o gargalo de curto prazo está na formação básica. O sistema universitário tem atendido à demanda por profissionais da área tecnológica, mas precisa expandir-se para dar conta do aumento da demanda.* Grosso modo, a formação de engenheiros é considerada boa pelas empresas (particularmente pelas estrangeiras). A questão é preparar o futuro, pois, relativamente, o Brasil forma poucos engenheiros por número de habitantes – esse é um dos principais indicadores que confere ao País posições sem destaque nos rankings internacionais de competitividade. (DE NEGRI; KUBOTA, 2008, p. 44. Grifos meus)

A expansão dos cursos da área tecnológica é colocada como uma das frentes do IFSC, que possui cursos de tecnologia, os chamados, “tecnólogos”, ou de formação superior aligeirada⁵¹, são “cursos de graduação com foco na prática profissional inovadora”⁵². A lógica desses cursos tem se estendido para a educação básica, também ofertada pelo IFSC⁵³, o que parece ser um mecanismo de ajuste, ou alinhamento pedagógico, induzido pela classe dominante, que adentra os cursos de nível médio, por meio da proposição de projetos de ensino, pesquisa e extensão, cujo foco se volta à formação de *startups*, empresas juniores, além de competições vinculadas a empresas

Nesse sentido, a inovação, como forma de coerção e coesão social, e não como direito social, tem adentrado o IFSC por distintas formas, seja pelas parcerias estabelecidas com empresas, pela reconfiguração de setores, como a extensão, pela integração do IFSC em conselhos, colegiados de empresariais ou governamentais, e demais órgãos, como o Núcleo de Inovação Tecnológica, que teve sua formalização 2008.

3.1 O NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO IFSC – NIT

O Núcleo de Inovação (NIT) cumpre o papel de mediador e normatizador dos trâmites que envolvem a inovação dentro do IFSC, e em conjunto com as empresas que estabelecem projetos, constroem em conjunto e publicam editais de diferentes eventos junto à instituição, imputando à educação uma utilidade em um contexto

⁵¹ CST – Cursos Superiores de Tecnologia.

⁵² Conferir a lista de cursos em diferentes campi no estado em: <http://www.ifsc.edu.br/superiores-de-tecnologia>. Acesso em 02/11/2018.

⁵³ Os cursos técnicos integrados ao ensino médio podem ser visualizados aqui: <http://www.ifsc.edu.br/tecnicos-integrados>. Acesso em 02/11/2018.

“econômico” específico e atual, que busca mobilizar a inovação como um princípio formativo básico e orientador da formação para o trabalho.

O NIT existe com o propósito de fortalecer a disseminação da inovação ao longo do processo formativo dentro do IFSC, criado pela Resolução 30/2008/IFSC⁵⁴, e suas ações estão em consonância com a Lei 10.973/2004, e com o Decreto 5773/2006, cujo conteúdo foi revogado em 2017, pelo DECRETO 9235. Essas são legislações matrizes que regem o jeito de fazer inovação no Brasil, e a forma como deve se articular com a pesquisa/ciência/educação.

Os processos formativos acompanhados pelos rumos da ciência são o foco da classe dominante para a formação de uma maneira coagida de ser e estar no mundo, descrita “bom senso”, disseminado em múltiplas dimensões da vida cotidiana.

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações - os quais, por isso, em determinadas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 1980 p. 116).

Nesse contexto, se desdobra o fortalecimento da inovação como missão do NIT, e se constitui como o centro irradiador dessa política, que tem atuado desde que o IFSC tinha a configuração de Centro Federal de Educação Tecnológica. A criação do NIT dentro do IFSC é uma evidência concreta dos processos mais amplos que se desdobram na história da dinâmica do capitalismo contemporâneo, que constantemente estabelece um fluxo combinado de articulações a favor de seus interesses de classe, expressos como interesse geral e benéfico à “sociedade”.

Constitui missão do NIT, fortalecer o relacionamento do CEFET-SC com a comunidade, envolvendo órgãos de Governo, empresas e demais organizações da sociedade civil, com o objetivo de dar apoio as ações que tenham por fundamento a inovação tecnológica para que as atividades de ensino, pesquisa e extensão se beneficiem dessas interações e promovam, como estratégia deliberada, a transferência do conhecimento em prol do desenvolvimento econômico, tecnológico e social do País. (IFSC. Resolução 30/CD, 2008.)

⁵⁴Disponível em: https://www.ifsc.edu.br/documents/397061/0/nit-resolucao_30cd2008_criacao_nit.pdf/93f091e2-d1b6-5b4f-afc5-da97fb75a431. Acesso em janeiro de 2020.

De acordo com o coordenador do NIT⁵⁵, antes ainda de 2008, havia professores engajados em consolidar o núcleo, isso mostra que a Resolução 30, somente é a expressão de legitimação de uma luta política dentro do IFSC em prol da inovação. Revela também que é um órgão para a promoção da inovação na instituição, e compreende esse processo como o campo da “pesquisa” em si no IFSC. Em suas palavras: “(...) nosso foco principal é promover que a pesquisa do IFSC, que por legislação tem que ser aplicada, e deve acontecer em parceria com o setor produtivo, já que é lá que acontece o impacto dessas atividades.”

A pesquisa aplicada, conforme mencionada pelo coordenador do NIT, tem seu impacto no “setor produtivo”, e não diretamente nas condições de vida de populações que vivem em situação de miséria, nos lugares onde o IFSC possui campus instalados. Parte-se, dessa forma, do entendimento que o eixo central de soluções para as contradições sociais, começa pelo “bom funcionamento das empresas”, onde se deve “aplicar” o conhecimento.

A Lei 11.892/2008, apresenta parâmetros de criação dos Institutos Federais no país, e menciona a pesquisa aplicada em três momentos: 1) quando menciona acerca das finalidades dos IFs, os quais devem: “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica”; 2) “realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico”; 3) Sobre os objetivos dos IFs: “realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade”.

A interpretação de que os benefícios solucionadores para a “comunidade” surgirão das relações de mercado, é gestada e disseminada pelos capitalistas, que exercem influências na educação.

Entretanto o IFSC, enquanto espaço de formação, é plural, histórico e dinâmico, e não unilateralmente direcionado. Há uma dissociação nesse aspecto, entre o que se pretende disseminar, e o que a realidade concretamente é, e como se manifesta em meio aos antagonismos de classe.

O foco do IFSC, é garantir atendimento público, conforme a Lei 11.892/2008, de, no mínimo

⁵⁵ Em agosto de 2018, o coordenador do NIT do IFSC concedeu entrevista para esta pesquisa, a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFSC, sob o registro 09348119.0.0000.0121.

[...] 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. (BRASIL, 2008)

A prioridade do IFSC não é a inovação, conforme apontado, ademais, O NIT não estabelece relação com os estudantes, exceto por meio do concurso extracurricular promovido em parceria com o SEBRAE, chamado Prêmio IFSC de Inovação. Os alunos são incentivados e orientados por seus professores a submeterem suas ideias em formato de projeto, os quais passam por uma competição, e seus avaliadores são empresários, e professores articulados com empresas.

Dessa forma, por mais que o NIT não seja uma prioridade dentro do IFSC, são feitas articulações, para que se dissemine uma “cultura de inovação”, que penetre nos setores prioritários, e se desenhe um novo sentido, direcionado aos interesses capitalistas, e suas disputas concorrenciais.

Quando questionado se os alunos se interessam por essas atividades, a resposta foi direta:

“Só percebo que cada vez mais esse é um tema que o alunos se apegam, os professores trazem mais essa temática à tona, então a gente percebe, com o Desafio IFSC, ou mesmo em projetos em que a gente faz parceria com a FAPESC depois a gente transfere recursos para a FAPESC, a FAPESC retorna recursos, a gente lança edital para pesquisadores do IFSC, para fazer pesquisa aplicada atendendo demanda, então a gente percebe sempre que há uma crescente de ideias e projetos voltados para acessibilidade, que envolvem, de alguma forma a Economia Criativa, por exemplo, a proposta de desenvolver uma cerveja à base de pinhão, etc. Ou seja, coisas alternativas do que é o comum”. (Coordenador do NIT/IFSC).

Observa-se a capilarização de recursos públicos oriundos do fluxo de conhecimento produzido dentro do IFSC, que se mobiliza pela Fundação de amparo à pesquisa e inovação do estado de Santa Catarina (FAPESC), como no exemplo descrito, com destino final voltado ao que “é fora do comum”, um novo produto para o mercado.

O estímulo a essas ideias passa pelo filtro da lucratividade. Afunila-se o fluxo de conhecimento e há um esforço em canalizar a pluralidade de ideias que surgem no e do processo educativo, para que elas se transformem em produto, fomentando o

empreendedorismo. Tratando do empreendedorismo e de sua relação com a Economia Criativa, o entrevistado respondeu:

“Nós não fazemos nenhuma distinção em relação a diferentes formas de empreender na instituição. Até, embora eu veja o pessoal categorizando muito, como “tecnologias assistivas”, “empreendedorismo social”, “economia criativa”, tudo isso é empreendedorismo. Tudo isso são oportunidades para os nossos alunos de desenvolverem soluções, de contribuir para as diferentes áreas de forma a constituir empresas, todas elas são oportunidades de negócio”. (Coordenador do NIT/IFSC, 2019).

Nessa perspectiva, a educação fica reduzida a planos de negócios, a serem aprovados por empresários, e não por professores. O se desloca de acordo com a possibilidade que esses planos podem atribuir às empresas, no processo de competição capitalista. Uma expressão concreta desse enlace foi a criação da “Lei do Bem”, a Lei 11.196/05, que oferece incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica.

Considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado. (BRASIL, 2005)

O caráter “positivo e benevolente” da inovação incita uma indubitável adesão aos seus princípios, entretanto, a lei de incentivo à inovação, “dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências”. (Lei 10.973/2004). Dessa forma, emoldura a inovação em “ambiente produtivo”, e traz, como fundamentos de seu incentivo, perspectivas que são originários das lutas dos trabalhadores contra a exploração capitalista, como a “redução das desigualdades regionais” (Lei 10.973/2004).

São capitalistas decidindo e legislando sobre suas formas concorrenciais de acumulação, utilizando-se de “promessas”, como a “redução das desigualdades”, para impor seus interesses em meio às tensões de classe, manifestadas na realidade pelo desemprego, pela fome, pela violência, e se manifesta na realidade como ideologia, uma verdadeira “unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta adequada a essa concepção” (GRAMSCI, 1975).

Outra expressão bastante utilizada que confunde os sentidos dos discursos é “ecossistema de inovação”, que é componente do vocabulário empresarial. Ela

aparece no Decreto 9.283/2018, ou seja, é um assunto que tampouco entrou para o debate com a sociedade, ou com os trabalhadores da educação, nem mesmo passou pelas comissões analíticas no âmbito Legislativo, mas, foi decretado, atropelando os processos democráticos e impondo os interesses da classe dominante brasileira sobre o trabalho e a educação.

Isso mostra a força do engajamento desses empresários com a produção científica no Brasil, e, também evidencia um tipo de governo descomprometido com a realidade brasileira e ligado à classe dominante, que legitima, compactua com essas diretrizes.

As definições sobre “inovação”, “incubadoras”, “capital intelectual”, entre outros conceitos, aparecem na Lei de incentivo à inovação (Lei 10.973/2004), permeando a lógica da criação, da invenção, da ciência e tecnologia, como expressão dessas forças políticas.

Embora as legislações e as forças de direção burguesas sejam dominantes, há oposição nesses processos. Os empecilhos citados pelo coordenador do NIT, em relação aos processos facilitadores de estabelecimento de parcerias com empresas, provêm em geral de professores das áreas de ciências humanas, os quais resistem às ações do NIT, pois carregam consigo uma

“Ideologia ultrapassada, de esquerda, que considera o empreendedorismo como se fosse um grande mal da humanidade, acham que é só pra criar empresa para explorar o trabalho, etc., quando na verdade é a forma de promover a verdadeira construção da cidadania, de pessoas que podem não abrir uma empresa.”
(Coordenador NIT/IFSC).

Essa é uma das expressões de disputa dentro do IFSC, que mostra que o esforço em disseminar a “cultura da inovação”, esbarra em perspectivas que se opõem a esse modelo de retroalimentação da competitividade capitalista como ponto de partida para uma sociedade “ajustada”. Não se trata de uma dimensão maniqueísta, mas de compreender as mediações concretas às quais o empreendedorismo, a inovação e a economia criativa estão vinculadas.

Nesse contexto, o IFSC, com o amparo do NIT, se vinculou com a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), e assim foi feita a instalação do Polo Embrapii IFSC (PEIFSC), no campus Florianópolis. A Instrução Normativa 03/2016 IFSC, cuja função é orientar os fluxos de parcerias que ocorrem no IFSC, as descreve como: “Acordos de Cooperação, Convênios, Descentralização de Crédito,

Protocolos de Intenção ou Memorandos de Entendimento, Termos de Cooperação, Termos Aditivos, entre outros”. São diferentes nomes para exemplificar a penetração da ética empresarial na educação.

A Embrapii afirma que sua função é voltada ao atendimento das demandas do setor produtivo, à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), assim como à formação profissional para as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) na indústria. Trata-se de uma empresa que tem um contrato de gestão com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério da Educação (MEC), e atua por meio de uma cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas. Embora o termo “cooperação” suscite de fato a cooperação entre instituições, a Embrapii é uma empresa capitalista, que busca lucratividade e tem como foco a exploração do trabalho para a extração de mais valia, desse modo, não tem compromisso com a educação como um direito social, e nem com as múltiplas demandas da educação profissional existentes no IFSC - portanto, não se trata de uma cooperação, mas de um negócio.

Não obstante, O IFSC concorreu com outras instituições pelo credenciamento do polo de inovação da Embrapii através da Chamada Pública n 01/2017⁵⁶, o que significa que houve uma iniciativa da instituição para que o polo fosse instalado em suas dependências. As orientações para a implantação estão descritas em seu Manual de Operação⁵⁷, o qual dispõe de todos os requisitos para o seu estabelecimento, as informações sobre como serão realizadas as atividades, as parcerias e o fluxo de recursos a serem utilizados por cada entidade participante dos projetos. O IFSC, em respeito a todos as exigências dispostas nestes documentos, venceu o processo de seleção, onde outros Institutos Federais do país concorriam, e conta desde então, com o Polo Embrapii IFSC (PEIFSC), dispondo de aproximadamente R\$ 3 milhões em orçamento aprovado para ser utilizado ao longo de três anos nas ações com a Embrapii.

Uma empresa dentro de um campus do IFSC significa uma inserção maciça de um tipo de “pensamento inovador”, que tende a direcionar o que é ou não importante estudar e ensinar, influenciando as decisões dos estudantes, professores e técnicos

⁵⁶ Disponível em https://embrapii.org.br/wp-content/uploads/2017/03/embrapii_chamada-publica-embrapii-01-2017.pdf. Acesso em 19/03/2018.

⁵⁷ Disponível em: https://embrapii.org.br/wp-content/uploads/2017/03/embrapii_chamada-publica-embrapii-01-2017.pdf. Acesso em 19/03/2018.

da educação. O problema que queremos abordar com a inovação é aquilo que não é mostrado, ou seja, que ela é slogan de uma estratégia atual do capitalismo que, supostamente, traria benefícios para a sociedade, como saídas de crises e/ou a criação de empregos. Quem seria contra criar novas coisas, proporcionar descobertas e enriquecer? Porém cabe questionar quem é “a sociedade” em questão, e como os fluxos de recursos públicos e de organização didático pedagógica têm sido guiados por essa lógica inovadora a qualquer custo. Ter uma empresa dentro de uma escola “(...) revela o requinte do neoliberalismo em estruturar, em favor de seus interesses, diferentes agentes e setores sociais”. (SILVA; SOUZA; RICHTER, 2015, p. 670).

As demais ações que envolvem a inovação no IFSC se concretizaram em 2017 por meio do NIT, quando o IFSC se tornou signatário do “Pacto pela Inovação”, uma ação criada pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do estado de Santa Catarina (SDS), que foi assinada por 27 entidades empresariais, educacionais e governamentais, as quais se reuniram para estabelecer diretrizes para que o estado se torne uma referência mundial em inovação. Dentre elas estão a Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina (FIESC), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e a Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC), e como já mencionado, o próprio IFSC.

Uma agenda foi firmada entre os participantes do Pacto, os quais receberam, como forma de orientação, o “Guia de Implantação de Ecossistemas e Centros de Inovação de Santa Catarina”, construídos com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Cada entidade participante do Pacto pela Inovação, assume compromissos em prol da inovação no estado de Santa Catarina de acordo com dois documentos orientadores chamados de “Guia de Desenvolvimento de Ecossistemas e centros de inovação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável de Santa Catarina” (GUIA DECISDS), cujos princípios, apontam a relação direta da educação com a inovação,

No limite, a inovação pode ser entendida como a grande política social de um governo ou como o caminho para se chegar a ela. Inovação é o comando para manter economias em ascensão e, desta forma, expandir sua capacidade real de criar igualdade de oportunidades por meio de políticas sociais emancipatórias. (SANTA CATARINA, 2017, p. 28)

Nota-se que a inovação para a SDS é algo a ser construído, um caminho que diz respeito a políticas sociais, à economia, sendo a educação, apontada como sua “matéria prima” pelos empresários que fazem parte do “Pacto pela Inovação”,

A matéria-prima da inovação é o conhecimento, sobretudo os novos conhecimentos gerados a partir da pesquisa básica ou aplicada, que são, por sua vez, resultado de sistemas educacionais e de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) fortes. Assim, para criar riqueza e desenvolvimento, nossa primeira preocupação deve ser gerar e gerir conhecimento. Estarão à frente governos, empresas e territórios que fizerem melhor uso do seu conhecimento e do conhecimento disponível no mundo. Quem melhor criar, adquirir, disseminar ou proteger (nos casos de propriedade intelectual estratégica) dados e informações que se convertam em inovação vai liderar o seu campo. (SANTA CATARINA, 2017, p. 31)

O Guia apresenta outras maneiras de ser, repletas de imperativos de mudanças de valores que são apresentados como jogos de opostos: no lugar de competição, emerge a colaboração, ao invés da acumulação, valoriza-se o compartilhamento, dentre outros opostos que “sintetizam a transição de valores que marcam a velha e a nova economia. São mudanças profundas (...) são mudanças revolucionárias que podem nos ajudar a conquistar maior produtividade, crescimento, igualdade e bem-estar social. (SANTA CATARINA, 2017, p. 26). Essa estratégia de incorporar expressões caras aos trabalhadores como igualdade e revolução, é parte da manobra da burguesia que, em seu processo dinâmico de luta pela hegemonia, busca ocultar a exploração e luta de classes indicando uma direção de bonança, de sucesso, prosperidade e “abundância”, em relação à sua “nova” forma de exploração. Essas considerações são ahistóricas, e conduzem a um tipo de pensamento e ação na vida social de segmentação da realidade entre “velho” e “novo”, que estimula uma diferenciação temporal de forma mecânica e descontextualizada das contradições da realidade.

Figura 5 - Jogo de opostos



Fonte: SDSSC (2017, p. 26)

Esse jogo de opostos é amplamente utilizado como uma das expressões pedagógico/diretivas da classe dominante para convencer os trabalhadores de que não há mais “escassez”, e sim “abundância”, porém, é importante saber os porque os valores estão mudando? Quais as dimensões históricas e as relações sociais que estão na mediação dessas mudanças, denominadas revolucionárias? Com base nos estudos de Don Tapscott⁵⁸, a SDS considera que o ponto central que está movendo essa mudança é a abertura “*openess world*”, cuja relação com o empoderamento, colaboração, compartilhamento, confiança e transparência, serão as bases de organização de uma nova economia e uma nova concepção de mundo.

A mensagem implícita é a de que aqueles que não se identificam, ou não aderirem a essa suposta “nova realidade”, são retrógrados, com concepções de mundo limitadas, e conseqüentemente serão obrigados a se enquadrarem, sob pena de não sobrevivência. No linguajar empresarial o jargão que impera é “sair ou pensar

⁵⁸ Don Tapscott é um executivo de negócios e professor da Universidade de Toronto. Ele é consultor de negócios, palestrante, especializado em estratégias de negócios, e o papel das tecnologias nos negócios e na sociedade.

fora da caixa”, suscitando uma pretensa visão ampliada do mundo, envolta pelo uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação, entretanto, a visão ampla é, na realidade, a visão burguesa, que busca reiterar a necessidade de não contestação da exploração cometida contra os trabalhadores, em favor de seus interesses de classe.

Figura 6 - Mundo Aberto



Fonte: SDSSC (2017, p. 24)

O IFSC, ao assumir a responsabilidade com o Pacto pela Inovação, demonstra sua compatibilidade com tais perspectivas, e, também a sua vinculação com a criação do consenso a favor das ideias da classe dominante, e neste contexto se compromete a realizar:

- Fomento a projetos de pesquisa aplicada do IFSC para atendimento de demandas por soluções técnicas ou tecnológicas de empresas do estado de SC;
- Oferta de tecnologias desenvolvidas no IFSC (licenciamento de patentes) para as empresas por meio de chamada pública;
- Estruturação de uma rede de laboratórios do IFSC para a prestação de serviços técnicos e tecnológicos para as empresas de SC;

- Execução de um programa de empreendedorismo do IFSC para fomentar o surgimento de startups de base tecnológica;
- Estruturação de uma unidade EMBRAPII/Polo de Inovação IFSC na área de Sistemas Inteligentes de Energia. (Documento do Pacto – ver certinho como citar). (SANTA CATARINA,2017, p. 2)

Além de participar do Pacto, que se coloca como uma relevante ação em nome da inovação no estado, o IFSC possui outras formas de “disseminar a cultura de inovação” via NIT, que serão mostradas a seguir.

O “Prêmio IFSC de Inovação” trata-se de uma competição educacional, que se realiza em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Os estudantes se inscrevem na competição mediante edital divulgado pelo IFSC e apresentam um projeto de negócio “voltado ao empreendedorismo e à inovação tecnológica”. O NIT é responsável por organizar a competição e, de acordo com seu coordenador, a sua relevância, ainda, na instituição não é valorizada, “precisamos aparecer mais”.

Todos os processos desde a inscrição na competição, a elaboração das ideias do projeto e a etapa final, ocorrem nas dependências do IFSC. Todas as equipes que têm sua inscrição homologada no Prêmio IFSC de Inovação participam de uma capacitação de “futuros empreendedores”, por meio da plataforma de ensino a distância “Negócio Certo Universitário Sebrae”⁵⁹. Os professores do IFSC auxiliam as equipes de estudantes a se capacitarem através de uma plataforma virtual feita pelo Sebrae, e a partir do que for apreendido nessa etapa, os alunos terão que aprimorar o projeto apresentado no momento inicial da inscrição, de acordo com um modelo de negócio inovador, seguindo as premissas do SEBRAE.

As ideias somente serão inovadoras, validadas e aptas a estarem na competição, se estiverem em consonância com a capacitação organizada pelo Sebrae e ministrada pelo IFSC. Trata-se de um projeto do IFSC, todavia ele participa como base de apoio, e quem protagoniza como guia ideológico/comportamental é o SEBRAE. Todo o processo desde a inscrição na competição até a premiação ocorre nas dependências do IFSC, e através do trabalho de professores públicos federais, os quais orientam as equipes para seguirem as diretrizes educacionais de uma

⁵⁹ Sobre a plataforma de ensino “Negócio Certo Sebrae”, consultar: <http://blog.sebrae-sc.com.br/conheca-o-programa-negocio-certo-universitario-ncu/>. Acesso em 21/03/2018.

instituição externa, o SEBRAE, o qual define a viabilidade ou não das ideias dos estudantes do IFSC.

É um contrassenso funcionários públicos e estudantes de uma instituição pública se organizarem a favor da lógica e sob a direção de uma organização privada. Gradativamente a dinâmica empresarial vai definindo como, e o que estudar. Isso não ocorre em “cooperação”, mas tem lastro nas disputas de classe, na formulação de leis, nas políticas educacionais, e nos interesses dos empresários na educação pública, que passam a exercer uma forte influência de como deve ser a educação (SHIROMA, 2015), em detrimento do poder público decidir isso democraticamente, a partir das demandas dos trabalhadores, e não das dos empresários, os quais o SEBRAE representa.

O objetivo principal da premiação é o “estímulo do espírito empreendedor_e a preparação dos alunos para os desafios do mercado e para as oportunidades de negócio”. Isso, aliado às variadas influências dos empresários dentro do IFSC, tende a transformá-lo numa instituição empreendedora com feição de educadora. A premiação acontece desde 2015, e sua etapa final ocorre no Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação (SEPEI), um evento promovido pelo IFSC, que conta com a participação e avaliação de empresários, gestores e professores. A equipe vencedora, ganha de R\$ 3 a R\$ 15 mil reais para dar prosseguimento em suas ideias, e tem como continuidade, as orientações do SEBRAE para a continuação de seus projetos.

Existem dois tipos de competição no Prêmio IFSC de inovação, este, voltado aos estudantes, e outro com foco em “atividades inovadoras” dos servidores, com objetivos descritos desta forma:

Estimular o desenvolvimento da cultura de inovação, compreendendo ações de incentivo, reconhecimento e disseminação de iniciativas inovadoras, tanto na gestão quanto em sala de aula, com a finalidade de incentivar a implementação e conferir notoriedade a iniciativas inovadoras no âmbito do IFSC que contribuam para uma educação pública, gratuita e de qualidade (...) valorizar servidores e equipes de servidores públicos que, comprometidos com o alcance de melhores resultados, dedicam-se a repensar atividades cotidianas por meio de inovações que gerem melhoria na gestão do IFSC e na sala de aula, contribuindo para o aumento da qualidade dos serviços prestados à população e tornando mais eficientes as respostas diante das demandas da sociedade (IFSC, 2017, p. 1)

Todo o processo de análise dos projetos submetidos fica a cargo da reitora, a qual nomeia um comitê gestor, composto integralmente pelos servidores do IFSC, cujo encargo é verificar suas viabilidades. Dentre os critérios de avaliação, a pontuação maior é destinada àqueles participantes que realizarem parcerias com outras instituições. Essa é uma maneira de mostrar o lado positivo de fazer as parcerias, em nome de uma “formação de qualidade”, onde os estudantes poderão sair do IFSC preparados para o “mercado de trabalho”. Essa dimensão unilateral da educação é nefasta em função de uma orientação sectária e doutrinadora a favor da classe dominante, impondo um receituário, sem, contudo, problematizar os vínculos de exploração capital/trabalho.

Nota-se que o tema da inovação e do empreendedorismo permeia não somente a formação profissional dos estudantes, mas também as formas como os funcionários do IFSC trabalham.

Contraditoriamente, o plano enfatiza tanto a liberdade de criação e inovação quanto o seu amoldamento, sendo que a criatividade pressupõe a liberdade inata de criar, e o amoldamento, representa o controle e domínio. Isso mostra a redução das capacidades críticas dos sujeitos, quando há o reducionismo de que a criatividade é algo que “(...) possui dois elementos: o primeiro é gerar ideias originais e úteis para alguém. O segundo é a coragem de colocar essa ideia em prática.” (SEBRAE, 2015, p. 23). Essas duas dimensões revelam a visão interessada da burguesia pela inovação, e por isso, envolvidas em disputas de classe, indicando uma compreensão estreita e unilateral do que é a criatividade, ao contrário de compreendê-la em seu âmbito multidimensional.

A natureza criativa do homem se elabora no *contexto cultural*. Todo indivíduo se desenvolve em uma *realidade social*, em cujas necessidades e valorações culturais se moldam aos próprios valores de vida. No indivíduo *confrontam-se*, por assim dizer, dois polos de uma mesma relação: a sua criatividade que representa as potencialidades de um ser único, e sua criação que será a realização dessas potencialidades já dentro do quadro de determinada cultura. (OSTROWER, 2014, p. 5. Grifos meus)

Parece que a intenção do SEBRAE e a do IFSC, é a de que haja uma orientação no sentido de que a criatividade seja entendida dessa forma parcial, efetivando-se como uma estratégia da classe dominante, que age por dentro da educação, buscando uma massificação a favor do mercado, todavia, disfarçada de autonomia.

Com isso, as “parcerias” que o IFSC faz com o SEBRAE, e com demais empresas, contribuem para remodelar as formas de se educar, buscando redefinir como se deve 1) conceber a criatividade 2) criar, ou fazer planos de negócios e, 3) quais os tipos “certos” de resultados/respostas/produtos que essa criação deve gerar, de modo que este consenso reducionista se solidifique em meio às relações de ensino e aprendizagem. A estratégia é a de apaziguar as contradições inerentes à relação capital/trabalho, na busca por uma direção coesiva, de pensamento único, ao passo em que, nesse processo são ocultados, cada vez mais, as disputas de classe que estão em constante dinâmica na realidade social, apontando não só respostas, mas também perguntas prontas para uma realidade que está em contínua transformação. “Cabe insistir que a massificação não educa, porque ela implica em respostas prontas.” (OSTROWER, 1981, p. 3). Além do mais, desqualifica o pensamento questionador, cuja criticidade é permitida até o ponto em que o mercado a aprove, validando ou não as criações, as ideias, as inovações, como passível de se tornarem negócios lucrativos.

A partir de 2008, com a transformação dos Centros de Educação Tecnológica, os CEFETs em Institutos Federais de Educação, é passado “um verniz” de novidade, de formação integrada, com reitorias próprias, com cursos superiores e tecnológicos, expandindo-se por meio de políticas públicas no decorrer a década dos anos 2000, em lugares distantes dos grandes centros urbanos, podendo oferecer educação básica pública, integrada com ensino técnico. Naquele momento, ainda era incipiente o apelo pela inovação na forma como vemos hoje, todavia, o aceno positivo para a polivalência do trabalhador, a agilidade, a solução e previsão de problemas, já vinham sido historicamente gestados.

(...) ocorreu uma simbiose entre elementos herdeiros do fordismo (que ainda encontraram vigências em vários ramos e setores produtivos) e novos instrumentos próprios das formas de acumulação (lean production). A combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, busca pela melhor qualificação da força de trabalho e (a) prática da intensificação da exploração da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil. (ANTUNES, 2018, p. 118)

Por essa razão, a criatividade, aliada à ação empreendedora e à inovação como resultado “certo”, faz parte da mesma estratégia de classe, para “educar” a classes trabalhadora de uma maneira atualizada, mais “humana”, “descontraída”, “criativa”, preparando o terreno para a formação profissional, de modo que os

estudantes sejam e projetem sua ação no mundo, a partir de uma postura “empreendedora e inovadora”, onde as formas de exploração são repaginadas, de modo que elas não aparentem ser uma estratégia burguesa de dominação capitalista.

Nesse sentido, o Prêmio IFSC de Inovação, assim como as demais interferências do SEBRAE no IFSC, faz parte desse movimento histórico. De acordo com o responsável pelo NIT no IFSC, o Prêmio IFSC de Inovação, tanto aquele destinado aos estudantes quanto aos seus funcionários, após a premiação dos vencedores, no Seminário de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, no SEPEI, aqueles que fizeram as perguntas e respostas “certas”, que foram os vencedores do concurso, têm como potencial de seguimento, a participação no programa “Sinapse da Inovação”.

O Programa Sinapse da Inovação destina-se ao incentivo ao empreendedorismo, criado pela Fundação Centros de Referência em Tecnologias Inovadoras, a Fundação Certi⁶⁰, é uma iniciativa privada que surgiu das atividades do Laboratório de Engenharia Mecânica da UFSC, e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)⁶¹, uma fundação governamental que fomenta ações de pesquisa e inovação através de chamadas públicas.

A origem do Sinapse da Inovação, em linhas gerais, teve seu impulso em 2006, quando a FAPESC implementou o programa “Inova SC”, um website responsável por publicar ações que envolvem a inovação no estado. A partir de então, deu-se início a um processo de “sensibilização e orientação voltado para o fortalecimento da inovação tecnológica nas mesorregiões do Estado de Santa Catarina”. O Inova SC é um projeto editorial que ajuda a descobrir, divulgar e impulsionar as iniciativas de inovação e empreendedorismo em Santa Catarina.

No decorrer dos trabalhos conduzidos pelo Inova SC, verificou-se a necessidade de criação de incubadoras, e a FAPESC apoiou financeiramente a Fundação Certi a viabilizar o Sinapse da Inovação, para promover a incubação de empresas de “empreendedorismo inovador”. Segundo dados do Governo de Santa Catarina (2014), as ações do Sinapse da Inovação se mostraram como “ótimas ideias” para a implantação de uma “cultura empreendedora”, inicialmente em âmbito municipal, e posteriormente o programa se ampliou em nível estadual, e iniciaram as

⁶⁰ Sobre a constituição e histórico da Fundação Certi, consultar: <http://www.certi.org.br/pt/acerti-historico>. Acesso em 20/03/2018.

⁶¹ <http://www.fapesc.sc.gov.br/>.

“operações” do programa, incitando uma forma diferente de comportamento das instituições de ensino.

Uma vez que a iniciativa mostrou estar contribuindo efetivamente para a mudança de postura nas instituições de ensino superior e técnico catarinenses e para a criação de empresas com potencial de inovação, deu-se continuidade ao Programa através de novas operações. (FUNDAÇÃO CERTI, 2014, p. 10)

Esta informação divulgada pela Fundação Certi, não detalha como a iniciativa do Sinapse da Inovação tem mudado a postura educacional, conforme mencionado acima. Todavia, a continuidade do Programa vai ganhando força com ações como o Prêmio IFSC de Inovação, que nasce dentro de uma instituição de ensino pública, que tem seguido um ritual organizativo pautado pela ordem do empreendedorismo, mostrado por meio do grande número de propostas de pesquisas do IFSC submetidas ao Sinapse da Inovação⁶². Também pelo incentivo a pesquisadores, ao fomento de pesquisas do IFSC neste segmento, apoiadas por meio de parceria com a FAPESC⁶³, ligado aos compromissos firmados pelo IFSC em prol do Pacto pela Inovação.

Em meio da essa rede de vínculos, também tem destaque a oferta de bolsas de apoio à inovação para empresas interessadas a apresentarem projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)⁶⁴, pela FAPESC, direcionado diretamente para pesquisadores do IFSC. A abertura de editais que incentivam a criação de empresas juniores⁶⁵, as quais têm como foco a inovação e o empreendedorismo, e com o “foco no desenvolvimento integral do educando” (IFSC, 2018, p. 6).

Os estudantes do ensino superior têm sido estimulados a formar Empresas Juniores (EJ) dentro do IFSC por meio de editais⁶⁶ que regulamentam a sua formação, e, também por meio de visitas da Pró-reitoria de extensão (PROEX) aos 22 campi distribuídos pelo estado. Os editais são de fluxo contínuo, e sob demanda, ou seja, as EJ podem ser formadas e comunicadas por e-mail para a PROEX, e assim são

⁶² Disponível em: <http://linkdigital.ifsc.edu.br/2015/11/13/ifsc-e-a-segunda-instituicao-com-mais-ideias-inscritas-no-sinapse-da-inovacao/>. Acesso em 24/03/2018.

⁶³ Disponível em: <http://www.fapesc.sc.gov.br/edital-de-chamada-publica-fapesc-no-052017-apoio-a-projetos-de-pesquisa-aplicada-do-instituto-federal-de-santa-catarina/>. Acesso em 23/03/2018.

⁶⁴ Disponível em: <http://www.fapesc.sc.gov.br/edital-de-chamada-publica-fapesc-no-092017-programa-talento-inovador-sc-em-fluxo-contínuo/>. Acesso em 23/03/2018.

⁶⁵ Conferir edital em <http://www.ifsc.edu.br/documents/30713/1074397/Edital+29-2018+apoio+%C3%A0+cria%C3%A7%C3%A3o+de+EJ+26-10-18+Retificado.pdf/08e20592-4029-68c5-69b0-f6be48fdb8cd>. Acesso em 30/10/2018.

⁶⁶ Conferir em http://cs.ifsc.edu.br/porta1/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf. Acesso em 25/11/2018.

publicados os editais. Os requisitos estão descritos nos editais, e o coordenador que orientará o grupo de aprendizes de empresários, deve preencher um termo de compromisso, onde fica obrigado a promover a oficialização de parcerias institucionais.

Nota-se que se há caminhos para a imposição das parcerias público-privadas, um deles tem sido pela via da extensão. Nesse sentido, a extensão foi mobilizada como um mecanismo de legitimação da formação desse tipo de trabalhador, e, por essa formação parcial, ele deve ser guiado, e sua ação crítica deve se limitar às suas premissas. Dessa forma é que Empresas Juniores se constituem como projetos de extensão, os quais são entendidas da seguinte maneira pelo IFSC:

A extensão é entendida como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa (RESOLUÇÃO 61 IFSC, 2016)

O Pró-reitor de extensão as identifica as empresas juniores da seguinte maneira:

“(...) não é uma empresa, mas é um lugar de experiência, de vivência, e é registrado como extensão, porque eles desenvolvem, por exemplo, “sopa do bem”, que é uma ação social em parceria com o asilo, para arrecadar fraldas, e assim por diante, então eles têm uma agenda no IFSC, mas a partir desse aprendizado, (...) a extensão tem esse potencial também de maximizar as oportunidades de empregabilidade na área do egresso. Tudo isso por edital”. (Pró-reitor de extensão IFSC, 2019)

A “experiência” é mostrada como algo bom em disputa com uma suposta rigidez na forma de ensinar, apropriando-se de benefícios à sociedade. Um protótipo de empresa é uma empresa em formação, e segue as regras da acumulação capitalista, há, todavia, uma incompatibilidade entre o entendimento do IFSC sobre extensão e sobre as EJ, que são assim compreendidas, de acordo com o edital PROEX nº 29/2018:

Empresa Júnior (EJ): constitui-se em uma associação civil, sem fins lucrativos e com finalidades educacionais, constituída e gerida exclusivamente por alunos regularmente matriculados nos cursos superiores do IFSC. Toda a Empresa Júnior do IFSC deve ter um servidor do quadro docente efetivo do IFSC. (IFSC, 2018- Edital PROEX/EJ n. 29/2018)

O tom genérico com que definem as EJ, “com finalidades educacionais”, oculta as relações entre capital e trabalho, e toda a forma de entender o que é a articulação

da educação com a realidade “não acadêmica”. A realidade a ser atendida nesse caso, são as das empresas, pois se não fossem, não haveria necessidade de realizar projetos com estudantes, que copiam o funcionamento empresarial, ao contrário deveriam realizar o “compartilhamento mútuo de conhecimento produzido, desenvolvido ou instalado no âmbito da instituição” (RESOLUÇÃO 61 IFSC, 2016), que por si só são muito variados, tanto em decorrência das diferentes áreas de estudo, quando da multiplicidade das condições de classe dos estudantes, de suas motivações, de distintos gostos pessoais, e projeções de vida.

Essa forma de conceber as EJ reduz e generaliza a realidade às empresas, e se vincula à ideia de utilidade da educação empreendedora, e a inutilidade de qualquer outro viés educacional, assim como a desqualificação dos estudantes que não se identificam com esse tipo de atividade, o que descumpra o compromisso democrático da educação como direito social, utilizando-se de recursos públicos para atingir propósitos individuais.

O pró-reitor de extensão mostrou os benefícios de se iniciar uma EJ dentro do IFSC, e ao enumerar as potencialidades de aprender trabalhar em equipe, ou aprender fazer fluxo de caixa, dentre outras coisas, ele afirma que qualquer pessoa ou empresa, ao contratar uma EJ do IFSC, terá economia de gastos, em função de que, uma EJ não pode cobrar caro pelos serviços que oferecem. Nesse âmbito, as EJ do IFSC estariam em vantagem competitiva com outras empresas que já existem, visto que dispõem de toda a estrutura do IFSC para o seu funcionamento, como energia elétrica, computadores, salas etc., não sendo necessário ter gastos com esse tipo de estrutura.

Isso vai de encontro com a premissa de que as EJ não possuem fins lucrativos, e do uso de recursos públicos para finalidades privadas. Na visita da equipe da PROEX ao IFSC, campus São Miguel do Oeste, em novembro de 2018, foi dado um exemplo da empresa de design formada no IFSC, campus Florianópolis, chamada A3, a qual presta serviços de identidade visual para o Supermercado Giassi, situado na mesma cidade. De acordo com o pró-reitor de extensão, essa contratação ocorreu em função do baixo custo cobrado pela empresa júnior A3, visto que, se houvesse contratação de uma empresa de design já consolidada, com autonomia própria, os gastos seriam maiores para o supermercado em questão.

Nesse exemplo específico, os benefícios se destinam para a propaganda da empresa, de modo que sua marca seja impactante e gere mais lucro ao dono do

supermercado. Essa é a nova cara da extensão no IFSC, considerada até pouco tempo como “menos importante” diante da pesquisa e do ensino, justamente por ter relações com a realidade contraditória e a produção científica, agora ela tem ganhado status empresarial, e tem sido fortemente estimulada para que os estudantes e trabalhadores do IFSC se engajem em suas ações.

A equipe da PROEX visitou todos os *campi* do IFSC no mês de novembro de 2018, promovendo palestras e oficinas sobre a Extensão no IFSC, todas as atividades pedagógicas foram interrompidas para que nos dedicássemos a um dia inteiro de estímulos para os estudantes e funcionários se engajarem na Extensão. Na ocasião foram realizadas oficinas de robótica, de EJ, de vídeo *maker* com os estudantes, e com os funcionários foram realizadas capacitação sobre como ser orientador de uma EJ, sobre estimular parcerias com empresas, e sobre como a inovação é importante para o IFSC, mostrando a articulação entre inovação e extensão, e como esta tem adentrado no currículo escolar.

Além disso, as ações de extensão que são, de acordo com a Resolução N. 61 de 12 de dezembro de 2016, entendidas como um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre o IFSC e a sociedade de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, tem sido ressignificadas, de modo que em cada ação, é obrigatório a produção de um “produto”, compreendido como:

[...] exemplos de produtos de extensão no IFSC: softwares; aplicativos; protótipos; desenhos técnicos; patentes; simuladores; objetos de aprendizagem; games; insumos alternativos; processos e procedimentos operativos inovadores; relatórios; relatos; cartilhas; revistas; manuais; jornais; informativos; livros; anais; cartazes; artigos; resumos; pôster; banner; site; portal; hot site; fotografia; vídeos; áudios; tutoriais. (IFSC, 2016, p. 5)

Os produtos devem seguir as exigências emergenciais das distintas regiões onde possui campi instalados e devem estar de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS/ONU)⁶⁷, que segue um receituário de coesão social em favor dos ordenamentos do capital.

Trata-se de uma infiltração dos ideais empreendedores sendo cada vez mais impulsionados para dentro das instituições de ensino, de modo que se fortaleça uma

⁶⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>. Acesso em 07/11/2018.

única forma de pensar, de trabalhar e de se identificar com o mundo. A expressão nítida desse processo é a destinação de carga horária para que se “pratique” a extensão em meio às disciplinas obrigatórias do ano letivo, chamada de “curricularização da extensão”.

O IFSC deu início em 2016 ao processo de curricularização da extensão, “o que significa incorporar as atividades de extensão às matrizes curriculares dos cursos de graduação”. Trata-se, à primeira vista, de um esforço do IFSC em cumprir a legislação do Plano Nacional de Educação.

A campanha de curricularização da extensão no IFSC que se inicia por iniciativa da Diretoria de Extensão (DIREX) pertencente à Pró-reitora de Extensão e Relações Externas (PROEX), é um processo que busca potencializar o envolvimento de todos os estudantes em atividades curriculares institucionais com servidores do IFSC e foco sempre na comunidade externa. Significa afirmar que em algum momento da vida acadêmica, o estudante precisa se envolver com atividades de extensão relacionadas aos componentes curriculares que o PPC do curso contempla.⁶⁸

Essa campanha tem sido feita de acordo com um cronograma⁶⁹ que tende a reorganizar os Planos Pedagógicos dos cursos, os PPCs⁷⁰ de todos os cursos superiores do IFSC, de modo que haja a inclusão de 10% da carga horária do curso em atividades de extensão, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação, cuja meta 12.7 prevê a destinação de pelo menos 10% da carga horária dos cursos superiores em atividades de extensão⁷¹, e no Regulamento Didático-pedagógico do IFSC. O curso superior de Tecnologia em Design de Moda de Gaspar, que já enquadrou seu PPC nessa campanha, e mostra que tem incluído ações, entretanto não é especificada a metodologia dessas ações:

O desenvolvimento das atividades de extensão ao longo do curso é de suma importância para que o acadêmico esteja em contato com outras organizações relacionadas a sua área de atuação. As atividades de extensão se concretizarão de diferentes formas, dentre as quais realçamos:

Curso de formação profissional: ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, de oferta não regular, focada na qualificação profissional

⁶⁸ Disponível em: <http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/novapagina/>. Acesso em 15/11/2018.

⁶⁹ Cronograma disponível em: <http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/cronograma/>. Acesso em 08/11/2018.

⁷⁰ PPCs em fase de reajustes em razão da curricularização da extensão: <http://curricularizacaodaextensao.ifsc.edu.br/elaboracao-de-ppcs/>. Acesso em 08/11/2018.

⁷¹ Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em 17/11/2018.

e que complemente a construção de aprendizagem proporcionada pelo/no curso, com carga horária, ementa e critérios de avaliação definidos, na modalidade presencial, semipresencial ou a distância;

Evento: atividade de curta duração como palestras, seminários, exposições, congressos, simpósios, colóquios, workshops, entre outras que contribuam para a disseminação do conhecimento.

Projeto de extensão: entende-se por projeto de extensão o conjunto de ações desenvolvidas em um período limitado de tempo com objetivos gerais e específicos bem definidos, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico.

Visitas técnicas: interação das áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de verificar in loco o ambiente de trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições. (IFSC, 2015, ps. 21-22)⁷²

O mesmo campus exemplifica no PPC do curso superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas que:

A extensão completará o ciclo da construção do conhecimento por meio de atividades que retornem à sociedade os resultados do ensino e da pesquisa. Para isso, o aluno participará de contextos práticos como o desenvolvimento de soluções tecnológicas *para pequenas empresas* e ofertas de oficinas e cursos de uso de software livre, desenvolvimento de sistemas e inclusão digital (IFSC, 2014, p. 16)⁷³.

Os campi ainda estão em processo de ajustes em seus PPCs, e em investigação preliminar, verifica-se que o assunto da curricularização é incompreendido pelos professores e gestores do IFSC, que se sentem pressionados pela reitoria a mudar rapidamente os Planos Pedagógicos dos cursos, entretanto, não dispõem de orientação necessária para realizar os procedimentos e implementar as práticas, ainda que tenha sido organizado um curso a distância para a capacitação de professores. O curso é de Formação Inicial e Continuada (FIC), de 90 horas, foi construído no âmbito do Centro de Referência em Educação a Distância do IFSC, o CERFEAD, e é denominado de: “Formação Continuada em Práticas Extensionistas com base na Inovação Social”⁷⁴.

⁷² Disponível em: <http://curricularizacaoaextensao.ifsc.edu.br/files/2018/05/Design-de-Moda-curricularizado-Gaspar.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁷³ Disponível em: <http://curricularizacaoaextensao.ifsc.edu.br/files/2018/05/An%C3%A1lise-e-Des-Sistemas-curricularizado-Gaspar.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

⁷⁴ Plano Pedagógico do curso disponível aqui: http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/CERFEAD_FIC_PR%C3%81TICAS_EXTENSIONISTAS_INOVA%C3%87%C3%83O_SOCIAL_PPC_1271.pdf. Acesso em 15/08/2018.

Percebe-se que a formação é direcionada para um tipo de extensão com base na Inovação Social, onde os professores que realizarem o curso terão acesso à formação voltada para as tecnologias sociais, sobre órgãos de fomento, e a inovação social “como alternativa para potencializar a atuação dos IFs”.

Ao ser entrevistado, o Pró-Reitor de Extensão reconhece que “a Extensão no IFSC é um lugar de transformação”, “uma área de oxigenação”, que conecta a escola com a realidade, e extrapola os limites formais e burocráticos dos procedimentos pedagógicos, promovendo a educação como “experiência”. Essa percepção de que é necessário “conectar com a realidade” diz respeito à realidade da competitividade capitalista, que é traduzida como a totalidade da vida em sociedade. O Pró-reitor afirma que quando o currículo se abre para o contato com as empresas, “há práticas de laboratório, onde o aluno desenvolve serviços e produtos para essas empresas”,

Estimula-se o contato direto com técnicas de produção de uma empresa, e explica “qual é o objetivo? Tornar empresa mais competitiva? Não somente, mas entender zona de atrito, movimentos e recorrência de atrito para geração de dano em diferentes materiais, pressão, desgaste associado a pressão de temperatura”.

Outras relações do IFSC com a inovação dizem respeito às suas articulações com os Parques Tecnológicos, como aqueles estabelecidos com o Órion Parque, localizado no município de Lages, construído ao lado do campus do IFSC. Estes vínculos dizem respeito ao compartilhamento de mecanismos de ordem estrutural como salas, equipamentos, energia elétrica, laboratórios, e de trabalhadores do IFSC que oferecem monitorias, capacitações, participam de eventos, ministram palestras, oferecem cursos, dentre outras atividades que podem brotar da parceria.

3.2 OS PARQUES TECNOLÓGICOS

De acordo com informações do Governo de Santa Catarina, os centros de inovação, como o Órion Parque, “irão transformar conhecimento em riqueza”. Há quase 20 anos a Associação Empresarial de Lages idealiza a construção do Parque, e há 4 anos foi formado o Instituto Órion, que assumiu a frente para a sua concretização.⁷⁵ Com recursos públicos no valor aproximado de 6,5 milhões de reais originários do Governo do estado, o Órion Parque foi concluído em 2016, e conta com

⁷⁵ A Associação dos Empresários de Lages idealizou a construção do polo, formando o Instituto Órion. Histórico do Parque disponível em: <http://www.orionparque.com/historico>. Acesso em 20/03/2018.

35 salas para instalar empresas, dentre outros espaços para *coworking*, e áreas de convivência. Além das empresas instaladas, outras poderão utilizar a estrutura para capacitações, incubações e consultorias ocasionais.

Além do Parque Tecnológico Órion, o IFSC tem parceria também o Inova Parque⁷⁶ na cidade de Joinville, desde 2013, e é nomeado como um “parceiro acadêmico”, vinculando ações educacionais, como capacitações voltadas ao empreendedorismo, palestras e workshops sobre o tema. O projeto é mantido pela Fundação Educacional da Região de Joinville (Furj) e gerenciado por duas instituições de ensino: Universidade da Região de Joinville (Univille) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Nota-se, na exposição de seus pilares de manutenção e gestão, que a educação está no centro da existência do Parque, o qual tem como foco construir uma “rede de cooperação para o desenvolvimento tecnológico sustentável de Joinville e região aproximando academia, empresas e governo, de forma a estimular e apoiar o empreendedorismo inovador”, e todas as suas ações incentivam a: “Cultura de Inovação, a Competitividade Empresarial, a Pesquisa & Desenvolvimento, a Transferência de Tecnologia, a Internacionalização de Empresas.”

O IFSC também realiza ações de parceria educacional com o Centro Sapiens, que está vinculado à Prefeitura do Município de Florianópolis, à UFSC e ao Sapiens Parque Tecnológico. O Centro Sapiens é um projeto de desenvolvimento tecnológico territorial voltado à promoção da Economia Criativa, e aposta na aliança entre o setor criativo e inovação como peça-chave para o crescimento econômico. (CENTRO SAPIENS, s/d)

Suas atividades estão voltadas ao mapeamento, identificação e divulgação de uma “cultura de inovação”. O 1º Circuito de Economia Criativa foi um evento organizado pelo Centro Sapiens juntamente com Laboratório de Orientação da Gênese Organizacional (LOGO UFSC) e o Laboratório de Habitats de Inovação e Empreendedorismo (inLab UFSC), na ocasião, foram reunidos palestrantes da área da economia criativa que possuem mais destaque na capital, como tecnologia, turismo, arte, design e gastronomia. O IFSC foi uma das instituições participantes, contribuindo com palestras de professores da área de Design. Um novo Circuito tem

⁷⁶ O Inova Parque existe desde 2008 em Joinville. Informações disponíveis em: <https://www.inovaparc.com.br/>. Acesso em 20/03/2018.

sido articulado pelo Centro Sapiens e tem buscado parcerias que incentivem a realização de mais um encontro⁷⁷.

O Sapiens Parque Tecnológico, faz parte do Centro Sapiens, e tem como um dos pilares de sua missão “transformar os espaços urbanos através do processo de revitalização urbana atribuindo-lhes conteúdos sociais, econômicos e culturais com cerne na criação de um ambiente propício ao empreendedorismo, à criatividade e à inovação”.

Uma das iniciativas do Sapiens Parque, é a criação da “Rota da Inovação”, cujo objetivo é “identificar os pontos estratégicos da cidade que possam ter destaque nas áreas de inovação e tecnologia, e interligá-los de forma a criar um roteiro para apresentar e promover o ecossistema de inovação de Florianópolis”. O IFSC está presente nesse projeto, na região central da cidade, juntamente com o Ccreation, que é uma pré-incubadora de economia criativa, A Unisul Fablab, o próprio Centro Sapiens, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), e a Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento (SETUR).

A Rota da Inovação é encabeçada desde 2013 pela Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico Sustentável de Florianópolis (SDS), em parceria com o Laboratório de Orientação da Gênese Organizacional (LogoUFSC). É um projeto que tem o apoio da Prefeitura de Florianópolis, da SDS, FAPESC, Sapiens Park e A Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE).

O "Rota da Inovação" irá destacar as principais instituições relacionadas à inovação, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento econômico, localizadas ao longo do trajeto de cerca de 40 quilômetros. A proposta é criar uma identidade para o eixo de desenvolvimento de Florianópolis, ressaltando a referência da cidade como ambiente sustentável e inovador. Outro intuito é ampliar a integração e a articulação entre as instituições envolvidas. (SDS)⁷⁸

Segundo o diretor da Fundação Certi e diretor executivo do Sapiens Parque, José Eduardo Fiates, a proposta é que a Rota possa se assemelhar a umas das grandes avenidas do Vale do Silício nos Estados Unidos, conhecido historicamente como o maior polo de inovação do mundo, abrigando empresas como Facebook,

⁷⁷ Neste website, é possível manifestar interesse em apoiar mais uma edição do Circuito de Economia Criativa. <https://centrosapiens.com.br/circuito/>. Acesso em 23/03/2018.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/noticias/1205-rota-da-inovacao-tera-roteiro-tecnologico-ate-o-sapiens-parque>. Acesso em 24/03/2018.

Apple e Google, as quais mantêm projetos e parcerias com importantes universidades como a Universidade de Stanford e a Universidade da Califórnia em Berkeley.

A “Rota da Inovação” em Florianópolis é expressa pela figura a seguir, onde são evidenciadas as instituições envolvidas, nas quais o IFSC é integrante.

Figura 7 - Rota da inovação



Fonte: Ilog Tecnologia (2018)⁷⁹

O IFSC, portanto, integra junto com a UFSC e a UDESC o eixo educacional que contemplaria a dinamicidade da Rota, incorporando a pesquisa científica e a formação profissional concernentes aos propósitos empresariais. É desta forma que o IFSC integra o comitê gestor do Cocreation Lab (vinculado ao Centro Sapiens), ao capacitar pessoas com iniciativas voltadas à Economia Criativa, na forma de oficinas, cursos, palestras tecnológicas, comerciais, empreendedoras e de gestão promovidos pela pré-incubadora.

O Cocreation Lab está localizado no Museu da Escola Catarinense (MESCC), no centro histórico de Florianópolis. É um espaço aberto para pessoas que tenham ideias

⁷⁹ Disponível em: <http://www.ilog.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Rota-da-Inova%C3%A7%C3%A3o.png>. Acesso em: 02/11/2018.

nas áreas de economia criativa, porém é preciso concorrer nos editais, lançados periodicamente, que selecionam projetos nas áreas de Tecnologia, Design, Artes, Turismo e Gastronomia. As equipes participantes, recebem ao longo de seis meses um processo de pré-incubação, que é composto de um conjunto de atividades e de apoio institucional (oferecido pelas parcerias, da qual o IFSC faz parte), com o foco no auxílio nas etapas de validação dos modelos de negócios.

A ACATE, que também aparece na Rota de Inovação, cumpre um papel de conexão de empresas e projetos empresariais e governamentais que dizem respeito ao desenvolvimento do setor tecnológico catarinense, com “centros de ensino e pesquisa e agências de financiamento, além de manter parceria com diversas empresas e entidades seus associados”. O IFSC, aciona a Acate, para buscar parcerias com empresas para realizar pesquisas a partir de editais de fomento, como os vinculados por agências como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)⁸⁰.

Outras articulações do IFSC com a Acate dizem respeito a projetos realizados em conjunto, como de “Capacitação em C++”, que segundo a Acate:

O projeto capacitou 20 alunos na linguagem de programação C++ em nível intermediário e deste total, 16 alunos conquistaram oportunidades de trabalho ou estágio nas empresas participantes do projeto, após apresentarem projetos para conclusão do curso.⁸¹

Outro projeto também realizado mediante a parceria IFSC/Acate, teve como resultado a capacitação de mais de 100 estudantes e trabalhadores de empresas associadas. Segundo informações da Acate, as aulas foram ministradas nas dependências do Departamento de Eletrônica do IF-SC, pelos professores da instituição. Com o fomento da FAPESC, foram adquiridos equipamentos de última geração para a realização das aulas, e após o término do projeto, os equipamentos integraram o patrimônio da ACATE⁸².

Tanto as relações do IFSC com o Cocreation e com a Acate, dizem respeito a atividades de cunho educacional, ofertadas pelo IFSC, por professores que ministram

⁸⁰Disponível em: <https://www.acate.com.br/noticia/ifsc-busca-parceria-com-associadas-acate-para-edital-de-projetos-cooperados-do-cnpq>. Acesso em 20/03/2018.

⁸¹ Disponível em: <https://www.acate.com.br/projeto/capacitacao-em-programacao-c>. Acesso em 20/03/2018.

⁸²Disponível em: <https://www.acate.com.br/projeto/projeto-de-capacitacao-e-aperfeicoamento-tecnico-de-estudantes-e-profissionais-de-nivel-medi>. Acesso em 20/03/2018.

aulas e realizam projetos de pesquisa e extensão nas áreas de tecnologia e Economia Criativa, e tem mobilizado novas ações, como por exemplo, a criação de uma *startup*, que nasceu dentro do curso técnico em Mecatrônica, integrado ao ensino médio, no campus Criciúma⁸³. Este fato chama a atenção, pois foi fruto de estudos realizados dentro do IFSC, e que se encontra em fase de arrecadação para que a empresa possa iniciar seus projetos⁸⁴.

Na trajetória do IFSC, esse panorama nem sempre foi assim, e as parcerias voltadas à inovação e à Economia Criativa, que se conectam à inovação, e ao empreendedorismo são um fenômeno atual, que gradativamente tem provocado alterações no interior da instituição e na forma como a educação tem sido realizada, um dos exemplos é a criação dos cursos superiores de Tecnologia

3.3 OS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

Desde 2008, os CST foram construídos especificamente “com foco na prática profissional inovadora”.

Os cursos superiores de tecnologia são cursos de graduação, geralmente focados em demandas específicas do mercado de trabalho, e credenciam os profissionais a atuar em atividades que envolvem pesquisa aplicada, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção e empreendedorismo.⁸⁵

Em uma análise sistemática dos Projetos Pedagógicos dos cursos superiores de tecnologia, a linha comum do empreendedorismo é a que prevalece nas ementas e nas referências bibliográficas utilizadas, incentivando, promovendo e fomentando o empreendedorismo.

O IFSC tem correspondido favoravelmente a essas prerrogativas, em seus cursos superiores de Tecnologia, os quais tem foco específico na inovação e o empreendedorismo, e também em iniciativas como a criação do NUEM, o Núcleo de Empreendedorismo IFSC, que tem como objetivo fomentar dentro da instituição, debates, encontros, cursos, circuitos de palestras, mentorias, visitas a empresas, discussões acerca do empreendedorismo e inovação e a participação de alunos em eventos relacionados à área. Além das parcerias com empresas, articulações com

⁸³Disponível em: http://www.ifsc.edu.br/conteudo-aberto/-/asset_publisher/1UWKZAKiOauK/content/id/818070. Acesso em 25/03/2018.

⁸⁴ Disponível em: <https://benfeitoria.com/ecoar>. Acesso em 25/03/2018.

⁸⁵ Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/superiores-de-tecnologia>. Acesso em fevereiro de 2019.

Parques Tecnológicos, na composição de acordos etc. Fica evidente nos PPCs de todos os cursos de tecnologia o seguimento às diretrizes de órgãos como a FIESC, CNI, ou o Sebrae.

Conforme demonstra o PPC do curso superior em Processos Gerenciais, “o empreendedorismo está sendo ministrado em todos os cursos, e é um grande diferencial para todos os que buscam inovar e empreender”. (IFSC, 2014, p. 10). Assim como o curso de Gestão Hospitalar, cujo objetivo é “preparar profissionais com capacidade empreendedora” (IFSC, 2014, p. 8). O curso de Tecnologia em Fabricação Mecânica segue a mesma perspectiva, ou seja, distintas áreas seguem no mesmo sentido, e definem como meta:

Promover a capacidade empreendedora (...) e a percepção do processo tecnológico com suas causas e consequências, além de favorecer a compreensão dos impactos sociais, econômicos e ambientais advindos da incorporação de novas tecnologias. Este curso visa, ainda, contribuir para melhorar a competitividade do parque industrial catarinense e nacional. (IFSC 2012, p. 8)

A disciplina de empreendedorismo é ofertada em todos os cursos superiores de tecnologia, e seguem a perspectiva dos seus imperativos, independentemente de suas especificidades científicas.

O IFSC tem orientado suas diretrizes e definido seus cursos com base nos tendenciosos ordenamentos do empreendedorismo, da inovação e da criatividade, os quais são articulados para qualificar profissionais de modo que não haja outra forma de se conceber o trabalho, a educação e a vida de forma geral. Esta postura está em descompasso à sua missão é ofertar formação e qualificação em diversas áreas, não somente a favor do empreendedorismo.

Todas essas mudanças recentemente ocorridas dentro do IFSC, seja nos cursos, nas parcerias, nos projetos, nos eventos etc., mostra como a formação ofertada por ela é concernente aos interesses do capital industrial.

Observa-se que embora as áreas dos cursos tecnológicos sejam distintas, a lógica do empreendedorismo vigora como uma ordem que perpassa qualquer tipo de atuação profissional.

No Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Análise de Sistemas, um dos objetivos do curso é: “formar profissionais para atuarem em organizações ou como empreendedores”. Esse panorama responde positivamente ao Programa de Desenvolvimento Industrial Catarinense 2022 (PDIC), elaborado pela FIESC, e tem

como base o Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022 da Confederação Nacional da Indústria (CNI). De acordo com a FIESC, o PDIC:

Trata-se de um programa de múltiplas iniciativas, conectadas no sentido de potencializar o desenvolvimento da indústria estadual, numa articulação entre empresas, governo, terceiro setor e instituições de ensino. Essa articulação é necessária para que as oportunidades sejam absorvidas pelo setor industrial e para que os esforços conjuntos permitam reposicionar, ainda mais, Santa Catarina em âmbito Nacional e Internacional. (FIESC, 2013, p. 9)

O argumento para a existência do curso de Análise de Sistemas se ancora no fato de que o campo de abrangência do curso é mencionado no PDIC como um dos 16 segmentos da indústria catarinense “portadores do futuro”. Trata-se de um estudo socioeconômico realizado pela FIESC⁸⁶, e que serve como apoio ao PDIC, divulgando informações sociais, econômicas, industriais e sobre Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) do estado. Nota-se a integração do PPC do curso de Análise de Sistemas às diretrizes dessa investigação, ao observar a declaração de que tais análises se constituem como bases para interferir na educação.

Na missão de promover a competitividade da indústria catarinense de forma sustentável e inovadora, o Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Sistema FIESC) tem como um de seus focos de atuação o estabelecimento de um ambiente favorável aos negócios. Para criar esse espaço propício, a instituição realiza esforços contínuos de identificação e entendimento de fatores determinantes para o desenvolvimento industrial do estado, de modo a traduzi-los em ações pertinentes e eficazes. *A instauração desse universo oportuno tem ofertado um sólido alicerce para operacionalizar as demais frentes de atuação do Sistema FIESC, nas áreas de educação, qualidade de vida, tecnologia e inovação.* (FIESC, 2013, p. 8)

A referência direta à FIESC, portanto, no PPC de um curso do IFSC, indica como a educação tem sido moldada de acordo com as perspectivas da FIESC, e nesse sentido, o IFSC vai se ajustando às suas determinações, ao justificar a existência de um curso em consonância com seus propósitos. A FIESC deixa claro que em relação às Instituições de Ensino, “o PDIC servirá como instrumento direcionador dos focos de pesquisas dos diversos grupos existentes, sejam estaduais ou nacionais.” (FIESC, 2013, p. 21).

⁸⁶ Disponível em: <http://www4.fiescnet.com.br/images/home-pedic/estudosocioec.pdf>. Acesso em 07/04/2018.

Outro exemplo que se apresenta como guia orientador das ações educacionais, é o “SC em Dados” (FIESC, 2015; 2017), os quais “identificam oportunidades para o desenvolvimento de Santa Catarina” ao produzir inventários periódicos sobre a economia industrial do estado.

A educação aparece compondo uma tríade juntamente com a inovação e a tecnologia, constituindo-se em “pilares indispensáveis à competitividade” (FIESC, 2015, p. 13). Nas palavras do presidente da FIESC, na edição do SC em dados 2017: “o reconhecimento das competências existentes e daquelas a serem desenvolvidas é a chave para nos reinventarmos com alternativas adaptadas a um mundo mais produtivo e inovador.” (FIESC, 2017, p. 7).

Essa é uma forma de conceber a educação, porém não a única. Entretanto, testemunha-se um esforço para que sua primazia seja garantida e se que espalhe como concepção hegemônica das formas de ensinar e aprender.

Embora o trabalho necessário ao desenvolvimento da tecnologia e inovação pressuponha uma frenética erupção do conhecimento e da criatividade ao alcance de todos, somada ao imenso grau de liberdade de criação, as orientações, guias, legislações, documentos oficiais e oficiosos, servem como imperativos de conduta, e ordenam os caminhos para onde essa efervescência é autorizada ou não a se desdobrar.

Este caráter colonizador tem como base a realidade, pois, ao entender e expor os dados econômicos, a FIESC, assim como a CNI e o SEBRAE, por exemplo, se pautam na objetividade de dados concretos do ponto de vista do capital. Isso é feito ao estudar, analisar e identificar como a conjuntura se encontra, ou seja, passa por um processo de investigação das condições concretas da realidade. Dessa forma, mostram os problemas a serem resolvidos e indicam os resultados pretendidos de acordo com seus interesses de classe dominante. A educação atravessa todo esse percurso, e se constitui como ponto indispensável às estratégias a favor do capital industrial, visto que esta é uma esfera de formação dos sujeitos. Por mais que a educação, na visão da FIESC, tenha a função de qualificação/formação, constata-se que o que é preciso para ser “empreendedor”, ou seja, agir conforme as determinações da indústria, dizem respeito ao ser humano como um todo. A orientação do SEBRAE, que compartilha das perspectivas da FIESC, é:

Primeiramente cabe observar que a motivação e a determinação para enfrentar desafios são de suma importância no caminho de um

empreendedor; para tanto, este precisa ter mente criativa, espírito pesquisador, capacidade de liderança, flexibilidade, organização e reciclagem constante. (SEBRAE, p. 22, 2015)

É clara a remissão à responsabilização de cada um, e de que suas condições pessoais e não as sociais (questões históricas de classe social, acesso a direitos, níveis de desemprego etc.) são as que importam. A FIESC não está comprometida com questões sociais, e sim com questões de uma determinada classe, ou seja, uma fatia da sociedade, mas faz parecer que sua ação não passa por esse filtro. Isso é característico do momento histórico que tem confluído a individualidade capitalista por excelência, com a lógica do trabalho cooperativo e moralmente aclamado da Economia Criativa.

A educação para a FIESC tem a ver com competitividade, produtividade e sustentabilidade empresarial, e é sob esses pilares que ela mantém o Serviço Social da Indústria (SESI) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) em Santa Catarina. Cada um desses braços da FIESC organiza suas atividades pedagógicas distribuídas em distintas modalidades educacionais⁸⁷, e se autodenominam como órgãos provedores de “soluções sociais”.⁸⁸

Embora o SESI, o SENAI, e o IEL contarem com sua própria organização educacional voltada ao capital industrial, a FIESC se articula através de parcerias, convênios, e estabelecem distintas alianças⁸⁹, para que sua forma de educar se torne um padrão, e esse padrão seja espalhado pelo estado.

O Movimento Santa Catarina pela Educação é uma das expressões da força tarefa de induzir o tipo de educação desejada pela FIESC, e se dedica a “mobilizar, articular e influenciar os setores econômicos e o poder público para melhorar a educação”,⁹⁰ para o que o estado se mantenha nos projetos da “Rota da Inovação” (SDS). O Movimento é:

(...) é uma estratégia de mobilização da indústria para incentivá-la a ser protagonista no desenvolvimento educacional de seus trabalhadores e da sociedade. Para tanto, o Movimento atua como um

⁸⁷ Disponíveis em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/iniciativas/ofertas-em-educacao.html>. Acesso em 11/04/2018.

⁸⁸ Disponível em: http://sesisc.org.br/?_ga=2.204618198.739165028.1523640762-1869908445.1523640762. Acesso em 10/04/2018.

⁸⁹ Dos quais alguns já foram mencionados aqui, como a ACATE, o Instituto Sapiens, e a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Governo do estado.

⁹⁰ Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/movimento/quem-somos.html>. Acesso em 11/04/2018.

articulador das ações educacionais das entidades da FIESC (SESI, SENAI e IEL) em prol da elevação da escolaridade e qualificação dos trabalhadores das indústrias e como um veículo de influência social para a melhoria de indicadores de Educação de Santa Catarina. (FIESC, 2014, p. 10)

Esse movimento teve modificações ao longo do tempo, mostrando sua ênfase positiva no cumprimento de seus propósitos com a educação:

O Movimento convoca empresas a se comprometerem com a melhoria educação, na perspectiva da FIESC. Ele é composto por um Comitê técnico, de cunho consultivo, uma assessoria executiva, para desenvolver as propostas feitas, mas as determinações somente são deliberadas pelo Conselho de governança estadual, do qual o IFSC é integrante. As empresas, por sua vez, devem atuar diretamente na educação de diferentes formas, tais como: reconhecer através de seus veículos de comunicação as iniciativas de trabalhadores que estudam; fornecer vale transporte para estudantes; liberar os trabalhadores para atividades educativas; ajudar na infraestrutura e internet nas escolas, e o que chama mais atenção, no sentido de penetrar nas dimensões pedagógicas de outras instituições de educação além do SESI, do IEL e SENAI, é:

- Integrar as ações educativas ao plano de desenvolvimento de pessoas da empresa;
- Designar representante para exercer a função de interlocutor nas ações educativas;
- Proporcionar condições para a preparação dos envolvidos no desenvolvimento de ações educativas;
- Participar das ações educativas, seguindo as orientações técnicas e pedagógicas pertinentes.⁹¹

As habilidades socioemocionais e a educação *maker* são mencionadas como as metodologias “pertinentes”, sublinhadas na edição de julho de 2017 da revista “Indústria e Competitividade”, elaborada pela FIESC. Os dois métodos combinados, segundo a FIESC, “pode ser o embrião de uma nova revolução industrial, em que consumidores se tornarão produtores”. (FIESC, 2017, p. 48). A educação *maker* é assim enaltecida pela mesma publicação:

⁹¹ Disponível em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/movimento/formas-de-atuacao.html>. Acesso em 10/04/2018.

Este novo modelo educacional é associado a tendências educacionais contemporâneas, como a do “faça você mesmo” e a dos FabLabs, em que crianças se desenvolvem por meio da cocriação de objetos utilizando ferramentas como impressora 3D, cortadores a laser e robôs. (FIESC, 2017, p. 48)

As habilidades socioemocionais, segundo a FIESC, estão afinadas à educação *maker*, tendo em vista que “o desenvolvimento de habilidades socioemocionais é central para este moderno conceito educacional, pois compreende o aprendizado colaborativo e coletivo a partir da combinação de várias abordagens, valorizando a criatividade.” (FIESC, 2017, p. 48).

O IFSC está em fase de implantação de um Fabrication Laboratory (FabLab) no campus Florianópolis, cujo objetivo é responder favoravelmente à demanda do capital industrial e iniciar a perspectiva de ensino da educação *maker*.

No evento “Semana Criativa”, organizado pela UniSul em 2016, houve a participação do IFSC, cujo posicionamento, representado por um professor do curso de Design de Produto do IFSC, foi colocado nestes termos: “dentro do ambiente acadêmico, há a necessidade de mudança no paradigma do ensino para que o empreendedorismo e a prototipagem, incentivados dentro do “movimento *maker*”, realmente agreguem qualidade à educação”.⁹² Também em 2016, na cidade de Chapecó, foi realizado um projeto para desenvolver as habilidades “não-cognitivas”, como criatividade, colaboração, foco, pensamento crítico. O projeto foi desenvolvido em 50 escolas públicas de Chapecó e região, além da unidade do SENAI do município. Em parceria com a FIESC, o Instituto Ayrton Senna, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e as secretarias municipal e estadual de Educação.⁹³

Mudanças em nome da inovação também têm sido mobilizadas em nível nacional, o Relatório Anual das atividades Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, divulgou os eventos e projetos de lei que tramitaram em 2017. Além de palestra do diretor da “*Google for education*” na América Latina, com o tema: “Inovação em sala de aula”, orbitaram nessa discussão, dois requerimentos que solicitam: “o envio de Indicação ao Poder Executivo, sugerindo a adoção de medidas

92

Disponível

em:

http://florianopolis.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1461:movimento-maker-traz-possibilidade-de-mudanca-dos-paradigmas-de-producao-consumo-e-ensino&catid=44:noticias&Itemid=134. Acesso em 12/04/2018.

⁹³ Disponível em: <http://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/professores-estimulam-criatividade-e-pensamento-critico-em-sala-de-aula>. Acesso em 13/04/2018.

para a valorização, expressa no currículo dos cursos de graduação, da atuação discente em projetos de pesquisa e de extensão relacionados à criação de inovação” (REQ 388/2017); e,” o envio de Indicação ao Poder Executivo, relativa a alteração na Portaria MEC nº 554, de 2013, com o objetivo de enfatizar a participação docente em projetos de inovação, como critério para progressão na carreira.” (REQ 393/2017).⁹⁴

Percebe-se que não somente no currículo, mas na atividade docente, a inovação tem se mostrado, na concepção de órgãos como a FIESC, como a grande solução para a melhoria na educação, e a grande balizadora para medir o desempenho e a carreira dos professores. A educação, portanto, é discutida como algo a ser modificado, e é tema primordial no que se refere à intervenção das empresas e até das forças armadas. Ganha destaque especial na edição de julho de 2017, da revista da FIESC, “Indústria e Competitividade”, as ações do “Sistema Defesa, Indústria e Academia de Inovação”, o SisDIA, implementado pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro em prol da inovação e suas relações com a educação.

O Exército Brasileiro, sob a liderança do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), tem trabalhado na conjugação de esforços no ecossistema da inovação, unindo suas especialidades e demandas às capacidades e possibilidades apresentadas pela indústria e o ambiente acadêmico. (FIESC, 2017, p. 70)

Em Santa Catarina foi realizado pela FIESC, pela UFSC e pelo Exército Brasileiro em 2017, o Seminário de Tecnologia e Inovação, Oportunidades para a Indústria, Defesa e Academia.

Na Região Sul, as ações têm evoluído de forma gradual e constante. Em Santa Catarina, após o Seminário de Inovação organizado em conjunto com a FIESC e a UFSC, em março, definiu-se a realização de uma Open Arena, na qual as oportunidades e demandas serão apresentadas para a indústria regional. (FIESC, 2017, p. 70)

Além de eventos e muitas parcerias, o Movimento Indústria pela Educação, possui 16 Câmaras Regionais distribuídas no estado, Cada Câmara é constituída por representantes dos setores econômicos das regiões e do poder público estadual e municipal. Dentro da ótica de educação da FIESC,

(...) o ano de 2017 foi marcado por uma intensa agenda de atividades que somam mais de 139 mil pessoas beneficiadas nas 727 ações realizadas, relacionadas à articulação institucional, à elevação da escolaridade básica e educação profissional do trabalhador, à

⁹⁴ Requerimento do Deputado Federal Caio Narcio do PSDB/MG.

mobilização das famílias para participar da vida escolar dos filhos, a ações de voluntariado para melhoria do ensino e da aprendizagem nas escolas da rede pública, à formação de gestores da rede pública de ensino, ao envolvimento dos jovens com a Educação, dentre outros. (FIESC, 2017, p. 7)

A capilaridade da FIESC pelo estado, espalha sua concepção de educação e induz a organização conforme seus ditames, a qual se alia a 10 institutos de inovação e tecnologia do SENAI, que atuam através de pesquisas, serviços laboratoriais, consultorias, com o foco na divulgação da “cultura da inovação”.

Mesmo diante dessa rede de esforços em nome da “cultura da inovação”, a CNI alerta sobre a necessidade de atenção à educação e, aponta que a educação em todos os níveis é peça chave para que a lógica empreendedora seja introjetada, e para além disso, é preciso aniquilar os entraves para que esse processo se efetive e mantê-lo hegemonicamente. Os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) do IFSC estão em correspondência direta com esta diretriz, pois são cursos de curta duração, destinados para diversos públicos, de distintas faixas etárias e formações prévias. No IFSC existem três *campi* que ofertam o curso de “Empreendedorismo jovem”, e em 2016, o campus Itajaí solicitou a oferta do mesmo curso, completando quatro campus que ofertam o mesmo curso. Segundo o PPC do curso, no campus São Lourenço do Oeste (os PPCs alteram de campus para campus de acordo com suas especificidades), que tem uma carga horária total de 100 horas:

O Projeto de Empreendedorismo Jovem visa à capacitação de pessoas, para que tenham atitudes empreendedoras. Para isso, devem ter a coragem de assumir riscos, que não tenham medo de transformar seus sonhos em realidade, que busquem sua auto-suficiência, autoconfiança, identifiquem e aproveitem oportunidades. Um ser humano capaz de desenvolver seu potencial; com o uso da razão, da emoção, da auto-imagem como substrato de atitudes e comportamentos criativos, inovadores, que provoquem mudanças positivas. (IFSC, 2016, p. 8.)

O campus Gaspar, menciona a FIESC em seu PPC do curso “Empreendedorismo Jovem”, referindo-se à justificativa em ofertar o curso devido aos dados da indústria no município. O mesmo campus, ao justificar o curso FIC de “Inovação e Criatividade”, aponta:

Acredita-se que, na maioria dos mercados, as mudanças inevitavelmente acontecerão, e a inovação, conseqüentemente, terá que acontecer – sob pena de potencial falência dos empreendimentos que não optarem por tal caminho. Considerando este cenário e, principalmente a necessidade das organizações de adaptarem-se às

novas demandas da clientela, a inovação pode contribuir para a melhoria de um produto (ou para criação de produtos novos), e desta forma potencializar prolongamento do ciclo de vida de um produto, ou fazê-lo voltar à etapa de crescimento. (IFSC, 2016 p.12)

E continua:

Considerando ainda, a conjuntura moderna, as tendências do próprio IFSC e a necessidade de flexibilidade das formas e tempos de ensino oferecidos à sociedade, o oferecimento o curso de Formação Continuada em Inovação e criatividade e criatividade surge como para preencher uma lacuna e propiciar potencialmente a melhoria do cenário social em que se vive. (IFSC, 2016, p 7)

O curso de “Desenvolvimento e gestão cultural”, do campus Canoinhas, teve início em 2016. O propósito do curso é disseminar conhecimentos teóricos, práticos e científicos para trabalhadores da economia criativa, e para atuar nas principais etapas da produção cultural como concepção, elaboração de projetos culturais, captação de recursos e execução. O campus de Joinville, oferta através do Pronatec o curso FIC de Agente Cultural, o qual se dedica a elaborar projetos culturais para participação em editais de fomento e capacitar pessoas para atuar como articuladores locais de pessoas, grupos e instituições, com o objetivo de auxiliá-los na formulação de projetos, obtenção de financiamentos, capacitação e estímulo ao empreendedorismo.

Os cursos FIC são uma porta de entrada no IFSC, e podem ser o início do “estímulo ao empreendedorismo”, e o incentivo ao prosseguimento dos estudos em demais cursos ofertados na instituição. A tendência de existir, a partir de 2016 um aumento dos cursos FIC, ou propostas de cursos com o tema do empreendedorismo e/ou inovação tem a ver com esse movimento de alterar a educação em nome do capital industrial. Uma mostra disso, pode ser vista na articulação da CNI com o governo a fim de induzir a criação de leis que possam interferir diretamente na organização pedagógica. Isso se evidencia em três leis, cuja promulgação contribui para o avanço das mudanças consideradas necessárias para a educação na perspectiva da CNI: a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2024, a Lei nº 13.415/2017, que trata da reforma do ensino médio, e Base Nacional Comum Curricular para a educação básica, homologada em 20/12/2017. (CNI, 2018, p. 76). Isso é notável nas palavras do presidente da FIESC:

A modernização da legislação trabalhista também é essencial para que o País se conecte às transformações tecnológicas e do mundo do trabalho. Para desenvolver e incorporar novas tecnologias envolvendo inteligência artificial, big data e internet das coisas na chamada indústria 4.0, por exemplo, uma das práticas gerenciais mais

interessantes para as empresas é o emprego da terceirização. Apesar de importantes avanços, ainda é preocupante a maneira como uma parcela da sociedade brasileira resiste em levar à frente as mudanças necessárias ao desenvolvimento do País. Oportunidades incríveis batem à nossa porta todos os dias. (FIESC, 2017, p. 3)

As mudanças dentro do IFSC são amostras do êxito das articulações da indústria nas mudanças na formação educacional, conforme as suas prerrogativas. Sua atuação se atrela a dois eixos que atravessam os PPCs dos cursos do IFSC, e ficam claros nas parcerias interinstitucionais, nos acordos e articulações diversas com setores privados.

Eixo 1: Educação para o mundo do trabalho, compreende o fortalecimento de parcerias com os setores econômicos para promover a escolaridade, a qualificação e o desenvolvimento profissional de seus trabalhadores e lideranças, tendo em vista que a Educação é fator-chave para o aumento da produtividade e competitividade.

Eixo 2: Articulação e Influência social na Educação em Santa Catarina, compreende a construção de uma agenda comum para influenciar na melhoria de indicadores de educação de Santa Catarina, por meio da mobilização e articulação entre o setor público e os setores econômicos. (FIESC, 2017, p. 2)

As pesquisas que recebem fomento seguem uma tendência favorável a estas prerrogativas, a exemplo da Chamada Pública Nº 05/2017, da FAPESC, cujo apoio é destinado a projetos de pesquisa de pesquisadores do IFSC. Os temas de pesquisa devem obrigatoriamente seguir as diretrizes do quadro legal sobre a inovação no estado de Santa Catarina, e se concretiza como uma das ações do IFSC e da FAPESC em nome do já mencionado “Pacto pela Inovação”. Os recursos financeiros são de R\$ 150.000,00 por parte do IFSC e mais R\$ 150.000,00 por parte da FAPESC. Isso significa que o dinheiro público está sendo direcionado para pesquisas que priorizam o empreendedorismo e a inovação a favor do capital.

No presente ano de 2019 o IFSC está realizando mudanças, que ocorrem a cada quatro anos no seu Projeto Pedagógico Institucional (PDI). O documento atual foi aprovado em 2014, de modo que tivesse vigência entre os anos de 2015-2019. As determinações desses documentos incidem sobre outros, como o novo plano de desenvolvimento institucional do IFSC.

3.4 O NOVO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Foi aberta no de fevereiro de 2019, a consulta pública para sugestões de como aprimorar o PDI do IFSC. Esta consulta, em princípio é enviada por e-mail para funcionários e estudantes do IFSC, e de acordo com a Comissão que organiza a coleta de dados, é destinada para o número máximo de “organizações da sociedade civil”, apontando que seriam empresas e associações de bairro. Após esse momento, de aplicação de questionário online, será realizada uma audiência pública em cada campus do estado, onde “a comunidade externa” será convidada a contribuir com suas ideias sobre a nova configuração do IFSC.

Um texto base, que conforme reunião com os docentes e Técnicos administrativos em educação (TAEs), foi mostrado, e em seguida informado, que não sofreria alterações, e a consulta pública serviria para contribuições às decisões já tomadas junto à reitoria do IFSC.

O “Planejamento Estratégico Educacional” (PEI), e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), também se inscrevem na mudança mais ampla do PDI. A hierarquia dos planos da instituição se define da seguinte maneira:

Figura 8 - Hierarquia dos planos do IFSC



Fonte: IFSC (2019)⁹⁵

⁹⁵ Documento base para consulta pública (PPI e PEI) - IFSC. Disponível em: <https://discovirtual.ifsc.edu.br/index.php/s/0u2uB6ACOGYSMhb>. Acesso em 01 fev. 2019.

As diretrizes institucionais se assemelham mais a organização de uma empresa privada, do que de uma instituição pública de educação. Suas diretrizes estão mais voltadas para configurar o IFSC como uma instituição mais inovadora do que educadora. Na minuta base do PPI, na definição da pesquisa, encontra-se:

Outra importante tarefa é a promoção e acompanhamento do relacionamento do IFSC com instituições públicas e privadas na realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, e na execução de serviços técnicos especializados voltados à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando, entre outros objetivos, à maior competitividade das empresas. Desta forma, o NIT potencializa um aprendizado interativo associado à produção e exploração de conhecimento científico e tecnológico aplicado à realidade das empresas.⁹⁶

Outra evidência de transformação institucional porque o IFSC está passando, é o vocabulário empresarial sendo disseminado em meio ao ambiente educacional.

A preocupação na perspectiva Alunos e Sociedade consiste em mensurar o grau de contribuição das escolhas estratégicas elaboradas para satisfazer as necessidades do público envolvido com a entidade. Além de proporcionar ao IFSC uma posição destaque perante a sociedade em geral, esse conhecimento permite que a instituição construa uma proposta de valor diferenciada para seus stakeholder (partes interessadas).⁹⁷

No lugar de estudante, docentes, trabalhadores da educação, são para as “partes interessadas”, os “*stakeholders*”, que construirão “propostas de valor diferenciadas”. Esse linguajar que adentra o universo escolar expressa a pretensa naturalidade do “mundo dos negócios” no contexto educacional. Além do mais, o IFSC possui “valores” que regem esta instituição pública, entretanto, muitas de suas diretrizes são “previamente definidas”, sendo a consulta pública, uma mera formalização, que sugere o seu caráter democrático. Nesse sentido, nota-se como a qualidade aparecia no PDI antigo, e como sua mudança se expressa na nova “proposta”:

⁹⁶ Minuta do Projeto pedagógico institucional (PPI) do IFSC. Disponível em <https://owncloud.ifsc.edu.br/index.php/s/tkepu6a0glaWGzo>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

⁹⁷ Documento Base Para Consulta Pública - Projeto Pedagógico Institucional - PPI Planejamento Estratégico Institucional. Disponível em: <https://discovirtual.ifsc.edu.br/index.php/s/0u2uB6ACOGYSMhb>. Pág. 13. Acesso em fevereiro de 2019.

QUALIDADE, pautada no princípio de dignificação humana, por meio do trabalho, do conhecimento e do aprimoramento das relações individuais e sociais.

Alteração da redação do valor QUALIDADE. Novo texto: QUALIDADE, pautada na geração de valor para estudantes e sociedade de forma consistente.⁹⁸

Não há em nenhum momento, a explicação do que seria a “forma consistente”, nem tampouco, do que se trata “geração de valor”. Essas palavras orbitam com muita naturalidade, especialmente entre os docentes e técnicos que compõem a Comissão do PDI, sendo estes, nomeados pela reitora.

A palavra “inovação” é incluída como um valor, ou seja, como um de seus pilares, atravessando toda a dinâmica institucional do IFSC, conforme aparece no documento base do PDI 2020-2024:

INOVAÇÃO, pautada na gestão pública moderna, alinhada ao desenvolvimento social e tecnológico.

Justificativa (de inclusão): Em função das discussões realizadas nas oficinas de revisão dos Objetivos Estratégicos, em que a inovação despontou mais como um elemento transversal do que como objetivo, a Comissão Central do PDI propõe que a Inovação seja compreendida na instituição não apenas como uma finalidade legal, mas sim como um princípio da gestão dos seus processos finalísticos (os diretamente ligados ao ensino, pesquisa e extensão) e de suporte administrativo.⁹⁹

Fica claro que os objetivos empresariais estão abertamente expostos, e raramente são questionados, devido à base de apoio que sustenta a formação voltada para esse tipo de formação, inclusive entre professores e gestores, cujas posturas, raramente se opõem a tais determinações. Entretanto, é importante reconhecer que há outras posições, dos que resistem e buscam retomar o caráter público da educação, as quais são rebatidas com o argumento de que precisamos ser “práticos”.

⁹⁸ Documento Base Para Consulta Pública - Projeto Pedagógico Institucional - PPI Planejamento Estratégico Institucional. Disponível em: <https://discovirtual.ifsc.edu.br/index.php/s/0u2uB6ACOGYSMhb>. Págs. 8-9. Acesso em fevereiro de 2019.

⁹⁹ Documento Base Para Consulta Pública - Projeto Pedagógico Institucional - PPI Planejamento Estratégico Institucional. Disponível em: <https://discovirtual.ifsc.edu.br/index.php/s/0u2uB6ACOGYSMhb>. Págs. 9-10. Acesso em fevereiro de 2019.

Estes dados empíricos, mostra como tem ocorrido o processo de mudança institucional do IFSC a partir dos processos que envolvem a inovação e a Economia Criativa, direcionando as formas de trabalhar, ensinar e aprender na instituição

4 FUNDAMENTOS HISTÓRICO POLÍTICOS DA FORMAÇÃO DE UM SUJEITO CRIATIVO E INOVADOR

Partimos da ideia de que o tipo de pessoa criativa, empreendedora e inovadora é criado historicamente, como estratégia de hegemonia burguesa, engendrada no seio do capitalismo, no sentido de buscar coesão social, convencimento e adesão aos seus direcionamentos quanto à forma de organizar a totalidade da vida social. As instabilidades se tornam evidentes, provenientes das contradições de classe, e muitas vezes são resumidas e popularizadas em seu sentido superficial como sendo uma “crise”.

A palavra “crise” é amplamente difundida no senso comum como um momento complicado que tem relações com o desemprego, com instabilidades na economia capitalista, com inseguranças sobre consumo, mercado financeiro e rebeliões trabalhistas, pois são momentos onde se adensam as tensões entre classes antagônicas. É também quando os governos se pronunciam anunciando ajustes, emendas constitucionais etc. Com efeito, os debates giram em torno da ideia de que as crises são momentos ruins, e devem ser superados, entretanto, é necessário entender que a própria natureza do capitalismo é contraditória e geradora de crises. A dinâmica capitalista não é uma dinâmica harmônica.

(...) a crise do capital que experimentamos hoje é fundamentalmente estrutural. Assim não há nada de especial em associar capital e crise. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital: são maneiras de progredir para além de suas barreiras imediatas e, deste modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação. (MÉSZÁROS, 2010, p. 69)

As crises são parte do sistema que vivemos, assim, não há como sair definitivamente das crises no capitalismo, a menos que haja a construção de uma outra sociedade, radicalmente oposta à sociabilidade do capital. Essa maneira de compreender as crises do capitalismo é caudatária à concepção histórica e dinâmica da realidade, e do entendimento de que não há verdadeiramente uma saída para essas crises, a não ser pela superação desse sistema. A saída, ou a solução pela via “criativa, empreendedora e inovadora” significa, portanto, uma reacomodação dos padrões de dominação capitalista, de modo que os níveis de acumulação da classe dominante se mantenham hegemônicos, e que seus princípios continuem guiando o conjunto da sociedade.

Estruturalmente, a burguesia não se propõe a ser diferente, e em mudar seu caráter explorador e destrutivo, mas, acima de tudo se interessa em ampliar suas capacidades de acumulação de capital, por essa razão, têm-se as crises para amoldar as relações sociais a favor de seus interesses. Nesse âmbito, prossegue Mészáros:

(...) a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as suas crises, mesmo que seus ideólogos e propagandistas com frequência sonhem com (ou ainda reivindicuem a realização de) exatamente isso. (MÉSZÁROS, 2010, p. 69)

Nem todas as crises do capitalismo acontecem da mesma maneira, por depender historicamente da correlação de forças em disputa em cada local, contudo, Mészáros (2010) afirma que há uma novidade da crise contemporânea, por apresentar 1) um caráter universal; 2) por ter alcance global; 3) por sua escala de tempo ser extensa e contínua; 4) por ter uma característica “rastejante”, em oposição a colapsos e irrupções abruptas.

Acerca disso, Pagotto (2011) mostra a importância de se atentar a uma dinâmica histórica situada historicamente entre os anos de 1945/1970, nos Estados Unidos (EUA) e na Europa, cujas relações buscaram a conciliação entre capital/trabalho por meio do “Estado de bem-estar social”, da ampliação do consumo, dos altos salários promovido pelas articulações do sistema Ford/Taylor. Em meio a esse conjunto de fatores históricos, é possível compreender como foram compostas as disputas específicas, pautadas pela busca de alinhamentos das bases que sustentaram esse bloco histórico até então¹⁰⁰, nesse contexto,

O fordismo surge como resultado da correlação de forças entre capital e trabalho, consolida-se como padrão de acumulação e é marcado por profundos antagonismos e disputas presentes tanto nos processos produtivos imediatos, quanto para além deles (...). Sob o fordismo, põem-se em construção um momento mais agudo de recomposição do trabalhador coletivo – fragmentado, cujo saber é reduzido a sua forma mais simples – e no interior do qual surge uma mais vigorosa classe média. Nesse período, o debate sobre a composição da força de trabalho ganhou vulto à medida em que novas ocupações, funções

¹⁰⁰ Bloco Histórico é um conceito utilizado por Gramsci para explicar os nexos entre infraestrutura e superestrutura. Ao longo de seus escritos, o conceito de bloco-histórico, se articula a demais conceitos, como hegemonia, aparelhos privados de hegemonia, sociedade civil e política, ideologia, etc. Em seu livro “Concepção Dialética da História”, o autor explica: “Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, se estabelece graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivencialmente), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais, entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico’.” (GRAMSCI, 1995, p. 139)

e necessidades foram criadas para garantir e gerir o compromisso fordista. (PAGOTTO, 2010, p. 135)

Esses arranjos entre capital/trabalho se alastraram em escala global e se expressam de diferentes modos, de acordo com a configuração histórica e da composição das lutas de classe de cada país. Nos EUA, o disciplinamento pelo trabalho dentro das fábricas foi analisado por Gramsci (2010) como um momento político, e ao mesmo tempo ideológico e econômico, nomeado por ele de “americanismo”, por ter sido mais de que uma organização fabril: uma maneira de conduzir a um jeito singular de viver, que tem suas raízes na origem do próprio capitalismo industrial.

A história do industrialismo sempre foi – e se torna hoje mais acentuada e rigorosa – uma contínua luta contra a animalidade do homem, um processo ininterrupto geralmente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a sempre novas, mais complexas e rígidas normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão, que tornam possíveis as formas sempre mais complexas de vida coletiva, consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (GRAMSCI, 2010, p. 63)

Os estudos sobre a teoria do capital humano¹⁰¹ se vincula a esse tipo específico de controle do trabalhador. A burguesia, em seu processo dinâmico de luta por hegemonia, identificou que seria um “bom negócio” considerar as qualidades humanas, naturais e adquiridas ao longo da vida dos trabalhadores, para finalidades de acumulação, aliando a isso, a busca por gerir a vida social dos trabalhadores para além do trabalho fabril.

A teoria do capital humano, partilha da concepção de que aquilo que os trabalhadores são, e aquilo que eles sabem podem ser transformadas em mercadorias, e conseqüentemente, em mais valia para os capitalistas. No século XVII Adam Smith (1996), aponta que o capital humano assume a forma de fator de produção, com isso, diferentes perspectivas teóricas aparecem sobre esse tema. Dessa forma, os capitalistas dedicam atenção às “qualidades humanas” como um mecanismo de exploração das capacidades dos trabalhadores, integrando-as à lógica de extração de mais valia.

¹⁰¹ Uma síntese histórica da teoria do capital humano pode ser verificada em: SAUL. Renato P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. Sociologias, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n12/22262.pdf>. Acesso em 21/12/2018.

No sentido de refletir sobre os ganhos de produtividade gerados pelo “fator humano” na produção, teve início a disciplina de Economia da Educação, na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, na década de 1950, ministrada pelo professor Theodore W. Schultz, cujas obras teóricas “O valor econômico da educação (1963)”, “O capital humano – investimentos em educação e pesquisa (1971)”, e “O capital Humano (1973)”, lançaram as bases para múltiplos debates sobre o assunto. A educação aparece como sendo de extrema relevância para a economia capitalista. Sobre esta última análise mencionada de Schultz, Frigotto (2011) afirma:

Uma questão central ocupava os dirigentes e intelectuais do sistema capitalista após a Segunda Guerra Mundial e a ampliação geopolítica do socialismo: qual seria a chave para diminuir a desigualdade entre nações e entre indivíduos? O medo que rondava era de que socialismo pudesse se alastrar em regiões pobres. Na América Latina o temor era de que a Revolução Cubana se tornasse um caminho para outros países. Foi a equipe de Theodoro Schultz, nos Estados Unidos, que, ao longo da década de 1950, buscou responder essa questão e construiu a noção de capital humano. Este entendido como o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que potenciam a força de trabalho das diferentes nações. (FRIGOTTO, 2011, p. 4)

Como o trabalho e a educação estão no epicentro da luta de classes, é preciso compreender como os conceitos, como capital humano, emergem das próprias contradições da realidade, e questionar a quem serve as teses criadas, assim como a sua aplicabilidade no contexto histórico em questão. No que se refere à teoria do capital humano, percebe-se que determinações históricas marcadas pela luta de classes, poderiam redefinir as relações de domínio e direção política, por essa razão.

A tese básica sustentada por Schultz (1973), e que se tornou senso comum, foi de que aqueles países, ou famílias e indivíduos, que investissem em educação acabariam tendo um retorno igual ou maior que outros investimentos produtivos. Por essa via se teria a chave para diminuir a desigualdade entre nações, grupos sociais e indivíduos. Trata-se de uma perspectiva integradora da educação escolar ao mundo do emprego e de uma estratégia para evitar a penetração do ideário socialista, bem como o risco de sua expansão. (FRIGOTTO, 2011, p. 4)

O caráter diretivo da teoria do capital humano carrega a marca burguesa, e o ocultamento das tensões produzidas por suas próprias determinações, voltadas à acumulação de capital, buscando sempre suavizar os seus efeitos destrutivos, delegando a responsabilidade de “diminuição da desigualdade” para os próprios trabalhadores.

Trata-se de uma noção que falseia o sentido real do capital, pois este não se traduz numa coisa, mas é uma relação social e historicamente construída. Uma relação cujo fundamento é a exploração e expropriação, pela classe detentora privada dos meios e instrumentos de produção, dos que necessitam vender para sobreviver sua força de trabalho física e intelectual, a classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2011, p. 4)

Aplicada ao campo educacional, a noção de capital humano gerou toda uma concepção tecnicista sobre o ensino e sobre a organização da educação, o que acabou por mistificar seus reais objetivos. Dessa forma, controlar quem o indivíduo é, a sua sociabilidade, a sua formação educacional, familiar, moral, religiosa, se torna parte integrante do processo de exploração capitalista.

Esse movimento de moldar a realidade de acordo com os interesses de uma classe se expressa nos estudos de Gramsci sobre esse tipo de controle específico. Induzir um tipo de vida social é parte dos mecanismos de acumulação, de modo que, dentro das fábricas fordistas havia um “departamento sociológico, cujos integrantes se dedicavam a investigar a vida que os empregados levavam em casa, observando se seu comportamento era adequado e se sua vida íntima era sadia”. (SAUL, 2004, p. 238).

Elementos de sustentação desse amoldamento são captados por meio da propaganda, das instituições de controle, como a igreja, as escolas, os partidos políticos etc., e utilizados de modo a conter as revoltas dos trabalhadores que se organizam na luta contra a exploração. Entretanto, esses mecanismos de apoio aos capitalistas não são eficazes em definitivo. Isso porque, por vezes, pela dinâmica contraditória de interesses, esse controle se evidencia mais ou menos na realidade, dependendo das forças antagônicas em disputa, por essa razão,

A domesticação de corpos e mentes é fundamental para a criação do ‘novo homem’ solicitado pela fábrica modernizada. Novos modos de vida são efetivamente administrados pelas empresas e pelo Estado porque o trabalhador coletivo deve por em movimento um complexo industrial que não pode ser interrompido sob pena de patrocinar perdas que o capital não quer admitir. (PAGOTTO, 2010, p. 135)

Dessa forma, o fordismo e sua base de sustentação e direção das massas, conforme seu projeto de acumulação, promovido pela classe dominante, buscou criar “um tipo de trabalhador” a partir da conjugação de consenso e força, aliada a uma ampla campanha ideológica destinada a controlar o comportamento intelectual e

moral dos trabalhadores de suas linhas de montagem. A conformação para um tipo de trabalhador é parte de uma pedagogia diretiva da classe dominante, que é pulverizada no interior das classes trabalhadoras, a partir das articulações de seus aparelhos privados de hegemonia. “A hegemonia nasce da fábrica, e não tem necessidade, para ser exercida, por uma minoria de intermediários, profissionais da política e da ideologia”. (GRAMSCI, 2010, p. 41).

O trabalho nas linhas de montagem, mesclados aos treinamentos de como ser dentro e fora delas, foi amplamente difundido. A dimensão pedagógica de como viver no *American way of life*, se vincula diretamente com os mecanismos de acumulação da classe dominante, de modo que a dominação constitua um quadro aceitável, recomendável, e dotado de sentido para todo o conjunto de relações sociais vividas pela classe trabalhadora.

A vida na indústria demanda um tirocínio generalizado, um processo de adaptação psicofísico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de hábitos, etc., que não é inato, natural, mas que deve ser adquirido. As características urbanas são transmitidas por hereditariedade ou são absorvidas no desenrolar da infância e da adolescência. Assim, a baixa natalidade urbana exige uma contínua e relevante despesa para o tirocínio dos novos migrantes urbanizados, o que acarreta uma contínua mutação da composição sociopolítica da cidade e recoloca em novas bases o problema da hegemonia. (GRAMSCI, 2010, p. 47)

O Brasil, neste período de primeira metade do século XX, vivia um momento de incremento do setor industrial e da formação de “capital humano”. E desde o início do século, já existiam as escolas profissionalizantes, criadas na esfera desse contexto de disciplinamento aos “desvalidos da sorte”, (1909), de onde se originou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Tínhamos, no Brasil, um contexto de intensa repressão, onde a doutrinação moral e disciplinadora dos trabalhadores, para serem de um determinado tipo, tanto dentro, quanto fora das fábricas, era, também, guardadas as dimensões históricas, em relação aos Estados Unidos, amplamente difundida. Um dos exemplos foi a existência de uma lei brasileira de 1941, conhecida como “lei da vadiagem” (Decreto-Lei nº 3.688/41), a despeito do desemprego e das contradições da sociedade brasileira daquele período. Por meio da lei da vadiagem, era assegurado ao Estado a punição de pessoas que estavam “ociosas”, e aptas a trabalhar, no julgamento das forças da ditadura do governo de Getúlio Vargas. Essa lei perdurou até 2012, quando a vadiagem deixou de integrar o Código Penal brasileiro.

A Consolidação das Leis Trabalhistas (1943) também foi um acontecimento importante desse mesmo período, no que diz respeito às tensões de classe, e à direção da classe trabalhadora a uma posição mais submissa e menos resistente ao governo, sua promulgação compunha o panorama de direitos e deveres dos trabalhadores, que historicamente vinham lutando que para fossem garantidos. Aliado a uma forte propaganda, Vargas ficou nacionalmente conhecido, dentre várias denominações, como “pai dos pobres”.

A pedagogia diretiva de acumulação fordista refletiu na composição das classes dominantes brasileiras, e em diferentes países do mundo, de acordo com suas especificidades históricas, visto que as articulações entre as classes locais em disputa, mescladas aos rearranjos da acumulação global, resultaram em configurações contrastantes, onde conviveram formas “antigas e novas” de organização e direção da sociedade. É impossível extrair de qualquer análise social, um contexto puro, original e novo, ou conceber a substituição de um tipo de organização social por outra, de forma automática e definitiva, em função da dinâmica histórica da realidade¹⁰².

As mudanças conduzidas pelo mecanismo de acumulação fordista, por exemplo, pasteurizaram as próprias formas de luta da classe trabalhadora, que por sua vez, se constituíram em como base para “novas” contradições, repleta de “velhos” fundamentos. Nesse processo paradoxal, a organização da classe dominante não se constitui sem contradições, por isso,

A resistência operária que se intensificou no final da década de 60, a heterogeneização do mercado consumidor, a partir dos anos 70, as crises do petróleo, o encarecimento da matéria-prima e da mão-de-obra foram gestando um cenário que pôs em cheque o modelo fordista de produção e acumulação. Os Índices de desemprego cresciam e a competitividade das indústrias, especialmente dos EUA, declinava. Os choques do petróleo, em 1973 e 1979, provocaram brusca elevação nos custos de matéria-prima, energia e mão-de-obra. (SHIROMA, 1996, p. 176)

Desse movimento, proliferam diferentes correlações de classe, de onde foram gestados remodelados mecanismo de ajuste dos níveis de acumulação e de intensificação do trabalho, onde a sua expressão superficial é visível por meio dos

¹⁰² A existência de um país como o Vaticano, controlado pela igreja católica, é um dos exemplos das marcas do Feudalismo em nossa realidade contemporânea, a despeito da Reforma Protestante, do Iluminismo, do Renascimento, da Revolução Industrial, e de outros movimentos históricos, políticos e sociais.

avanços no desenvolvimento tecnológico, no surgimento de profissões que ainda não existiam, na amplificação das formas de comunicação pela internet, de novas relações de trabalho, mas isso tudo dependeu do

(...) crescimento das atividades ligadas à gestão estatal (saúde, educação, dentre outros), financeira (para viabilizar a oferta de grandes volumes de créditos a empresas e particulares) e tecnológica (BRAVERMAN, 1980). [Isso] não apenas instituiu novidades, mas também expressou a própria materialização de uma contratendência – levada a efeito pelas burguesias com vistas a apassar os antagonismos que se agudizavam desde a década de 20 -, explodiu sob a forma de guerras mundiais e desenhou uma nova possibilidade para a burguesia superar sua crise orgânica, de modo a conservar sua posição hegemônica. (PAGOTTO, 2010, p. 135)

Em face dessa compreensão, que diz respeito ao encadeamento histórico das tensões de classes, essa nova conjuntura criada dentro da própria sociabilidade fordista, mostra como as contradições são organicamente articuladas e estão em constante movimento, demandando historicamente outros mecanismos de sustentação das bases de dominação de classe, não utilizados anteriormente.

Essas mudanças das bases de sustentação da hegemonia da classe dominante atuais aparecem como opostas ao fordismo, em razão de que as linhas de montagem das fábricas projetadas por Taylor, tinham como parâmetro o controle dos tempos e movimentos, e a não interferência dos trabalhadores no processo de produção, caracterizou-se assim, portanto, pela rigidez das relações de trabalho.

A exploração da classe trabalhadora na contemporaneidade adquire novos contornos, onde a burguesia acentua a extração de mais valia, a partir de meios de inclusão dos trabalhadores no processo produtivo, como se não houvesse distinção fundamentais entre os donos dos meios de produção, e aqueles que vendem a sua força de trabalho para sobreviver. Esse é o germe da noção da liberdade do trabalhador, que superficialmente aparenta uma maior integração dos saberes dos trabalhadores em comparação à linha de montagem das fábricas fordistas, todavia, trata-se de um rearranjo nas relações de dominação, de modo que,

Não é o indivíduo trabalhador quem decide autonomamente suas condições de trabalho e estabelece o grau de empenho pessoal com a atividade. O ato de compra e venda de força de trabalho confere ao comprador poder sobre como será utilizada essa mercadoria. (DAL ROSSO, 2008, p. 33)

A “nova pedagogia da hegemonia”, (NEVES et al., 2005), articula, a partir das relações de classes, o consentimento ativo da classe trabalhadora em relação aos

interesses burgueses, que por definição são inconciliáveis, mas por conta desses reajustes históricos dos níveis de acumulação, parece que são possíveis de serem harmonizados. Entretanto, o que ocorre é que:

(...) o apregoado desenvolvimento dos processos de “qualidade total” converte-se na expressão fenomênica, involucral, aparente e supérflua de um mecanismo produtivo que tem como um de seus pilares mais importantes a taxa decrescente do valor de uso das mercadorias, como condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas. (ANTUNES, 2009, p. 53)

A aparência é compreendida como essência em si. A nova pedagogia da hegemonia mobiliza as bases de formação do consenso de que está em curso uma outra sociedade, “a sociedade pós-fordista”, em função das combinações entre valorização da iniciativa dos trabalhadores, da polivalência de sua atuação na produção, da percepção de prevenção de desperdícios, da possibilidade de propor mudanças na organização com a finalidade de sua melhoria, somada a um contexto de desregulamentação dos direitos trabalhistas, descaracterização dos sindicatos, da descentralização da produção e inserção de trabalhos terceirizados, e de tecnologias de informação e comunicação nos processos de trabalho, em uma combinação entre trabalho vivo e trabalho morto.

Como o capital não se valoriza sem realizar alguma forma de interação entre trabalho vivo e trabalho morto, ele procura aumentar a produtividade do trabalho, intensificando os mecanismos de extração do sobretalho, com a expansão do trabalho morto corporificado no maquinário tecnológico-científico-informacional. Nesse movimento, todos os espaços possíveis se tornam potencialmente geradores de mais-valor. (ANTUNES, 2018, p. 33)

Em decorrência do aumento da produtividade, da rapidez dos processos, pela intensificação do trabalho, e a conseqüentemente ampliação da acumulação, a sociedade vai se complexificando, os sistemas bancários e de seguros são ampliados para propiciar a maior circulação de capital, assim como também tomam maior dimensão as atividades burocráticas, se multiplicam os escritórios de contabilidade, para organizar e manter essa racionalidade, as profissões liberais, como consultores e advogados também aumentam, e dessa forma o setor de serviços se configura como um complexo aparato de sustentação dessa estratégia de produção de mais valia. Pelo seu caráter histórico e contraditório, esse setor se expressa de diferentes maneiras, se integrando aos diferentes setores da produção capitalista.

Como no mundo contemporâneo há uma intersecção crescente entre os diversos setores da produção (indústria, agricultura e serviços), de que são exemplos a agroindústria, a indústria de serviços e os serviços industriais, esses setores são cada vez mais controlados e totalizados pelo capital, que os converte em mercadorias (sejam elas materiais ou imateriais). (ANTUNES, 2018, p. 39)

Essa dinâmica funde aos setores de produção capitalista em favor da acumulação de capital, e contempla a multiplicidade do trabalho e do conhecimento humano, misturando o uso de inúmeros instrumentos, que vão desde mesas e cadeiras, a aplicativos e softwares. Essa condição não exclui a característica fundamental da existência das lutas de classe, da produção de mercadorias e da extração de mais valia. Entretanto, a própria burguesia articula uma ideia contrária, ou seja, orienta uma direção de que não existem mais as classes em oposição, e de que na atualidade há mudanças profundas na maneira de viver, em relação a momentos posteriores da história, além da reincidência da noção de crise, que compõem um ciclo integrado da ação burguesa de responsabilização dos sujeitos pelo sucesso ou fracasso em um mundo “incerto”.

A condição necessária (para os teóricos da burguesia) dessa empreitada foi a valorização da noção de crise. Crise do trabalho, crise do movimento operário, crise da produtividade, crise do socialismo (já que se deu a queda dos regimes socialistas do Leste Europeu e da URSS), e conseqüentemente, a crise da noção de classe social (categoria teórico e político-estratégica) e dos antagonismos que ela implica. (PAGOTTO, 2011, p. 39)

Essa dimensão histórica é propícia para o surgimento da ideia do “ser que deve ser criativo, empreendedor e inovador”, que tem “fazer-se” em um mundo em crise. Dessa forma é disseminada, a partir dos mecanismos articuladores da classe dominante, a noção de que vivemos sob novas conformações políticas, econômicas e sociais, portanto. O “velho”, ou seja, o tipo de organização de acumulação de capital construídas a partir do fordismo/taylorismo foram ressignificadas pelas mesmas classes dominantes que o encabeçaram. Da mesma forma, “o novo” representado pela produção flexível, polivalente, voltada a uma organização inovação, é colocado como o novo caminho de desenvolvimento das sociedades. Nesse encadeamento,

(...) a inovação tecnológica enquanto motor contínuo do desenvolvimento social e político da humanidade não só dirige os processos produtivos e industriais como também aparece como uma nova ética, um manual de cidadania e de sobrevivência no mundo contemporâneo. (PAGOTTO, 2011)

Quais são os processos que fazem com que a inovação pautas as formas de conduzir a vida? A formação de uma cultura se dá por dentro das relações sociais, ou seja, na dinâmica viva da história, e tem vínculo íntimo com as lutas de classe, que, por excelência são destoantes e inconciliáveis, em função das próprias configurações estruturais que retroalimentam a acumulação de capital. É desse contexto que a inovação tecnológica aparece como a novidade de um mundo supostamente livre, tendo como sustentáculo tanto as transformações vinculadas à luta de classes pelo fordismo, e pelo desfecho da Guerra Fria (1946-1989), onde os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estiveram em disputa pela hegemonia mundial.

Isso adentra nos currículos escolares para além da dos cursos de administração nos noticiários, nas conversas cotidianas, e vão sendo formadas novos vínculos de compreensão do mundo, em meio às próprias vivências que começam a ser balizadas pelas doutrinas da liberdade estadunidense. Nesse momento, o Brasil, vivia a ditadura militar, que sob sangrenta repressão, focou seus esforços no desenvolvimento capitalista de acordo com a concepção dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que os EUA impulsionavam um apelo pela eficácia e eficiência, liberdade e empreendedorismo, em detrimento do controle dessas mesmas liberdades, supostamente promovidas pelo Partido Comunista. Na Guerra Fria, sua base de sustentação hegemônica se articula no sentido de desqualificar toda e qualquer “postura comunista”, como sendo opostas à “liberdade”.

O Brasil permaneceu alinhado aos EUA, os quais tinham interesse que o maior país da América Latina estivesse ao seu lado, pois quanto maior a adesão ao seu projeto civilizatório, mais ampla seria a sua base de apoio na disseminação de uma cultura, que funcionaria como guia das massas. Em função disso, os EUA apoiaram a ditadura militar brasileira (1964-1985), impondo por meio da força a sua forma de pensar/julgar/projetar o mundo. Capitaneada por sua múltipla base de apoio, como o sistema ONU, e o British Council, por exemplo, os sentidos considerados “corretos” de educar, trabalhar e conduzir a vida no geral foram adentrando os currículos escolares, as leis trabalhistas, as formas de produção e consumo, estilos de vida etc.

A ideia de que o “alívio da pobreza”, a tolerância, a resiliência frente aos “problemas sociais”, contribui para que se torne mais nebulosa a compreensão do conflito capital/trabalho, culminando na composição do panorama de deslegitimação, e suposto fenecimento das lutas de classe, mobilizado pela “nova ordem”, onde

parece que todos, sem distinção, devem agir em prol da “humanidade” como um todo homogêneo.

O processo de crítica e desreificação/desfetichização das estruturas capitalistas também é historicamente determinado. Ele se confunde com o próprio movimento histórico que se atualiza; confunde-se, construindo e sendo construído pelas conjunturas e suas determinações contraditórias em movimento. (PAGOTTO, 2011, p. 51)

As contradições permanecem enquanto houver a luta de classes, e as formas de resistência a esse modelo continuarão a permear a vida social, expressas nos movimentos sociais, nas greves, e em distintas manifestações de oposição, cuja ebulição evidencia aquilo que a burguesia busca ocultar, que é a extração de mais valia. Por isso, a coesão social é um ótimo negócio para os capitalistas. Nesse sentido, esta classe apela para o recurso à personalidade de cada sujeito como solucionadora de contradições sociais, por ela própria orquestrada. Ocorre, então, o desvio de seu fundamento essencial de classe, e a condução ao caminho para a criatividade, a inovação, e o empreendedorismo, como ajustamento aos seus interesses.

Essa é uma direção ético-política, conduzida pela burguesia com o objetivo de emoldurar um tipo específico de pessoa, que ao longo de um trajeto intenso pela sobrevivência, tenta compreender e manejar “essa criatividade burguesa”, a inovação e o empreendedorismo, de modo que haja a possibilidade de desenvolver a “consciência”. O ponto pretensamente adequado na ótica burguesa, são os ganhos financeiros oriundos de seu “percurso empreendedor”.

Um dos pontos mais intrigantes desse processo é a descaracterização desses caminhos pela via do trabalho, onde a própria palavra “trabalho”/“trabalhador” começa a desaparecer dos documentos oficiais do Sistema ONU, no lugar, aparece o tipo “criativo, empreendedor e inovador”, e isso se articula com as dimensões históricas dos processos de disputa por hegemonia, que embaralha a noção de trabalho e luta de classes.

Além desse ponto, entende-se que esse sujeito criativo, empreendedor, inovador, resiliente, só adquire consciência, quando consegue obter “realização”, se aproximando de uma ideia de maturidade, ou seja, de total apropriação dessa “cultura de inovação”. Um exemplo é a elucidação da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), a partir de um modelo de personalidade:

Figura 9 - Habilidades socioemocionais do ponto de vista da FIESC



Fonte: FIESC¹⁰³

Vai tomando forma a vinculação moral, educativa, de autocontrole, de interesse com a realidade desse novo tipo de trabalhador, que por essa configuração parece não estar sendo explorado, tendo em vista sua capacidade de pensar, articular-se, criar, conhecer, superar limites pessoais etc. Desse caleidoscópio, as dimensões do trabalho são ressignificadas e se complexificam em meio às ramificações e novidades das formas de trabalho, de comunicação, de consumo, de relacionamentos, de questionamentos sobre as identidades etc. Criar uma forma específica de compreender o mundo leva tempo e uma forte base de sustentação de modo que ela adentre, seja inteligível e adquira sentido no tecido social.

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las”, por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. (GRAMSCI, 1995, p. 13-14)

¹⁰³ Indústria e competitividade. N. 13, julho de 2017, p. 38. Disponível em <http://fiesc.com.br/revista>. Acesso em 09/10/2018.

Ser criativo, empreender e inovador se tornou historicamente premissa de vida, nesses termos, em meio aos encadeamentos históricos, políticos e sociais em curso. Para que a o projeto burguês se concretize na realidade, e se expresse nos múltiplos contextos das relações sociais, é necessária uma forte base de apoio, para dirigir aqueles que consentem acerca dos projetos em disputa, e principalmente, dominar os que não consentem. Essa base de apoio tem se forjado nos caminhos contraditórios da história mundial contemporânea, no seio das sucessivas crises de acumulação capitalista, e de seus correspondentes mecanismos de superação:

(...) com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a conseqüente crise do *welfare state*, deu-se um processo de regressão da própria socialdemocracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal. O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. (ANTUNES, 2003, p. 40)

O neoliberalismo configura-se como mais um dos mecanismos de acumulação que integram esse conjunto histórico mesclado entre fordismo/taylorismo/Guerra Fria/reestruturação produtiva. No Brasil e no mundo essa dinâmica de forças, criou e impulsionou medidas desenvolvimentistas ancorados sobre a ênfase da tríade “criatividade, empreendedorismo e inovação”. No Brasil, isso ocorreu a partir dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998, e 1999 a 2002). De acordo com (NEVES, 2004, p. 2), esses governos foram os responsáveis por ajustar as atribuições econômicas (a partir da implementação do Plano Real) e político-ideológicas (direção, organização da coesão, comportamento social) do Estado brasileiro.

De produtor direto de bens e serviços, o Estado passa a ser coordenador de iniciativas privadas, tanto na área econômica como na área social. A privatização se impõe como a principal política estatal. Na área social, a privatização é complementada por políticas de descentralização, fragmentação e focalização. Através de novos e antigos parceiros refuncionalizados, o Estado brasileiro passa a desenvolver uma certa radicalização da democracia com vistas a desenvolver uma nova cidadania, fundada na “responsabilidade social”, ou seja, na aceitação das desigualdades sociais como naturais, da desresponsabilização direta e universal do Estado pela proteção do trabalho e no associativismo prestador de serviços sociais, em lugar do associativismo reivindicativo de direitos sociais da década anterior. A sociedade civil passa a ser concebida como espaço

de ajuda mútua, onde diferentes parceiros contribuem para o bem-estar social. (NEVES, 2004, p. 2)

A ideia de ajuda mútua, de coesão, e de uma “fusão saudável” das instituições públicas e privadas, da responsabilidade social, orienta, nesse momento histórico, a interpretação de que as classes em oposição, podem se conciliar, e que as lutas são de todos e para todos. Há um forte impulso político mundial a favor da ideia de que as lutas de classe não são mais o motor da história, assim como escreveu Marx, no século XIX.

Essa conjuntura nacional se desdobra de forma articulada às dinâmicas que estão ocorrendo simultaneamente em nível mundial. Alguns pontos que interferem e determinam as ações do governo brasileiro, se dá pela 1) ênfase na auto responsabilização sobre a organização individual e social, 2) no íntimo vínculo com o movimento político, econômico e social da mundialização do capital (CHESNAYS, 1996), e do neoliberalismo em níveis globais, 3) se relaciona também ao impulso das atividades voltadas aos serviços, em decorrência do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, 4) corresponde aos rearranjos da produção capitalista nos Estados Unidos e Europa, a partir do dos anos 1970, 5) tem a ver repulsa ao que é “moderno”, instaurando uma nova “condição pós-moderna” (HARVEY, 2012).

Essa nova condição comporta uma carcaça solidária e de comprometimento com a realidade, como se estivéssemos em uma sociedade onde impera a ajuda mútua, o que não corresponde com a realidade, na medida em que a classe capitalista explora a classe trabalhadora, logo, os conflitos são norma desse sistema, não exceção. Como o Brasil conduz essa processualidade histórica, NEVES, (2004) explica que:

O governo Lula se propõe a consolidar a formação do novo homem coletivo indispensável à consolidação desse projeto societário. O Estado intensifica, com todos os instrumentos legais e ideológicos a seu dispor, o papel de educador, ou seja, de instrumento de conformação cognitiva e comportamental do brasileiro ao projeto de sociabilidade burguesa implementado nos governos anteriores. O governo Lula se propõe, portanto, a realizar um pacto nacional, em outros termos, a submissão consentida do conjunto da sociedade às idéias, ideais e práticas da classe que detém a hegemonia política e cultural no Brasil de hoje. (NEVES, 2004, p. 4-5)

O caráter pedagógico dessas ações tem a ver com os processos assumidos pelo Estado, em variados âmbitos, em favor de uma ordem civilizatória e moral concernente aos interesses da classe dominante (GRAMSCI, 2000). Essa dimensão

educativa adentra os governos Dilma Rousseff (2011-2016), e se agudizam após seu processo de Impeachment (2016), sob o domínio do então presidente em exercício, Michel Temer, o qual tem endossado um acirramento reacionário à formação de uma “nova e controlada” sociabilidade, favorável ao desenvolvimento do ser “criativo, empreendedor e inovador”, como sinônimos de “cidadão do bem”, um dos exemplos, foi a criação da Lei Complementar 155/2016, conhecida como “Programa crescer sem medo”, um incentivo aos “pequenos empresários”. Para o presidente, as ações são uma forma de celebrar a capacidade empreendedora do brasileiro. “E nós temos que prestigiar aqueles que são, estes sim campeões nacionais do emprego, são os micro e pequenos empreendedores”, disse Temer, a uma plateia repleta de micro e pequenos empresários.

Na cerimônia no Palácio do Planalto, foram anunciadas três novidades: o novo Portal do Empreendedor, a Semana Nacional do Crédito, que vai movimentar R\$ 9 bilhões, e a ampliação do programa Instituição Amiga do Empreendedor. Atualmente, mais de 98% dos empreendimentos privados brasileiros são pequenas e microempresas, e elas concentram mais da metade dos empregos formais do País. (BRASIL, 2017)¹⁰⁴

A dimensão educadora e moralizante, e do empreendedor sendo aquele que “dá emprego”, logo, ajuda quem precisa, complementa a importância social dessa ação de governo. Nota-se que esse exemplo de ação governamental se conecta com as análises do fim da luta de classes, (GORZ, 1982; OFFE, 1989, 1991; BELL, 1977), cuja produção teórica, oferece bases científicas que auxiliam a estratégia da classe dominante. Esta, em constante luta por hegemonia, procura educar um consenso de que o trabalho assalariado teve seu fim, restando o empreendedorismo como saída “livre” das amarras do capitalismo fabril. Supõem-se, portanto, que o sujeito empreendedor é ousado, inovador, corajoso. A criação burguesa do empreendedor é aquela problematizada por Coan (2011), de que “(...) o empreendedor tem fascínio por obter distinção social, poder e independência, muito embora toda essa motivação, em grande parte, seja ilusória.”

Tanto o dono dos meios de produção, quanto o trabalhador desempregado podem e devem empreender. Nesse aspecto a dimensão moral de que quem

¹⁰⁴ Disponível em <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2017/10/temer-micro-e-pequenos-empresarios-sao-os-campeoes-nacionais-do-emprego>. Acesso em 12/08/2018.

empreende são indivíduos bem-intencionados, que possuem “responsabilidade social”. Estes fatores somados obscurecem a complexidade da disputa de classes no capitalismo atual, e por essa razão, Coan (2011) afirma que a suposta independência empreendedora é ilusória.

Em meio a essas estratégias, entendemos que o tipo “criativo, empreendedor e inovador” foi criado historicamente na arena da luta de classes, e que tudo o que possa destoar dessa premissa, tem adquirido uma característica negativa. A partir da década de 1980, essas transformações específicas do trabalho, da educação, e da forma de ser no mundo, têm sido a tônica de debate dos distintos campos acadêmicos, governamentais, mercadológicos, midiáticos. Esses campos se complementam, se ajustam, ou, se repelem e se contrastam, de acordo com o movimento de forças das classes em disputa, e do seu reflexo nas evidências que despontam no cotidiano social.

Os fundamentos históricos dessa mudança de padrão de sociabilidade têm como base as profundas articulações perpetradas pelas classes dominantes, para aglutinar e conduzir a classe trabalhadora, de acordo com o seu ideal de sociabilidade, mantendo e ampliando as possibilidades de extração de mais valia, no contexto da divisão social do trabalho contemporâneo. As classes médias, que emergem desse processo antinômico entre as classes fundamentais, fazem parte da complexificação dos antagonismos provenientes das disputas por projetos de sociedade assim, podem ser compreendidas como:

(...) pelos que exercem trabalho predominantemente intelectual (não manual), e que essencialmente as distingue da classe operária. E, mais, as classes médias buscam uma clara diferenciação em relação à classe operária também na esfera do consumo, em seu ideário, nos seus valores simbólicos. Em relação às classes burguesas, o imaginário das classes médias frequentemente transita na esfera dos valores da classe dominante. Mas, por serem destituídas dos meios materiais e simbólicos de dominação e da riqueza, vivenciam um cenário em que a oscilação e a incerteza são mais frequentes do que a estabilidade e a ascensão. (ANTUNES, 2018, p. 54)

As classes médias e sua complexidade devem ser entendidas muito além da faixa de renda salarial recebida, mas pela sua constituição histórica, que tanto se aproxima da burguesia, quanto do proletariado. A partir desse entendimento, nota-se que a questão salarial diz respeito à observação aparente da realidade das classes médias, e, de que não há um tipo puro para a sua definição.

As classes médias, além de suas diferenciações e oscilações estruturais típicas, definem-se de forma significativa pelos valores culturais, simbólicos, de consumo. Os seus segmentos mais altos se distinguem da classe média baixa e se aproximam, ao menos no mesmo plano valorativo, das classes proprietárias. Mas, ao contrário, em seus extratos mais baixos, os assalariados de classe média tendem, no plano da objetividade, a se aproximar mais da classe trabalhadora, ainda que sua aspiração possa se dirigir para o topo da pirâmide social. É por isso que a consciência das classes médias aparece frequentemente como consciência de uma não classe, ora mais próxima das classes proprietárias, como ocorre em seus segmentos mais altos, como gestores (de médio e alto escalão), administradores, engenheiros, médicos, advogados, etc., ora mais próxima dos valores, ideários e práticas da classe trabalhadora, quando tomamos seus segmentos mais proletarizados. (ANTUNES, 2018, p. 54)

A complexidade peculiar das classes médias é constituída, em suas raízes, pela própria disputa entre a burguesia e o proletariado, e a multiplicidade que as envolve, que ora tende a se aproximar da classe dominante, ora dos trabalhadores, se constitui em um campo de incertezas, fértil para a ação diretiva capitalista, no sentido de conduzir a ideia de que a sociedade atual não possui seus fundamentos concretos na luta de classes.

Desqualificar esse dado da realidade faz parte da estratégia capitalista, cuja ação, induz a explicações simplistas, ou idealistas sobre as contradições da realidade. Um dos exemplos é o crescente apelo, no qual as classes médias estão integradas, às terapias, procedimentos, cursos, experiências, baseadas em religiões, filosofias e distintas crenças, com destaque para aquelas de origem oriental, como o Yoga e o Budismo, que têm sido, na atualidade, mercantilizadas e ressignificadas como autoajuda, e como “caminho para o sucesso”.¹⁰⁵

Suas ações têm funcionado como base de apoio da burguesia para conduzir efeitos de “acalmar” a ansiedade e angústia em um mundo supostamente incerto, e, ao mesmo tempo, estimular a criatividade, o empreendedorismo, a inovação, a “prosperidade”, e a “abundância”, palavras estas inclusive, largamente utilizadas nos ambientes empresariais, e que estão, notadamente a serviço da formação de um tipo

¹⁰⁵ Estou apontando que tais métodos têm sido usados como base de apoio ao processo de luta pela hegemonia burguesa, em contraste e em desqualificação das contradições da realidade, conduzidas pela exploração dos trabalhadores, para fins de acumulação. Essa reflexão não reprova ou menospreza o Yoga, ou o Budismo em geral, mas somente indica como podem ser utilizadas pelo interesses capitalistas, se apropriando de suas diretrizes, e as utilizando em seu favor, para tornar cada vez menos nítida a sua ação destrutiva no mundo. O apelo pela paz, e pelo “autoconhecimento”, acabam apontando na direção oposta da revolução, e a mudanças radicais da realidade.

de sujeito submetido ao capital. Os cursos e terapias de programação neurolinguística também têm se constituído da mesma forma que as “terapias holísticas”. Com efeito, a inovação, o empreendedorismo são dinamizados nos centros urbanos, entre sujeitos pertencentes das classes médias.

Nesse mesmo contexto, vivenciamos atos sucessivos de intolerância contra aqueles que não se ajustam à essa sociabilidade¹⁰⁶ típica das classes médias, que se ancora em fragmentos da vida social, e ao mesmo tempo se distancia das mediações concretas e históricas que os condicionam. Por isso, entender as mudanças da realidade não é tarefa fácil, porque perpassa pelo processo de luta sobre como conduzir as compreensões do mundo, e nesse sentido, uma dimensão pedagógica, de orientação, transcorre por todo o percurso da luta de classes. A burguesia, enquanto classe dominante estimula, sob o argumento da “objetividade”, a compreensão mecanicista e de jogo de opostos para guiar entendimentos sobre as alterações da realidade, por exemplo: velho x novo; escassez x abundância; competição x compartilhamento etc.

Entretanto, o tema da “mudança” perpassa por distintas análises que precisam ser entendidas mediante fatores múltiplos e complementares: a emergência do setor de serviços; a reestruturação da produção no final dos anos 1970; as diferentes formas de trabalhar; as crises econômicas e suas possíveis “saídas”; a suposta retração do trabalho assalariado, tradicionalmente entendido como oposição ao capital; as alterações de base eletrônica e telemática nas relações de trabalho; a emergência da figura do “criativo, inovador e empreendedor”, no lugar de “trabalhador”; o imperialismo norte-americano, a financeirização da economia, etc. O que diferencia são abordagens metodológicas e os posicionamentos políticos acerca desses processos.

Há autores que partem do viés do movimento histórico, político, social e econômico, e que compreendem que a dinâmica dos movimentos de disputa entre e intraclasses que dinamizam diferentes mecanismos de dominação na atualidade (HARVEY, 2012, PAGOTTO, 2011, ANTUNES, 2009, 2010, 2018, dentre outros).

Em oposição a esta perspectiva, outros autores, sustentam a ideia de que a sociedade contemporânea é revolucionária em relação a outros momentos da história da humanidade, inclusive as terminologias “capitalismo” e “luta de classes” são

¹⁰⁶ Que é instável, justamente em função de compor a complexa e histórica arena da luta de classes. Porém, é inteligível, caso sejam consideradas as mediações concretas que as condicionam.

substituídas por “sociedade do conhecimento”, “identidades”, “o novo” assume a dimensão social predominante e definidora de uma outra sociabilidade, distinta daquelas onde as tecnologias de informação e comunicação não permeavam as relações de trabalho (GORZ, 1987, CASTELLS 1999, LAZZARATO, NEGRI, 2001), suas formas de compreender a realidade serão apresentadas a seguir.

4.1 A MUDANÇA NAS RELAÇÕES SOCIAIS PELO VIÉS DOS “TEÓRICOS DO IMATERIAL”

O trabalho criativo, inovador é trabalho imaterial? O que é então trabalho material? Quais os fundamentos do trabalho na sociedade contemporânea? Vivemos em uma sociedade nova? O que aconteceu com a que a precedeu?

Os “teóricos do imaterial”, conduziram reflexões a esse respeito, em uma corrente teórica que ficou conhecida como “*operaista*”, cujos principais expoentes foram os filósofos Antônio Negri e Maurizio Lazzarato. “Trata-se de uma visão que se intitula “neomarxista”, e que se propõe a explicar uma suposta “hegemonia do trabalho imaterial na passagem da grande indústria ao pós-fordismo” (LAZZARATTO; NEGRI, 2013, p. 7).

Em meio ao movimento dinâmico de produção teórica, que analisa “o novo”, e que pretende inaugurar outra forma de compreender a realidade, é que são buscadas as raízes epistemológicas acerca das relações do trabalho com a criatividade, o empreendedorismo e a inovação.

A “teoria do imaterial” construída pelo “operaismo italiano” desenvolveu intensa produção nas décadas de 1950 e 1970, e teve grande envolvimento político nos movimentos sociais nesse período. Seus argumentos se ancoram na ideia de que, na contemporaneidade, ocorre a substituição das bases produtivas, materiais (uso de recursos naturais, consumo, dinheiro) para uma nova base imateriais, (conhecimento, saber, inteligência).

A centralidade do trabalho imaterial diz respeito ao fato de suas atividades materiais, (de manipulação e transformação da natureza) dependerem de seus elementos cognitivos, linguísticos e afetivos (de manipulação dos símbolos). Ou seja, o trabalho material passa a depender do imaterial, onde o imaterial diz respeito à subjetividade: conhecimento, comunicação, afetos. (LAZZARATTO, NEGRI, 2013, p. 10)

Alguns estudos (GORZ, 1987, SCHAFF, 1993, OFFE, 1991, 1984, dentre outros) concluem que o trabalho não está mais no centro das reivindicações políticas, sociais e econômicas, como foi no período da Revolução Industrial. Para esses autores, os movimentos sociais alusivos à relação capital/trabalho têm vínculos diretos com as condições de vida de todos os trabalhadores, entretanto, com a complexificação da realidade contemporânea, outras formas de opressão foram sendo percebidas, e, por consequência, transformadas em reivindicações, que se expandiram para além da relação capital/trabalho. Em consonância com os teóricos do imaterial, Alain Touraine e André Gorz, pautados nos princípios da definição de uma nova sociedade, e com a ideia do fim do trabalho como centralidade das reivindicações sociais, concordam que “Os problemas do trabalho não desaparecem, mas são englobados num conjunto mais amplo. Enquanto tais, eles deixam de representar um papel central. É inútil procurar indícios de uma renovação revolucionária propriamente operária” (TOURAINÉ, 1983, p. 10).

Para esse autor, há uma divisão na história, entre uma sociedade industrial moderna, regida pelo trabalho, e onde as reivindicações se davam em torno da sobrevivência material. Na atualidade, em sua análise, temos outro momento, onde não há opositores, nem tampouco projetos de mudança radical da realidade, mas sim, pessoas lutando de forma difusa. É nessa esfera que vai se consolidando o tipo “criativo, empreendedor e inovador”.

Torna-se, portanto, cada vez mais difícil definir as forças de oposição como portadoras de um novo poder: a oposição deve se definir como tal, sem trazer em si mesma um modelo de sociedade e o gérmen de um novo Estado. A classe popular não pode mais ser identificada como um novo tipo de dirigente. Descobrimos que os conflitos de classe não representam mais os instrumentos de mudanças históricas. O que explica que tenhamos encontrado mais forças de resistência e de defesa do que uma capacidade de contra-ofensiva, mais uma situação conflitual do que conflitos. (TOURAINÉ, 1983, p. 15)

Na mesma linha de pensamento, estes autores anunciam a necessidade de convocação de novas bases de compreensão do mundo. Nos Estados Unidos, Daniel Bell destaca o crescimento da sociedade de serviços em substituição ao modelo de produção industrial. Na Alemanha, a teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas, preconiza a substituição das relações de trabalho capitalistas com base na exploração, por uma ação comunicativa tendo como foco a linguagem.

Nota-se que é um momento na história no qual despontam ideias, análises e diagnósticos sobre a realidade que direcionam para uma “nova sociedade”, contendo aspectos diferentes da sociedade marcada pela produção fabril, sendo agora, em suas perspectivas, caracterizadas por dimensões intangíveis, como os símbolos, as experiências, as relações virtuais/on-line, e, portanto, fundando as bases para novas reivindicações, com ênfase no conhecimento, no aspecto imaterial, sensitivo da realidade, na criatividade, cujas expressões foram impedidas de fluírem livremente por conta do “domínio capitalista fabril/material”.

Os teóricos do imaterial consideram que o trabalho imaterial é a centralidade da sociedade capitalista contemporânea, nomeada de “pós-fordista”, ou de “capitalismo cognitivo”, essa fase significa a que “a centralidade do trabalho imaterial aparece aqui como um devir virtuoso, ou seja, público e comunicativo, do “trabalho vivo” (TOURAINÉ, 1983, p. 8)”. “Na medida em que o trabalho se torna imaterial e o capital mobiliza a subjetividade, é a própria vida como um todo que é posta para trabalhar. Tempo de vida e de trabalho se misturam na circulação de afetos, informações e conhecimento” (TOURAINÉ, 1983. p. 13).

O conhecimento, os afetos, as informações são convocados, nesse contexto, a assumir a vanguarda das relações de produção, de onde ressoam hipotéticas expectativas, semelhantes ao um convívio comunitário, profícuo e vantajoso para todos. É notável o apagamento das lutas de classe e da relação capital/trabalho a partir desse suposto fluxo descontínuo e de forma supostamente solta, como se não houvesse disputas em meio a essas dimensões. Nesse sentido, os teóricos do imaterial identificam que existem conexões internas e externas ao capital. As internas dizem respeito diretamente às relações capital/trabalho, e as externas, seriam outras, que escapam a essa lógica. “O capitalismo precisa “se revolucionar” continuamente para capturar processos de subjetivação que lhe são cada vez mais externos, que ele não consegue mais internalizar e manter dentro do chão da fábrica e de sua relação salarial” (COCCO, 2001, p. 10).

O capital, destituído das relações histórico sociais, entendido como uma entidade isolada estaria, na visão desses autores, em luta com os “processos de subjetivação” que, por sua vez, aparecem como independentes dele.

A análise de Lazzaroto e Neri tem como foco a caracterização de algumas profissões específicas, onde os meios de produção são mobilizados em grande medida pela criação. O Design, por exemplo: o profissional desse campo cria formas

específicas, como modelos de carros e celulares, para serem vendidos, para isso, em seu ofício, o designer utiliza instrumentos de identificação do gosto do público que os consome, ou pode vir a consumir esses produtos, dessa forma, ele pesquisa sobre as sensações humanas, as tendências, a conexão da estética e dos símbolos em meio às relações sociais, e os traduz, por exemplo, em linhas retas ou curvas, dependendo deste “gosto”, que sempre é mutável, justamente criado, porque é humano e histórico. Esses autores afirmam que essa é a nova maneira de produzir, ou seja, identificando o “intangível”, o “subjetivo”, sendo uma forma “irreversível” e insistentemente recomendável para todos os tipos de trabalho existentes hoje.

No contexto destas discussões, Cocco (2013) evidencia os sujeitos dessa suposta nova forma de produzir, que é uma nova classe média, entendida por ele como um novo “aglomerado social” sem história, mostra também que a mudança das relações de trabalho, do assalariamento para a prestação de serviços, provoca outra relação com as coisas, que se tornam não só de “uso”, mas investimento, de compartilhamento, de “redes”.

Os serviços e os territórios que suas redes desenham tornam-se os espaços desse novo tipo de produção, cuja produtividade não depende mais (apenas) da eficiência do agenciamento fabril (ou seja, da composição orgânica do capital fixo e variável e sua relação salarial), mas da geração (no sentido mesmo da geração da vida) de outro tipo de capital, aquilo que é chamado de capital humano, intelectual ou social. (COCCO, 2013, p.13)

Os trabalhadores são mostrados em Cocco, e também em Lazzarato, Negri e Gorz, como sujeitos livres de exploração e naturalmente hábeis para criar, dispendo de sua criatividade inata, subjetiva, sendo repletos de habilidades para “ler” as inúmeras situações do cotidiano, e transcrevê-la de forma “adequada”, integrada em meio à comunicação, e às trocas de experiências. Quando o trabalho é fundamentalmente produção de subjetividade, a luta e a produção tendem a coincidir e nos levam para horizontes abertos possíveis, da constituição do comum. (COCCO, 2013, p. 29).

Essa força atribuída na pretensa livre capacidade da construção do que seria comum, é contraditória porque ao mesmo tempo em que polariza os trabalhadores, sugere uma mescla de “redes”, “territórios”, em nome da produção compartilhada.

(...) o ciclo do trabalho imaterial é pré-construído por uma força de trabalho social e autônoma, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa. Nenhuma organização científica do

trabalho pode predeterminar essa capacidade e a capacidade produtiva social. (COCCO, 2013, p. 50)

Nessa perspectiva, os teóricos do imaterial fazem alusão à autonomia do trabalhador, nas poucas vezes em que o termo “força de trabalho” aparece em suas reflexões. Esse tipo de abordagem serve como fundamento para a formação do tipo “criativo, empreendedor e inovador” em função de que ele aparentemente não está subordinado a nada nem a ninguém. Supõem-se que, ele pode agir, empreender, a despeito de suas condições materiais e históricas, sempre em movimento, um típico “cidadão contemporâneo do bem”.

Em relação a essas questões, os autores afirmam que “esse trabalhador qualificado” é um status que todos os sujeitos podem adquirir, mesmo o trabalhador precário. Os autores reconhecem a desigualdade, contudo, a entendem com uma metodologia oposta à totalidade histórica, sendo assim, a precariedade do trabalho pode ser considerada uma eventualidade.

Podemos dizer que o operário qualificado o “modelo comunicacional” já está determinado, constituído, e que suas potencialidades estão já definidas; enquanto que no jovem operário, no trabalho precário, no jovem desocupado, trata-se ainda de pura virtualidade, de uma capacidade inda indeterminada, mas que já contém todas as características da subjetividade produtiva pós-industrial. A virtualidade dessa capacidade não é vazia nem histórica. Trata-se, ao contrário, de uma abertura de uma potencialidade que tem como pressupostos e como origens históricas “a luta contra o trabalho” do operário fordista e, mais recentemente, os processos de socialização, a formação e a autovalorização cultural. (COCCO, 2013, p. 49-50)

A capacidade inata, da qual afirmam esses teóricos, ao mesmo tempo em que responsabilizam cada sujeito pela sua condição social, também líquida, e simplifica a história da “luta contra o trabalho”, redefinindo uma nova configuração de expropriação dos trabalhadores:

O trabalho imaterial produz acima de tudo uma relação social (uma relação de inovação, de produção, de consumo), e somente na presença dessa reprodução a sua atividade tem um valor econômico. Essa atividade mostra imediatamente aquilo que a produção material “escondia” – vale dizer que o trabalho não produz somente mercadorias, mas acima de tudo a relação de capital. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 67)

Nesse ponto, os teóricos do imaterial elogiam o capitalismo contemporâneo, e mostram que a centralidade de todos os seus processos reside no trabalho imaterial, e que a subjetividade é transformada em criação, e não na mera reprodução das

relações mercantis, como analisaram os teóricos da Escola de Frankfurt, tornando-se assim, produtiva, “porque em nossa sociedade pós-industrial o seu objetivo é construir o consumidor/comunicador. E construí-lo “ativo” (Id.).

A subjetividade, para Lazzarato e Negri (2001, p. 79), tem um duplo caráter, é constituída e constituinte da realidade, em suas concepções, seus desdobramentos colocam em questão a exploração, porque o ciclo do trabalho imaterial é em si, o conjunto das relações sociais dotadas de sentido, em um ciclo virtuoso de cooperação entre “autor-obra-público”.

Essa cooperação não pode em nenhum caso, ser predeterminada pelo econômico, porque se trata da própria vida da sociedade. O econômico pode somente apropriar-se das formas e dos produtos dessa cooperação, normatizá-los e padronizá-los (...). Ao econômico não resta senão a possibilidade de gerir e regular a atividade do trabalho imaterial e de criar os dispositivos de controle e de criação do público/consumidor através do controle da tecnologia da comunicação e da informação e dos seus processos organizativos. (LAZZARATO; NEGRI, 2001, p. 72)

A ênfase na capacidade de produção criativa individual e socializada se sobressai e não se conecta às relações econômicas, exceto nas considerações colocadas acima. Na concepção de Negri e Lazzarato (2001), a criatividade não é um atributo somente individual, ou “patrimônio das classes superiores” (p. 72), mas antes de tudo, relação, potencialidade, compartilhamento.

André Gorz (2005), em concordância com essa esfera de pensamento, fez análises importantes sobre esse assunto, e nos mostra as bases da ideia de que o conhecimento é uma “entidade” capaz de congrega pessoas e superar formas destrutivas criadas pelo que o autor chama de “capitalismo monetário ou econômico” (GORZ, 2005), e construir novas bases de relações e produção sob a égide do “capitalismo cognitivo”, no qual o autor vislumbra a possibilidade de compartilhamento dos nossos componentes naturais de inteligência e sabedoria, sem, contudo revolucionar o capitalismo e suas formas elementares.

Suas reflexões são relevantes para esta pesquisa, porque também se dedicam a debater as mudanças de um tipo de sociedade para outro, e em suas investigações, assim como em Cocco, Lazzarato e Negri, aparece diretamente o vínculo entre as mudanças e as capacidades individuais e criativas, rumo a uma nova organização social. Ao mesmo tempo, sugere o compartilhamento, a gratuidade e o livre fluxo de ideias/projetos.

4.2 ANDRÉ GORZ E O DEBATE SOBRE A IMATERIALIDADE DO CONHECIMENTO

André Gorz (1923-2007) foi um filósofo e sociólogo que teve forte influência de Marx (1818-1883) e Sartre (1905-1980) em suas obras; e suas reflexões inspiraram as manifestações de maio de 1968 na França. A partir dessa época, Gorz começa a se interessar pelas transformações do trabalho, e, de acordo com suas análises, estamos “saindo da sociedade do trabalho assalariado” (GORZ, 1995).

As perspectivas de Gorz são relevantes para entendermos as mudanças nas relações de trabalho a partir da década de 1970, e a formação do sujeito “criativo, empreendedor e inovador”. Em seu entendimento, a possibilidade de revolucionar o capital se tornou nula, em função de que o próprio capitalismo englobou os proletários em seu processo de acumulação, aliado ao desenvolvimento tecnológico, à complexificação dos setores de serviços, e ao vertiginoso crescimento das profissões liberais. Em meio à ampliação das possibilidades de qualificação profissional, Gorz vislumbra uma outra sociedade, de indivíduos livres e cooperados.

Gorz discute esse assunto na obra “Adeus ao Proletariado” (GORZ, 1982), e amplia suas ideias em “Miséria do Presente, Riqueza do Possível” (GORZ, 1997), quanto à possibilidade de desvincularmos de um capitalismo que nos contamina e nos segrega.

Com o livro “O Imaterial – conhecimento, valor e capital” (GORZ, 2005), o autor analisa o conhecimento em confronto direto com o “capitalismo econômico” que, em sua visão, cerceia as possibilidades humanas, e atrapalha o desenvolvimento o seu livre desenvolvimento. Em sua concepção quando mais se dissemina o conhecimento

(...) mais útil ele é à sociedade. Seu valor mercantil, ao contrário, diminui com a sua propagação e tende a zero: o conhecimento torna-se um bem comum acessível a todos. Uma autêntica economia do conhecimento corresponderia a um comunismo do saber no qual deixam de ser necessárias as relações monetárias e as de troca. (GORZ, 2005, p. 10)

Nesta perspectiva, o conhecimento é um recurso fundamental para a construção de uma nova sociedade fundamentada em outras relações, diferentes das relações capital/trabalho, cujas bases se fundam na propriedade privada e na luta de classes.

Na concepção de Gorz (2005), o enfoque se dá na conduta disruptiva do atributo natural do conhecimento, como recurso infinito, suficientemente potente ao

ponto de arquitetar um novo ordenamento social, capaz de abrir diferentes caminhos para a humanidade. As capacidades de conhecimento dos indivíduos suplantam, para Gorz, todas as relações de sujeição engendradas pelo “capitalismo econômico”, o qual relaciona à forma de pensar a realidade a partir de Marx. Há uma supervalorização do indivíduo e do conhecimento, naturalmente robusto, e capaz de mobilizar novos nexos sociais nunca antes experimentados, pela via do compartilhamento.

O conhecimento, que, graças ao livre desenvolvimento dos homens, com todas as suas qualidades insubstituíveis, e não graças à sua instrumentalização e dominação, tornou-se a principal força produtiva, deveria abrir caminho para “uma nova era” que precisa de novas formas de estruturas sociais, culturais e éticas. (GORZ, 2005, p. 12)

Ainda que o capitalismo tenha exercido sua dominação sobre os sujeitos, o conhecimento “venceu” esse controle, na visão do autor, e tornou-se a principal força produtiva, capaz de “inaugurar uma nova era.

Nesse horizonte, o autor considera que já houve “controle, domínio” entre burguesia e proletariado. Ao mencionar que o conhecimento venceu a batalha contra o “controle”, ele também anuncia uma nova sociedade com potencialidades múltiplas, onde por meio deste mesmo conhecimento, foi possível criar ferramentas tecnológicas que permitissem o desenvolvimento do trabalho, de modo que o próprio indivíduo pudesse se autocontrolar, e ser empreendedor de si mesmo, de seu tempo de trabalho e do seu lazer.

Na visão de Gorz, é preciso que o conjunto da sociedade compreenda esse movimento, e o dissemine em relação aos aspectos do “novo paradigma contemporâneo”, ou “o novo capitalismo”, onde não basta somente comparar momentos históricos diferentes, é preciso ir além dessa na visão. Cocco (2013), em consonância com Gorz, explica como devemos entender esse “novo paradigma”:

Uma das formas mais fracas e indigentes de apreender a mudança de paradigma é a de se fazer a oposição entre analógico e digital, como se houvesse um capitalismo analógico atrasado e um digital, mais avançado e mais “legal”, “fofo”. Na realidade, não há dois capitalisms, mas só um, e o modo de funcionamento do capitalismo contemporâneo se faz pelas redes e pelo digital, inclusive quando estamos em situações tradicionais. A contradição não opõe dois capitalisms, mas atravessa o novo capitalismo. (COCCO, 2013, p. 11)

Desta forma, tanto Cocco quanto Gorz enaltecem uma nova forma de capitalismo, e ao mesmo tempo indicam a forma adequada de entendê-lo, distanciando-se de sua forma tradicional.

Suas leis de movimento dizem respeito a relações só concebíveis algebricamente e que são indiferentes à realidade empírica, aos objetos materiais de produção. O cálculo simbólico, a que tudo domina, desvinculado da experiência sensível torna-se uma desqualificação do mundo da vida que se infiltra no próprio mundo da vida. O conceito de “valor” e as “relações de valor” que a tudo dominam são inacessíveis ao pensamento contemplativo. (Gorz, 2005, p. 85)

A submissão e o apequenamento das capacidades humanas provocadas pelo que Gorz chama de “relações de valor”, submetem as pessoas “ao poder de máquinas pensantes e ao dos pensamentos maquinais” (p. 85). Nestas condições, a grandiosidade do conhecimento se enclausura no “fetichismo do dinheiro e da mercadoria e a monetarização da vida”, e limitam as potencialidades reflexivas dos seres humanos.

Neste horizonte, a fluidez de pensamentos e a pulsão criativa são impossibilidades, em meio a determinações inexoravelmente contrárias ao fomento das capacidades intelectivas da humanidade, cuja obstrução, através do domínio e do cálculo, dificulta os caminhos das formas mais intuitivas de saber, como um dos elementos constitutivos do conhecimento.

O “capital cognitivo”, ou a nova versão atualizada de capitalismo, desembaraça essa trama, e seu resultado é o conhecimento que valida corretamente a forma de entender e agir na realidade, já que ele é “resultado de um aprendizado social”. Essa abordagem, segundo o autor, não é individualizante, em face de que o sujeito é quem porta o saber e a inteligência, e o conhecimento se traduz e dá sentido nos processos de socialização. “O conhecimento é o resultado de um aprendizado social, pois que ele é antes de tudo conhecimento das determinações socialmente constituídas que servirão para fundar uma inteligência socialmente validada do real”. (GORZ, 2005, p. 79)

O conhecimento, nessa perspectiva, ao irromper como potencialidade no “novo paradigma” social, condensa o saber e a inteligência de uma forma “corrigida, adequada”, ampliando as possibilidades de criação de uma pretensa sociedade nova, fundamentada em outras bases, diferentes daquela dominada pelo “capitalismo econômico”, que, de acordo com Gorz (2005), com suas máquinas, técnicas e organização social, corrompeu essas capacidades e as desarticulou.

A tecnociência produziu um mundo que ultrapassa, contraria, viola o corpo humano pelas condutas que exige, pela aceleração e pela intensificação das reações que solicita. A contradição entre os saberes e as necessidades corporais, de um lado, e as “necessidades” da megamáquina tecno-econômica, de outro, tornou-se patológica. (GORZ, 2005, p. 82)

A anomalia social alertada por Gorz indica uma visão funcionalista das relações sociais, onde a identificação da doença do organismo social seriam as relações balizadas pelo mercado, assim, a cura e o desembaraço para o pleno funcionamento social, significam a sua desvinculação, pelo antídoto das “relações de saber”. “Relações de saber e produção de saber apontam a saída para escapar às relações mercantis e à sociedade da mercadoria desde que possam se desenvolver livremente sem o constrangimento da valorização”. (GORZ, 2005, p. 68)

As relações de saber seriam um amálgama proposto por Gorz, que culminaria em uma nova “qualidade da vida”, entendendo-a de maneira universal, cujo movimento escaparia das amarras da “valorização”, abrindo espaço para múltiplas dimensões do agir e do sentir humano.

A qualidade de uma cultura e de uma civilização depende do equilíbrio dinâmico que elas conseguem criar entre os saberes intuitivos do mundo vivido e o desenvolvimento dos conhecimentos. Essa qualidade depende da sinergia, da retroação positiva que se instaura entre o desenvolvimento dos conhecimentos e dos saberes vividos. Ela depende também da capacidade que terá o desenvolvimento dos conhecimentos para aumentar a qualidade do mundo vivido, a “qualidade da vida”. Ela depende de um ambiente social e natural que demande a satisfação das nossas faculdades pela riqueza de suas formas, de suas cores, de seus sons, de suas matérias, por sua organização especial, pela concepção das habitações e dos instrumentos, pela facilidade e pela multilateralidade das trocas e das comunicações, pelos modos de cooperação. (GORZ, 2005, p. 80)

É nestes termos que Gorz compreende uma “nova economia”, ancorada na abundância, e no compartilhamento das “riquezas humanas” de uma forma “correta”, de modo que possam ser capazes de se deslocarem do domínio e acumulação desmedidos. Embora haja a “diminuição dos lucros e do valor monetário da riqueza”, essa “doença” aparece amenizada, sensibilizada, e, notadamente remodelada, contudo, não abolida e superada.

Por essa razão, os nexos apontados por Gorz não sugerem uma nova sociedade em sentido revolucionário, mas indicam uma evolução, ou seja, um refinamento das próprias relações sociais e de produção capitalistas, tendo como

base a atenção para os aspectos sensoriais, cognitivos e afetivos, historicamente reclamados pelos trabalhadores.

O conhecimento abre então uma perspectiva de uma evolução da economia em direção à *economia da abundância*; o que quer dizer, igualmente, em direção a uma economia em que a produção, requerendo cada vez menos trabalho imediato, distribui cada vez menos os meios de pagamento. O valor (de troca) dos produtos tende a diminuir e a causar, cedo ou tarde, a diminuição do valor monetário da riqueza total produzida, assim como a diminuição do volume de lucros. A economia da abundância tende ser por si só a uma economia da gratuidade; tende a formas de produção, de cooperação, de trocas e de consumo fundadas na reciprocidade e na partilha, assim como em novas moedas. O “capitalismo cognitivo” é a crise do capitalismo em seu sentido mais estrito. (GORZ, 2005, p. 37)

A concepção de autonomia e pujança do conhecimento sugestiona seu ímpeto “abstraído de seu suporte material e humano, multiplicado quase sem custos na forma de software (...) (GORZ, 2005, p. 10)”. Todavia, como pode o próprio conhecimento por meio dos softwares, intentar uma luta por outro mundo?

Quem coordena esse novo mundo com finalidades tão humanitárias, que percebe e se ocupa em engendrar novas relações com base nos sentimentos mais reivindicados pelos trabalhadores no contexto da história do capitalismo?

Gorz aponta que estes sujeitos mesmos, os trabalhadores, é quem são os responsáveis por abrir os caminhos desse novo mundo, no sentido do progresso, entretanto não são quaisquer trabalhadores, e sim um tipo específico deles, chamado de “dissidentes do capitalismo digital”. “Trata-se aqui de uma dissidência social e cultural que reivindica abertamente uma outra concepção da economia e da sociedade”. (GORZ, 2005, p. 63).

Gorz enfatiza o “capital humano” como autor potencial da superação do capitalismo para outra economia, porém há uma condição: ele deve desejar se emancipar do capital, curar-se “deste desvio” que obstrui as vias de criação e compartilhamento, em função de seu caráter centralizado no lucro. Nota-se como é presente a ideia de que desqualificação das lutas que travadas ao longo da história do capitalismo, e da formação de um tipo de trabalhador unilateral, ainda que crítico, com formação universitária, e comprometido com os “problemas sociais”. “Esse proletariado, diferente daquele das sociedades industriais, compreende uma forte proporção de dissidentes, que diplomados pelo ensino superior, tem uma atitude

crítica em face do “capitalismo digital” e de seu culto “sempre mais, sempre mais rápido”. (GORZ, 2005, p. 64)

Gorz explica que o “capitalismo digital”, balizado pela “revolução digital”, ocorrida em meados da década de 1990 possibilitou o acesso à internet, mas, deu continuidade a uma lógica doentia, pois se dedicava a reorganizar o mercado financeiro,

(...) havia consistido essencialmente em aliviar as estruturas produtivas e os fatores de produção: a organização, o aparelho de gestão e de administração, o capital fixo, os efetivos, os custos salariais diretos e indiretos, e os custos de comercialização. (Id., p. 40).

Na compreensão de Gorz, o fordismo controlou a mente dos trabalhadores, suprimindo a expressão e expansão das habilidades humanas no trabalho a partir do controle dos trabalhadores. Em oposição,

Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais, etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernacular que a empresa pós-fordista põe para trabalhar, e explora. (GORZ, 2005, p. 19)

Dessa forma, o autor enfatiza o lugar do “não trabalho”, como potência humana, e sugere, que é nesse contexto, supostamente mais prazeroso, cultural, e dotado de sentido, que o trabalho imaterial se desenvolve.

Daí o papel dos intelectuais orgânicos do capital, cuja ação não se dá na imediaticidade, no embate direto, ou pessoal, mas na apropriação dos mecanismos mediadores em disputa pela hegemonia, como entender e captar no âmbito da vida cotidiana, “as paixões das massas”, ir decifrando as dimensões objetivas e subjetivas. É nesse âmbito que o ser criativo, empreendedor e inovador, com toda a sua carga ideológica benevolente desponta como atitude ético-política a ser seguida.

A receita proposta por Gorz, não é direcionada à classe dominante, mas, principalmente aos trabalhadores, a um novo jeito de ser, de se comportar no mundo, e, sobretudo de se conectar com outros “dissidentes”, em torno de uma ação em comum. Espera-se que constitua uma nova estética que defina a classe trabalhadora como uma comunidade de ajuda mútua, ampla, expansiva, erigindo uma nova cultura, com base nas capacidades de inovar, de criar e de concretizar ações individuais e,

também, coletivas, contrariando o conhecimento e convívios parcelados e revolucionários. Em consequência, aparece “o advento do auto-empresendedor”.

A pessoa deve para si mesma, tornar-se uma empresa, ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente ser reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma, constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa *que ela é*. Em suma, o regime salarial deve ser abolido. (GORZ, 2005, p. 23)

O responsável por mobilizar essa “nova racionalidade”, para Gorz (2005), são os indivíduos, que devem colocar em prática, um conjunto de habilidades, e formas de uso do “conhecimento” para manter sua própria vida. A esse conjunto de atribuições, Gorz (2005), atribui o nome de “capital humano”. Os limites dessa mobilização, para o autor, estão no desejo de emancipação do capital, onde o sujeito empreendedor seria o expoente de mudança, já que não concorre com ninguém, é dono do seu próprio negócio, ou projeto de negócio (GORZ, 2005).

As percepções sobre a autonomia das habilidades e do conhecimento em relação às contradições da realidade, são marcas da forma de analisar a realidade, por parte dos teóricos do imaterial. Entretanto, há uma outra forma de entender as transformações do trabalho, integrando-as nas dinâmicas das lutas de classe, ao longo da história.

4.3 CRÍTICOS DOS TEÓRICOS DO IMATERIAL

Selecionamos alguns autores críticos da teoria do imaterial, cujas reflexões se pautam no acirramento histórico das classes em disputa, suas dinâmicas e mudanças de direção. A intenção desses autores não é a de anunciar novidades ou orientar novos comportamentos para supostas novas realidades, mas sim problematizar suas mediações, diferentes da teoria do imaterial, que assumem para si o atributo de disseminadora de novas condições de vida, na esfera da pretensa “pós-modernidade”, do “pós-fordismo”, do “pós-trabalho” etc.

Nossa análise estará comprometida então, com a premissa de que sob o discurso científico, legitima-se mais um momento da ofensiva conservadora do capital condensada sob formas renovadas de organização, gestão e materialização das relações sociais nas tecnologias (ou nas coisas). Tais discursos não apenas interpretam as

mudanças, mas são, ao mesmo tempo, articuladores dessa mesma realidade ou da própria cena histórica. (PAGOTTO, 2013, p. 44)

Sob o crivo científico, os intelectuais orgânicos do capital, dos quais os teóricos do imaterial fazem parte, integram uma forte base de apoio ao projeto de sociabilidade da classe dominante. Um dos pontos centrais desse posicionamento, é o apontamento da diferença e segmentação entre produção material e imaterial. Na tentativa de entender as razões pelas quais, os teóricos do imaterial mobilizaram essa dicotomia, os críticos asseveram:

Na realidade concreta, não existem linhas rigorosas de demarcação que permitem a distinção completa entre trabalho material e trabalho imaterial. No trabalho imaterial há fragmentos de trabalho material: podemos tomar como exemplo um professor que, na sua atividade imaterial, consome instrumentos materiais, tais como giz, livros, anotações para gerar o resultado informacional de sua aula. Por outro lado, o trabalho material abarca, em diferentes níveis, excertos de trabalho imaterial: todo trabalho necessita da intervenção intelectual do trabalhador direto, imprimindo no objeto de trabalho a mediação de sua vontade e atenção voltadas à finalidade do processo. (SANTOS, 2013, p. 15)

Não é possível fragmentar a realidade, nem tampouco aplicar receituários que escapem da dinâmica real e contraditória das relações humanas sob o modo de produção capitalista. A totalidade da produção, consubstanciada em suas bases produtivas, são cíclicas, acumulativas e intercambiáveis, por essa razão “o novo” sujeito criativo, empreendedor e inovador que deve colaborar, interagir, ser resiliente etc., contém em si, ainda que ocultas as determinações das disputas de classe. Nesse percurso de pensamento, concordamos com Marx sobre o conceito de base produtiva, e de sua indissociabilidade entre meios de produção materiais e imateriais, onde há vínculos intrínsecos com as relações naturais e sociais dos indivíduos.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social -, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação, ou uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “base produtiva” -, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a história da humanidade deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (MARX, ENGELS, 2007, p. 34)

A cooperação humana, portanto, se desdobra em meio a diferentes fases complementares, e não se trata de algo novo ou velho, mas do próprio movimento humano. Ao transformar a natureza para a satisfação de suas necessidades, que vão “do estômago à fantasia” os seres humanos se articulam e produzem assim, a própria história. As ferramentas, ou meios de produção são parte da capacidade cognitiva e ativa dos seres humanos, a práxis humana, onde o pensamento e a ação vão sendo gradativamente acoplados, gerando novas e cada vez mais complexas relações.

Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção, e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta assim, uma “história”, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que mantenham os homens unidos. (MARX, ENGELS, 2007, p. 34)

Marx e Engels observam que não é algo externo que fará com que os sujeitos se unam, dado que a naturalidade humana comporta essa premissa relacional, balizada pelas necessidades, que se expressa pelo trabalho, cujo desenvolvimento impulsiona novas formas de se apropriar e entender a natureza. Essas formas são atreladas às precedentes, sem as quais não seria possível dar prosseguimento à história humana.

Contudo, os teóricos do imaterial apelam pela necessidade de renovadas concepções de sobrevivência, e, acima de tudo, afirmam a existência de dimensões internas e externas ao capitalismo (GORZ, 2005). Essa nova configuração está em frontal oposição à teoria de Marx a respeito do capitalismo, da extração de mais valia e, portanto, a teoria do valor de Marx, que para os teóricos do imaterial, seria insuficiente para interpretar o fluxo de produção intangível produzida na contemporaneidade.

[...] há nesses escritos uma nova proposta teórica e metodológica, bem como uma revisão crítica de diversos elementos da teoria marxiana, interpretada como uma teoria do capitalismo fabril, incapaz de compreender a dinâmica do trabalho imaterial e o ciclo da produção imaterial. (SANTOS, 2013, p. 12)

Os teóricos do imaterial disseminam a ideia de que a teoria de Marx não é capaz de mensurar a produção imaterial, em decorrência de sua interpretação “quantitativista” da realidade. Santos (2013) considera este um “pseudoproblema”, já que a teoria de Marx, como uma teoria social, que rompe com a Economia política clássica de Smith e Ricardo, é capaz de servir como fundamento para compreender a

realidade contemporânea, justamente por entender que a produção é uma relação, não um cálculo matemático desconectado da realidade, ou que tende a favorecer à exploração de uma classe sobre a outra.

Ao dizermos que, como valores, as mercadorias são trabalho humano cristalizado, nossa análise as reduz a uma abstração, a valor, mas não lhes dá forma para esse valor, distinta de sua forma física. A questão muda quando se trata da relação de valor entre duas mercadorias. Aí a condição de valor de uma se revela na própria relação que estabelece com a outra. (MARX, 2008, p. 72)

Trata-se de trabalho humano abstrato, que pode ser convertido em valor, onde os resultados, ou as mercadorias são somente a sua manifestação fenomênica, ou trabalho concreto. É nesse ponto que os teóricos do imaterial se focam, porém, para o capital, não importa a peculiaridade do setor produtivo, conquanto ele produza valor. Nesse sentido, “(...) o trabalho do tecelão, ao tecer valor, não possui nenhuma característica que o diferencie do trabalho do alfaiate, sendo, portanto, trabalho humano abstrato” (MARX, 2008, p. 72). O trabalhador que produz um espetáculo de dança, um software, aplicativos ou games, não diferem em nada daqueles que trabalham nas fábricas de móveis, de confecções, ou na produção de telhas e tijolos nas olarias do nordeste brasileiro.

Independentemente da natureza tangível ou não do produto produzido pelos trabalhadores, sob a lógica do capital, estarão submetidos ao trabalho produtivo, que é aquele que produz mais valia, que por seu caráter histórico, se altera e se reinventa. Por exemplo, a extração de valor no interior das fábricas, é diferente da que é imposta a um trabalhador no setor de serviços. Marx explica dois tipos diferentes e relacionados de mais-valia:

Chamo de mais valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho. (MARX, 2008, p. 366)

As dimensões da extração de mais valia se tornam cada vez mais obscuras, dependendo da forma como as forças em disputa estão posicionadas no exercício da hegemonia, e por isso esse mecanismo de exploração ora se torna mais evidente, ora se torna mais oculto na vida cotidiana. O método analítico de Marx nos ajuda a desvelar essas oscilações, e compreendê-las em seu movimento, para além de suas formas fenomênicas. Marx, ao mencionar a forma quantitativista com que os

mercantilistas interpretavam as suas relações comerciais (MARX, 2008), explica que seus entendimentos ficavam limitados aos preços, e na forma de dinheiro, assumida pela mercadoria no processo de troca. Assim, mostra que, essa é uma forma parcial de compreender o valor, que tem a mercadoria e as trocas como somente um momento dessa complexa relação. A integração das relações no exercício da hegemonia confunde aqueles que investigam a realidade somente a partir de fenômenos, como fazem os teóricos do imaterial, tendo em vista que ocorre a simultaneidade dos processos, onde “[...] a forma simples de valor da mercadoria é também a forma mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma do valor” (MARX, 2008, p. 83).

Os receituários sobre como ser, como viver em meio às novidades de uma era supostamente diferente, exercem forte influência em múltiplos âmbitos da vida prática/sensorial. Como consequência, se torna um guia articulado, inteligível e aprazível, diante das “crises” e “incertezas” do mundo atual, conduzindo a uma espécie de fetiche em torno do “intangível” (conhecimento, inteligência, saber, criatividade), como se tivessem vida própria, para além das relações humanas concretas. O intangível é o que parece balizar a vida humana, para os teóricos do imaterial, e, principalmente, se relacionam com os humanos, e não por meio deles.

Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos que recorrer à região nebulosa da crença. Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2008, p. 94)

A ultra fetichização do “intangível” na contemporaneidade encontra respaldo nas capacidades mais elementares dos seres humanos, que podem ser acionadas, como a criatividade e a inteligência, e se sustenta na crença de seu poder naturalmente inventivo, e que se espalha, gerando gratuidade e compartilhamento, cuja mobilização, pode e deve gerar inovações, que nada mais são do que mercadorias. Na análise dos teóricos do imaterial aparece essa dimensão autônoma da criatividade, do conhecimento e de seu produto, a única ação humana, é colocar tudo isso em prática da forma “correta”.

O que fica oculto nesse processo, mas nem por isso deixa de existir, nem tampouco deixa de ser compreensível, são as disputas entre por projetos de sociedade. A receita “criativa, empreendedora e inovadora” segue essa prescrição fetichizada, porém palatável, porque se propõe altruísta, repleta de conduções morais, estabelecendo nexos com a realidade, e por essa razão aparece como repleta de sentido, ao ponto de que “[...] a praxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade” (KOSIK, 1976, p. 14).

Não há aqui uma oposição restrita entre teóricos do imaterial e seus críticos, mas, acima de tudo, há a preocupação em acenar reflexões concretas sobre como a combinação histórica entre neoliberalismo, financeirização da economia, reestruturação produtiva, acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil e no mundo, acarretando profundas mudanças na composição da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018), de onde as “saídas” para as “crises” atuais são encontradas na tríade “criatividade, empreendedorismo e inovação”.

O objetivo dessa discussão teórica é apontar que essas transformações ultra fetichizadas não são suficientes para anunciar um “outro capitalismo”, ou o “fim da luta de classes”, ou mesmo o “domínio do trabalho material pelo imaterial”. “Há sempre o perigo de confundir as mudanças transitórias e efêmeras com as transformações de natureza mais fundamental da vida político-econômica” (HARVEY, 2012, p. 119). Atentos a esse cuidado, é preciso compreender que,

[...] ao contrário do que presume a teoria do trabalho imaterial, não há elementos de quantitativismo na teoria do valor de Marx. Em relação aos seus predecessores, o autor realiza uma nova formulação nos termos empregados pela teoria do valor para a compreensão da realidade. É por esta inovação que se pode enxergar na teoria marxiana uma base conceitual coesa e fundamental para o estudo do trabalho imaterial, embora o autor não tivesse nenhuma pretensão de fornecer esse tipo específico de contribuição. (SANTOS, 2013, p. 42)

A partir da concepção distorcida, ou parcial da obra de Marx, os autores deduzem que “essa crise de mensuração do valor passa a ser também a crise do capitalismo (...)”. (Idem, p. 33). Esses encadeamentos ultra fetichizados conduzidos pelos teóricos do imaterial, sustentam suas teses de uma nova “roupagem social”, e ao anunciar esse suposto novo “status social”, “passa, portanto, pelo campo das visões de mundo e dos mecanismos que buscam fazer dos interesses da classe

dominante, interesses universais”. (PAGOTTO, 2011, p. 45). Dessa forma, não se trata somente de um equívoco de interpretação, mas de uma ação política que dissemina e integra as bases de apoio da classe dominante sob a credibilidade científica.

A produção teórico-sociológica burguesa pode ser examinada assim como construção política que pretende interferir/desorganizar na/a visão de mundo das classes subalternas. Ao apresentar o cientificismo, o ‘neutro’, ou ‘objetivo’, como natural, como inexorável o economicismo tudo reduz ao presente. O determinismo, por sua vez, impede o olhar de mapear a singularidade das formas políticas nas situações concretas ou formações históricas específicas, como Marx o fez. (PAGOTTO, 2011, p, 50)

Compreender essa dinâmica de disputas, à luz dos processos de subalternidade/hegemonia em Gramsci, nos ajuda a compreender que, ainda que haja esforços pela condução de um tipo de trabalho,

[...] o processo de trabalho não é mais do que um meio do processo de valorização, processo que, por sua vez é essencialmente produção de mais-valia, isto é, processo de objetivação de trabalho não pago. Assim, se acha determinado especificamente o caráter global do processo de produção. (MARX, 1978, p. 22)

Dessa forma, ainda que o ser do tipo “criativo, empreendedor e inovador” cumpra todas as ordens da “nova sociabilidade”, anunciada pelos teóricos do imaterial, ele está em meio a uma sociabilidade real, e não fictícia, onde as variadas necessidades humanas precisam ser sanadas. O receituário baseado nesta tríade interessada, é direcionada de forma universal, entretanto, na realidade concreta, o tipo “criativo, empreendedor e inovador”

[...] vê como propriedade alheia todos os meios de produção, todas as condições objetivas do trabalho, assim como todos os meios de subsistência, o dinheiro, os meios de produção, e os meios de subsistência; e isto porque toda riqueza objetiva surge aos olhos do operário como propriedade dos possuidores de mercadorias. (MARX, 1978, p. 33)

O tipo “criativo, empreendedor e inovador”, todavia, não escapa desse processo. Socializar-se, participar de eventos, sentir-se livre para criar, ser “descolado”, imaginativo, tolerante, atento às diversidades, capaz de desenvolver e manter “contatos estratégicos”, faz parte do processo de trabalho que deve gerar e multiplicar mais valia. Nesse ponto não se trata de receita, ou de uma visão economicista da realidade, mas do entendimento da totalidade das relações

capitalistas, e do movimento de condução social generalizante a favor de seus interesses.

É, portanto, uma questão de determinação estrutural insuperável que a ideologia – dominante – em face de suas aspirações legitimadoras apriorísticas – não possa funcionar de forma alguma sem apresentar seu auto-interesse, independente de ele ser particular, como sendo de “interesse geral” da sociedade. (MÉSZÁROS, 2008, p. 12)

A exploração generalizada, não se apresenta como exploração, extração de mais valia em si, ao contrário, se apresenta como potencialidade humana, cooperação, união, trabalho em equipe, pela “permissão” uso da criatividade, e de seu compartilhamento, que só tem sido encorajado nesse momento histórico, porque tem sido parte das estratégias da classe dominante nos processos de hegemonia, e quem coordena esse fluxo coletivo, é o capital, o qual

[...] tem como necessidade histórica transformar o processo de trabalho em um processo social, coletivo e combinado, e utilizar essa força social para a produção de mais valia. Todos esses elementos dependem da concentração, em escala colossal dos meios de produção nas mãos do capitalista, personificações do capital. Uma vez estabelecido esse modo de produção, o capital passa a explorar os trabalhadores individuais a partir da exploração do trabalhador coletivo, e não o contrário. (SANTOS, 2013, p. 103)

O trabalho produtivo, para Marx, é a forma como o trabalho se desenvolve no modo de produção capitalista, e é o conjunto da força de trabalho socialmente combinada que gera mais-valia (Id., p. 105), não importando a natureza (comida, ou games, por exemplo) da atividade, o que e o quanto se produz. Os teóricos do imaterial julgam que certos trabalhos com base no conhecimento, na criatividade, não produzem mais valia, concluindo suas funções sociais como produtoras de valores de uso, como aqueles que são destinados a produzir sensações, emoções ou experiências. Todavia, “determinados trabalhos improdutivos com resultados imateriais, apesar de não gerarem sobretrabalho, exercem funções necessárias ao capital.” (Id., p. 146), que se articulam, e retroalimentam o processo de acumulação, sendo um equívoco supor que alguns setores da economia passam ilesos a tais configurações.

Diante disso, ocorre a fetichização do intangível, que o trabalho material existe e que se funde com o imaterial, de que não há novas formas de vida, mas sim reajustes nos processos de trabalho. Mais do que isso, trata-se de problematizar um tipo de exploração coletiva do trabalho, que se utiliza do uso intensivo de tecnologias,

e que se expressa naquilo que Marx chamou de “subsunção real do trabalho ao capital”, onde,

Desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho, e, por força do trabalho em grande escala, chega à aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata. Por um lado, o modo capitalista de produção, que agora se estrutura como um modo de produção “sui generis”, da origem a uma figura modificada de produção material. Por outro lado, essa modificação da figura material constitui a base para o desenvolvimento da relação capitalista, cuja figura adequada corresponde, em consequência, a determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. (MARX, 1978, p. 66)

Como já mostramos, o tipo de atividade que o tipo “criativo, empreendedor e inovador” fará, não interessa ao capital, “(...) aos capitalistas só interessa o processo de trabalho enquanto veículo e meio do processo de valorização” (MARX, 1978, p. 43). Contudo, o que interessa para o capital é que as massas sejam produtoras de mais valia, e que esse “coletivo”, que se supõe livre das amarras do “capitalismo econômico” (GORZ, 2005), continue contribuindo para a manutenção dos níveis de acumulação de capital.

Esse caráter pedagógico e coesivo capilarizado nos processos de luta pela hegemonia é de extrema importância para a burguesia, de modo que ela e toda a sua base de apoio possam a direção da realidade, de acordo com seus interesses, por isso, a recorrência à fetichização do “intangível”. Ainda que os intelectuais orgânicos do capital atribuam vida própria ao “intangível”, a classe trabalhadora está viva e em luta por seus projetos, e também está detectando, de diferentes maneiras, dependendo da movimentação dessas forças em disputa, os níveis de exploração a que é submetida, e resiste, dinamizando as contradições dessa arena de lutas.

Para os teóricos do imaterial, com a proliferação do conhecimento, por meio dos saberes e da inteligência de cada sujeito, tenderíamos a relações mais emancipatórias, entretanto, os componentes intelectuais e emocionais do trabalho são uma forma de captar o problema da intensificação posto nos dias de hoje (DAL ROSSO, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese aqui defendida é a de que múltiplos processos de promoção da Inovação e da Economia Criativa mobilizam mudanças institucionais e no projeto de formativo do IFSC.

Esse movimento ocorre em meio à luta de classes no capitalismo contemporâneo, onde a ascendência da criatividade e da inovação são estimuladas pela classe dominante como instrumentos fundamentais da força de trabalho, ao passo em que também conduz a ideia de que os conflitos inerentes da luta de classes se tornam sem sentido ou anacrônicos. Os capitalistas organizam mecanismos de convencimento para que isso ganhe sentido, mobilizando a ideia de que a realidade aparente é o que existe, ocultando assim as dimensões da luta de classes, e desencorajando as resistências dos trabalhadores contra a exploração.

Há, nesse sentido, uma tentativa da classe dominante em suavizar os danos causados pela acumulação, com a finalidade de apassivar a resistência dos trabalhadores, e construir um consenso de que o capitalismo contemporâneo está desconectado da exploração da classe trabalhadora. Há o interesse em manter a organização de uma força de trabalho disciplinada, e ao mesmo tempo, engajada com os projetos da classe dominante.

Essa ultra valorização da criatividade e inovação se expressa por meio de legislações, documentos oficiais e investigações acadêmicas, adentram as formas de ensinar, aprender e trabalhar, e tem se constituído em eixos de convencimento da classe dominante para conduzir a exploração dos trabalhadores em escalas cada vez maiores. Nesse processo, se popularizam cada vez mais ideias difusas e fragmentadas sobre essa exploração peculiar dinamizada no capitalismo contemporâneo.

O uso das tecnologias informacionais no cotidiano e, especialmente no trabalho, contribuem para a circulação de um intenso fluxo de informações, majoritariamente organizados pela classe dominante, que favorecem a alienação, e o ocultamento dessa exploração, selecionando informações superficiais sobre a intensificação cada vez mais crescente da circulação de capital. Assim, a relação capital/trabalho/educação/tempo caracteriza-se como uma corrida, que para os capitalistas significa uma competição, pelo aumento da extração de mais valia, e para os trabalhadores, a perda de direitos trabalhistas e a precarização galopante.

Nessa esteira, gradativamente esse processo induz os trabalhadores a se tornarem pessoa jurídica, padrões de si mesmos, e se responsabilizem individualmente pela própria sobrevivência, que inovem.

A criatividade é apresentada como o ingrediente mágico em meio a esse fluxo caótico, naturalizado como competitivo, rápido e cada vez mais estimulante de uma ansiedade, que se alastra em meio a tantas informações e incertezas sobre como manter a vida.

Essas condições impulsionadas pelo uso em massa de tecnologias informacionais são tomadas como o “*modus operandi*” da sociedade contemporânea, e expressa a superfície de um processo de acumulação cada vez mais profundo que acirra a precarização do trabalho cada vez mais. Para amenizar essa essência destrutiva, a criatividade, é evocada pela burguesia com um tom de leveza e deslumbramento, como um “recurso infinito”, para abrandar e mascarar o cerne da exploração capitalista, geradora de fome, destruição do meio ambiente, violência, e causadora de altos índices doenças físicas e mentais relacionadas ao trabalho.

As políticas públicas retratam essa dinâmica global, e viabilizam as recomendações dos Organismos Internacionais para a educação, e para o trabalho, como os prescritos pela UNESCO, UNCTAD, BID.

Para viabilizar o fluxo de parcerias público-privadas, políticas de reajustes na gestão e no financiamento da educação pública são lançadas, e se conectam aos processos que envolvem a inovação e a criatividade, e suas interferência na educação. O Future-se, integra essa dimensão das políticas públicas, por ser um projeto de Lei lançado em 2019 no governo Jair Bolsonaro, que delega a Organizações Sociais (OS), ou entidades privadas, capitalistas, a gestão dos recursos financeiros da educação pública, movendo-os para fundos patrimoniais no mercado de capitais. O Future-se altera inúmeras outras normas legais, dando às OS a autonomia de contratar ou demitir diretamente técnicos e docentes para atividades educacionais, como aulas, serviços administrativos educacionais, projetos de pesquisa de extensão.

Dessa forma, a gestão da educação vai ficando cada vez mais distanciada dos educadores, sua pluralidade e complexidade, será gradativamente reduzida a planos de negócios.

Na esteira da reforma trabalhista (Lei n. 13.467/2017), de Temer, Bolsonaro conduz a reforma da previdência, em novembro de 2019, as quais, em conjunto,

imprimem à classe trabalhadora, maiores mecanismos de precarização do trabalho típicas da atualidade, mobilizadas por formas supostamente mais “criativas, espontâneas, livres, compartilhadas, etc.”.

“Basta usar a criatividade!” Essa indução vinda dos empresários, industriais, e de outros setores da classe dominante é uma direção para a classe trabalhadora, uma forma de conduzir uma postura que esteja atenta ao mundo, que seja vivaz, sem contudo, questionar a essência dos conflitos, e sim, focando resultados e soluções, onde a inovação se sobreponha à revolução.

A marca de 11.4 milhões de desempregados no Brasil em 2019, além daqueles que vivem em situações desumanas de trabalho, devem ser “acalmadas” e induzidas a usarem a criatividade, e inovar para que “todos” estejam envolvidos em um “bem comum” manipulado ideologicamente pela burguesia. É preciso educar a futura classe trabalhadora, para que esse comportamento seja manobrável de acordo com os interesses burgueses.

A criatividade e a inovação têm sido estimuladas a serem ensinadas como algo imprescindível nos dias atuais, assim como autonomização de seus pressupostos, assim como a personificação heroica da criatividade como se tivesse sido descoberta muito recentemente, e contivesse a receita de saídas de crises financeiras, problemas sanitários, de acessibilidade, de violência, de sustentabilidade, etc. A forma encontrada para os capitalistas atualizarem seus mecanismos de exploração da classe trabalhadora, foi o de englobar essas demandas aos seus negócios de modo que, esse olhar supostamente social, pudesse imprimir alguma sensibilidade ao capitalismo contemporâneo, servindo como argumento de que o capitalismo nos moldes tradicionais, da luta frontal entre burgueses e proletários, não existe mais ou, difere totalmente daquele que existiu no século XIX, com a Revolução Industrial, e que foi analisado e criticado em profundidade por Marx.

Nesse contexto, as análises teóricas que apontam para o fim da sociedade de classes, ou que decretam a existência de uma nova sociedade, têm como embasamento essa característica pretensamente mais fluída, onde as classes sociais fundamentais não estabelecem mais as mesmas relações de confronto, mas, sobretudo, convivem em uma sociedade onde todos podem empreender, serem criativos e inovar constantemente. São análises que transitam pela superficialidade das relações sociais, e nutrem as bases de apoio da burguesia, com argumentos

científicos, que passaram por processos analíticos, e, portanto, são providos de credibilidade.

No processo de luta pela direção da sociedade, diferentes setores da classe dominante, os aparelhos privados de hegemonia combinados, exercem uma orientação que se conecta com a realidade sensível do desemprego, do endividamento, das crises financeiras, que são dimensões vividas e sentidas no cotidiano, e buscam, por meio da educação, conduzir uma formação profissional, tendo a inovação como princípio formativo básico.

As mudanças recentemente ocorridas dentro do IFSC, seja nos cursos, nas parcerias, nos projetos, nos eventos, etc., mostra como a formação ofertada tem sido enquadrada aos interesses do capital industrial, o qual conduz a ideia de que eles são os líderes, deles depende o futuro, e demais formas de pensamento que se aproximam de críticas à essa realidade, são rechaçadas, excluídas ou remodeladas. A Reforma do Ensino Médio de 2019, a qual contou com o apoio do Banco Mundial, tem a ver com esses ajustes, afinando o currículo para o que é interessante que a massa de força de trabalho que está se educando, saiba sobre a vida, sobre o trabalho, e sobre como projetar o futuro.

De acordo com a Lei 11.892/2008, que cria os Institutos Federais, ensino é prioridade no IFSC, não a inovação, entretanto, as articulações internas entre empresários, gestores, governos, estão direcionadas para que se dissemine uma “cultura de inovação”, e que penetre nos setores prioritários, e se conduza um novo sentido, direcionado aos interesses capitalistas, e suas disputas concorrenciais, que envolvem a educação básica.

A extensão é alterada para atualizar um lugar de conexão com a realidade, cumprindo um papel de intermediadora dos alunos regulares do IFSC com as empresas, com as incubadoras, com os Parques Tecnológicos, onde a totalidade dos estudantes possam usufruir dessa “zona de oxigenação”, nas palavras do Pró reitor de extensão, o qual se refere à necessidade da curricularização da extensão, para que a educação se ajuste para os tempo atuais.

Nesse sentido, a burguesia, adentra o IFSC, o qual vai se modificando e revitalizando a educação, trazendo sentido ao ato de aprender e mudar a realidade, desde que esteja dentro dos parâmetros capitalistas. Essa mudança aparece como um estímulo prazeroso, aproximado da realidade dos estudantes, busca, em meio aos antagonismos de luta contra os trabalhadores, conduzir uma direção ético-política

favorável à sua classe

Diferentes órgãos institucionais políticos, econômicos, jurídicos, entre outros, vão delineando e servindo de base para a configuração desse desenho. Esses reajustes influenciam a organização pedagógica do IFSC, induzindo a uma formação voltada à criatividade e à inovação, que esteja adequada à necessidade de construir uma força de trabalho que mobilize a criatividade e a inovação para benefício da acumulação e competitividade capitalista.

Isso se dá pelas demandas do setor privado, presente no IFSC através das parcerias, dos convênios firmados entre empresas e o IFSC, dos polos industriais instalados no interior dos *campi*, dos vínculos com parques tecnológicos etc, os quais têm induzido e redefinido as prioridades institucionais, o currículo e a organização pedagógica da instituição.

Marx mostra que, de acordo com desenvolvimento das forças produtivas, novas e mais complexas formas de exploração são criadas entre as classes, assim, os mecanismos de exploração se tornam mais refinados, porém não isentos de contradições e resistências dos trabalhadores

Há uma recomposição concreta das dimensões da exploração que montam essa estratégia suavizante da superexploração, e conduz ao apassivamento das contradições geradas pela dinâmica capitalista. A teoria do valor, que possibilita elaborar mediações históricas necessárias, nos ajudou a perceber essas dimensões. O IFSC se constitui em um vínculo orgânico com a formação da classe trabalhadora, porque é o espaço onde ocorre a formação dos estudantes que são ou serão futura força de trabalho.

A parcialidade desse rearranjo da educação, segundo os interesses da classe dominante, fere os princípios da educação como um direito social e busca unilateralizar tanto o trabalho docente quanto a formação dos estudantes do IFSC, destoando de seu compromisso social “pautado pelo reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais”.

Espera-se que essa pesquisa contribua para futuras discussões a respeito dessa tendência à uma educação parcial. E que haja debates a respeito dos dissensos existentes em meio a esse processo, expressos em projetos que envolvem posturas mais críticas sobre o trabalho, que buscam acessar análises mais amplas e essenciais sobre as relações capitalistas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. F. B. **Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia: uma análise de sua institucionalidade**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18289/1/2014_AndradeFariaBarrosAndrade.pdf. Acesso em: 01 fev. 2019.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.). **Infoproletários – degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 14^o edição. São Paulo: Cortez, 2010.
- ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletário na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ÁVILA, C. A. **Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na perspectiva da inovação institucional: um estudo de um modelo teórico-empírico a luz de indicadores institucionais**. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32712>. Acesso em: 01 fev. 2019.
- AZEVEDO, L. A; COAN, M.; SHIROMA, E.O. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Revista de Educação Profissional – SENAC**, 2012. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/164/149>. Acesso em 01 fev. 2019.
- BARRERA, T. G. S. **O movimento brasileiro de renovação educacional no início do século XXI**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16082016-113432/pt-br.php>. Acesso em 01 fev. 2019.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **The Orange Economy: an infinite opportunity**, 2013. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/orange-economy-infinite-opportunity>. Acesso em: 01 dez. 2018.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Public Policies for Creativity and Innovation: Promoting the Orange Economy in Latin America and Caribbean**, 2017. Disponível em: <https://publications.iadb.org/en/public-policies-creativity-and-innovation-promoting-orange-economy-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 01 jan. 2019.
- BRASIL. **Catálogo Nacional de cursos superiores de tecnologia**. Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4450

[1-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192](#). Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto N° 7.743 de 31 de maio de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7743.htm. Acesso em: 01 fev. 2019.

BRASIL. **Lei N°13.243, de 11 de janeiro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2016/Lei/L13243.htm. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. **Plano da Secretaria da Economia Criativa, políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014**, 2012. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2edicao.pdf. Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. **Relatório Final – Desenvolvimento do Programa Nacional de Economia Criativa (PNEC)**, 2016. Disponível em: http://sniic.cultura.gov.br/wp-content/uploads/2016/05/pnec_relatoriofinal_2.pdf. Acesso em 01 nov. 2018.

BRITISH COUNCIL. **A Economia Criativa: um guia introdutório**, 2010. Disponível em: https://creativeconomy.britishcouncil.org/media/uploads/files/Intro_guide_-_Portuguese.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.

COAN, M. **Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94847>. Acesso em: 01 fev. 2019.

COUTINHO, C. N. Org. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CREATIVE NATION. **Commonwealth Cultural Policy**, 1994. Austrália. Disponível em: <http://pandora.nla.gov.au/pan/21336/20031011-0000/www.nla.gov.au/creative.nation/intro.html>. Acesso em 02 fev. 2019.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo. Boitempo, 2008.

DOYLE, G. **Understanding Media Economics**. London: Sage, 2002.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

FIESC. Competências - Definições atualizadas. **Revista Indústria e Competitividade**. N° 13, Santa Catarina, julho de 2017. Disponível em: <http://fiesc.com.br/sites/default/files/2018-02/IC%2013.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2019.

FIRJAN. **A cadeia da Indústria Criativa no Brasil**, 2008. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/firjan/empresas/competitividade-empresarial/industria-criativa/default.htm>. Acesso em: 02 jan. 2019.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**, 2014. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 02 jan. 2019.

FLEW, T. **Creative Industries: From the Chicken Cheer to the Culture of Services**, *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies*, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/1030431022000049047>. Acesso em 02 fev. 2019.

FLORIDA, R. **The Rise of the Creative Class, and How it's Transforming Work, Leisure, Community and Everyday Life** New York: Basic Books, 2002.

FLORIDA, R. **Cities and the Creative Class**. New York: Routledge, 2005.

FLORIDA, R. **The Creative Class and Economic Development**, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0891242414541693>. Acesso em: 03 fev. 2019.

FREITAS, H. C. L. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 68, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v20n68/a02v2068.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2019.

FREITAS, L.C. A avaliação e as reformas dos anos de 1990: novas formas de exclusão, velhas formas de subordinação. **Educação & Sociedade**, vol. 25, núm. 86, abril, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87313718008.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

FREITAS, L.C. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educação & Sociedade**, vol. 35, núm. 129, outubro-dezembro, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/873/87335770006.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.

FRIGOTTO, G. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesq.**, (47): 38-45, nov. 1983. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1478/1472>. Acesso em: 02 fev. 2019.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva**. São Paulo, Editora Cortez, 1984.

FRIGOTTO, G. **Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**, 2011. Disponível em: <http://www.sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2013/04/O-rejuvenecimento-da-teoria-do-capital-humano-no-contexto-do-capitalismo-tardio.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v24n82/a05v24n82.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Perspectivas Sociais e políticas na formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, jul-set, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/873/87320975002/>. Acesso em: 05 fev. 2019.

GAY, P. du; PRYKE, M. **Cultural Economy: Cultural Analysis and Commercial**. London: Sage, 2002.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAMSCI, A. **Americanismo e fordismo**. São Paulo: Hedra, 2010.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**, Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multitud – Guerra y democracia en la era del Imperio**. Barcelona: Editora Debate, 2004.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 23ª edição. São Paulo: Loyola, 2012.

HESMONDHALGH, D. Cultural and Creative Industries. **White Rose Research Online**, 2008. Disponível em: <http://eprints.whiterose.ac.uk/42752/8/hesmondhalghDI5.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

HESMONDHALGH, D. **The Cultural Industries** London: Sage, 2002.

HESMONDHALGH, D. **User-generated content, free labour and the cultural industries**, 2010. Disponível em: <http://www.ephemerajournal.org/sites/default/files/10-3hesmondhalgh.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2019.

HOBSBAWN, E. RANGER. T. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOWKINS, J. **The creative economy: how people make money from ideas**. London: Penguin Press, 2001.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais (SIS) 2017**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 fev. 2019.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KRATKE, S. **City of Talents? Berlin's Regional Economy, Socio-Spatial Fabric and 'Worst Practice' Urban Governance**, 2004. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.0309-1317.2004.00533.x>. Acesso em: 07 fev. 2019.

KRATKE, S. **'Creative Cities' and the Rise of the Dealer Class: A Critique of Richard Florida's Approach to Urban Theory**, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-2427.2010.00939.x>. Acesso em: 07 fev. 2019.

LAILA, M. G. S. **Instituto federal de educação, ciência e tecnologia como modelo de governança em rede: um estudo à luz do conceito de tipologias**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32762>. Acesso em 07 fev. 2019.

LAZZARATO, M. NEGRI, A. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Trad. Monica de Jesus Cesar. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

LEITÃO, C; MACHADO, A. F. (Orgs.) **Por um Brasil Criativo: significados, desafios e perspectivas da Economia Criativa Brasileira**. Belo Horizonte: Editora Código, 2016.

MARTINS, A. Sociabilidade neoliberal, 2009. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socneo.html>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: livro I, volume II: O processo de produção do capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K. **O Capital: livro I, capítulo VI (inédito)**. São Paulo. Editora Ciências Humanas, 1978.

MEC. **Catálogo Nacional de cursos superiores de tecnologia**. 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=98211-cncst-2016-a&category_slug=outubro-2018-pdf-1&Itemid=30192. Acesso em: 03 jan. 2019.

MEC. **Portaria N° 554, de 20 de junho de 2013**. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/cppd/images/portariaMEC5542013.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2019.

MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC). **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Disponível em: http://pdi.ifsc.edu.br/files/2017/04/Plano-de-Desenvolvimento-Institucional-PDI-2015-2019_REVISADO.compressed.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

MEC/SETEC/IFSC. **Plano de Desenvolvimento Institucional IFSC 2015-2019**. Março de 2017. Disponível em: http://pdi.ifsc.edu.br/files/2015/07/PDI_IFSC_revisado_2017.pdf. Acesso em: 09 fev. 2019.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, I. **Atualidade histórica da ofensiva socialista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, I. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019.

MOTTA, V. C. A questão da função social da Educação no Novo Milênio. **Revista de Educação Profissional – SENAC**, 2007. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/297>. Acesso em: 09 fev. 2019.

NEVES, M. W. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. 27º Reunião ANPED, 2004. **Anais...** Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt05/t0510.pdf>. Acesso em fevereiro de 2019.

NEVES, M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPJVS, 2008.

OFFE, C. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1989. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_01. Acesso em: 10 fev. 2019.

PAGOTTO, M.A.F. **O trabalho morreu. Viva o conhecimento!** Os serviços em uma era de classes. São Paulo: Annablume, 2011.

PETERS, M.; BESLEY, T. Academic entrepreneurship and the creative economy, 2008. **Sage Publications** (Los Angeles, London, New Delhi and Singapore).

Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0725513608093278>. Acesso em: 10 fev. 2019.

PETERS, M.; BESLEY, T. **Building Knowledge Cultures** – Education and development in the Age of Knowledge Capitalism. Oxford: Rowman & Littlefield, 2006.

RAIMANN, E. G. **Concepções de trabalho e profissionalização docente: sua redução à ação empreendedora**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13688/1/ConcepcoesTrabalhoProfissio nalizacao.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

REIS, A. C. F. **Cidades Criativas**. São Paulo. SESI –SP editora, 2012.

RODRIGUES, V. S. **A Universidade Submissa: Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no capitalismo dependente 1995-2010**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

SANTA CATARINA. **Guia de desenvolvimento de ecossistemas e centros de inovação**. Livro I, Conceitos, Fundamentos e Pacto pela Inovação. Florianópolis. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, 2017. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/biblioteca/pastas-tematicas/inovacao/669--69/file>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SANTA CATARINA. **Guia de desenvolvimento de ecossistemas e centros de inovação**. Livro II, Plano de Implantação. Florianópolis. Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, 2017. Disponível em: <http://www.sds.sc.gov.br/index.php/biblioteca/pastas-tematicas/inovacao/668--68/file>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável. **Guia de Implantação dos Centros de Inovação: Livro I- conceito e fundamentos**. Florianópolis. 2017.

SANTOS, V. **Trabalho imaterial e teoria do valor em Marx: semelhanças ocultas e nexos necessários**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAUL, R. P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias**, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://ww.scielo.br/pdf/soc/n12/22262.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.

SAVIANI, D. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SCHAFF, A. **A sociedade informática**. São Paulo: UNESP- Brasiliense, 1993.
SCHULTZ, T. W. **O capital humano**. Investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

SEGNINI, L. R. P. Relações de gênero nas profissões artísticas: comparação Brasil-França. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C.; HIRATA, H. (Orgs.) **Mercado de trabalho e gênero – comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

SEGNINI, L. R. P. Os músicos e seu trabalho: diferenças de gênero e raça. **Revista Tempo Social**, v. 26, p. 75-86, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84980>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SEGNINI, L. R. P.; BULLONI, M. N. (Orgs.) Música dança e artes visuais: especificidades do trabalho artístico em discussão. In: **Trabalho artístico e técnico na indústria cultural**. São Paulo: Itaú Cultural, 2016.

SHIROMA, E.O. O modelo japonês e o debate sobre qualificação e controle da força de trabalho. **Perspectiva**. Florianópolis, v.14, n. 26, jul/dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10464/9953>. Acesso em: 12 fev. 2019.

SHIROMA, O. E.; MORAES, M.C.M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SMITH, A. **A riqueza das nações**, V. I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176415/mod_resource/content/1/Os%20Economistas%20-%20Adam%20Smith%20-%20A%20Riqueza%20Das%20Nacoes%20-%20Volume%20I.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

TURMINA, A. C. **Autoajuda nas relações de trabalho: a (con)formação de um trabalhador de novo tipo**. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

UNCTAD. **Creative Economy**. Report 2008. Disponível em: https://unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf. Acesso em: 12 fev. 2019.

UNCTAD. **Relatório de Economia Criativa 2010: economia criativa, uma opção de desenvolvimento**. São Paulo: Itaú Cultural, 2012. Trad. Port. Disponível em: https://unctad.org/pt/docs/ditctab20103_pt.pdf. Acesso em: 13 fev. 2019.

UNESCO. **Creative Economy Report 2013 Especial Edition: Widening local development pathways**. 2013. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2019.

UNESCO. **Cultural times: the first global map of cultural and creative industries**, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000235710>. Acesso em: 15 fev. 2019.

WORLD INEQUALITY LAB. **World Inequality Report 2018**. 2018. Disponível em: <https://wir2018.wid.world/files/download/wir2018-full-report-english.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2019.

ZIZEK, S. **Problema no Paraíso** – do fim da história ao fim do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

APÊNDICE 1 - QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM O CHEFE DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT):

- 1) O que é o NIT? Fale um pouco da sua história.
- 2) Qual é a amplitude de ação do NIT no IFSC? O núcleo é voltado somente para os cursos superiores de tecnologia, ou também para outras modalidades de ensino?
- 3) Existe contato com outros IFs, ou Universidades para a troca de experiências? O NIT do IFSC se destaca em algum aspecto, qual?
- 4) O NIT participa de órgãos, conselhos, nacionais e/ou internacionais externos aos IFSC? Explique como isso ocorre, e como contribui com possibilidades para a educação no IFSC.
- 5) Como o NIT fomenta a inovação no IFSC?
- 6) Como o NIT entende a economia criativa e a educação profissional? Existe alguma ação direta em andamento, ou programada para a articulação entre a Economia Criativa e a educação promovida no IFSC?
- 7) Você considera que os processos que envolvem a Economia Criativa e a inovação estão trazendo mudanças para a forma de ensinar e aprender no IFSC? Dê exemplos.
- 8) Qual a relação entre inovação, empreendedorismo e criatividade na educação promovida pelo IFSC na atualidade? Já foi diferente? Cite algumas mudanças percebidas neste sentido.
- 9) O NIT já sugeriu a alteração, ou a criação de cursos, disciplinas, projetos, dentro do IFSC?
- 10) Cada campus do IFSC possui “arranjos produtivos” distintos? Como o NIT atua em meio a essas diferenças, na disseminação da “cultura de inovação”?
- 11) Como as parcerias com empresas, relativas à inovação, contribuem para a prática pedagógica do IFSC?
- 12) Como são escolhidas as parcerias com as empresas? O IFSC as procura, ou acontece o contrário? Dê exemplos.
- 13) Como são definidos os recursos financeiros utilizados nas parcerias voltadas à inovação?
- 13) São explicados aos estudantes como funcionam as parcerias com empresas, e como isso pode colaborar com sua formação? Eles são consultados/participam desse processo?

14) Qual o papel do NIT nas startups, incubadoras e empresas juniores existentes, ou em formação no IFSC? Há o estímulo direto para que os estudantes participem? Algum curso ou disciplina tem contribuído para nesse processo? Explique.

15) Como o IFSC tem se articulado com os parques tecnológicos existentes, ou em criação no estado de Santa Catarina? Essas articulações, caso ocorram, colaboram de que maneira na organização e na prática pedagógica no IFSC?

16) Existem mudanças ou melhorias em andamento no NIT? Quais os planos de ações para um futuro próximo dentro da instituição?

APÊNDICE 2 - QUESTÕES PARA A ENTREVISTA COM O PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E RELAÇÕES EXTERNAS DO IFSC:

- 1) Como você define a extensão no IFSC hoje?
- 2) Existem mudanças na forma de conduzir a extensão no IFSC nos últimos anos? De que se tratam?
- 3) Qual a relação da extensão com as empresas juniores, incubadoras e *startups* que são criadas no IFSC? Há incentivos para que os estudantes as criem? Como isso ocorre?
- 4) Sabe-se que os “Núcleos de Aprendizagem Criativa”, são de responsabilidade da Pró reitoria de Extensão. Poderia explicar o que são, e suas contribuições para as formas de ensinar e aprender no IFSC? Há alguma parceria com membros externos ao IFSC, como empresas, nesse processo, explique.
- 5) Existem articulações externas nas quais a extensão tem se envolvido, tais como a integração de conselhos públicos e privados, comitês, e/ou distintas organizações? Isso é importante para o IFSC, por quê?
- 6) A extensão tem articulação com o NIT? Caso sim, de que forma isso ocorre e qual a sua relação direta com o ensino e a pesquisa?
- 7) Como as ações da extensão têm contribuído com a disseminação da “cultura de inovação no IFSC”?
- 8) Explique um pouco sobre a “curricularização da extensão” no IFSC. Esse processo se relaciona com a inovação, a economia criativa de alguma maneira? Dê exemplos.
- 9) Quais são as ações futuras da extensão no IFSC? O que podemos esperar sobre o aprimoramento das ações?